

# **REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA**

---

**Ano XIX — Janeiro/Junho de 1958 — N.º 73/74**

**CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA**

# REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística  
da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente  
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Diretor responsável: HILDEBRANDO MARTINS DA SILVA

Secretário: VALDEMAR CAVALCANTI

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 166 — TELEFONES { Redação - 52-3605  
Assinaturas - 42-7142

Assinatura anual: Cr\$ 80,00

## S U M Á R I O

GIORGIO MORTARTA

SOBRE O CÁLCULO DE TABUAS DE MORTALIDADE PARA OS ESTADOS  
DO BRASIL, MEDIANTE COMPARAÇÃO ENTRE CENSOS SUCESSIVOS 1

ALFRED SAUVY

TENDÊNCIA DA POPULAÇÃO ATIVA NA FRANÇA ..... 7  
A POPULAÇÃO ATIVA NO MUNDO (Escritório Internacional do Trabalho) 17

BIBLIOGRAFIA ..... 34

### INFORMAÇÕES GERAIS

Estrutura da Indústria Brasileira — Divisão Territorial do Bra-  
sil — Evolução do Ensino Médico — Legislativo e Judiciá-  
rio — População Mundial — Mulheres Funcionárias —  
Brasileiros no Rio — Ensino Primário em 1957 — Despes-  
as com Órgãos Culturais — Mulheres Trabalhadoras .... 37

### ESTUDOS E SUGESTÕES

Estado atual da pesquisa sobre populações (estrutura, compo-  
sição e qualidade) — Frank Lorimer ..... 41

### LEGISLAÇÃO

Resoluções da JEC (Ns. 558 à 571) ..... 47

### ATRÁVÉS DA IMPRENSA

Estrutura industrial de São Paulo — Tem o Brasil 60 milhões  
de consumidores? ..... 55

### RESENHA

Atividades da JEC — 22.º aniversário do IBGE — II Festival  
do Livro na América — Fundo Nacional de Estatística —  
Guia de importação para finalidades estatísticas — O IASI  
e as estatísticas de café — Estatística judiciária — Novo  
diretor do NPC — Censo dos funcionários públicos — Es-  
tatística escolar nos países latino-americanos — Peque-  
nas Notícias ..... 59

### OBITUÁRIO

Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon — Luis Faria  
Braga ..... 73

GIORGIO MORTARA

## Sôbre o Cálculo de Tábuas de Mortalidade para os Estados do Brasil, Mediante Comparação entre Censos Sucessivos

**O** CÁLCULO de tábuas de mortalidade para o Brasil segundo o método normal da comparação entre os números médios anuais de falecidos em dado período e os correspondentes números médios anuais de vivos no mesmo período, por intervalos anuais de idade, não se tornou possível, até agora, para o Brasil, em consequência das lacunas irreparáveis da estatística dos óbitos.

Esse método pôde ser aplicado apenas às populações de alguns municípios urbanos e à do Estado de São Paulo, onde o registro dos óbitos é quase completo. Para o Distrito Federal e o município de São Paulo, o cálculo foi efetuado de acôrdo com a mortalidade dos períodos 1920-21, 1939-41 e 1949-51; para o Estado de São Paulo, as tábuas referem-se aos dois últimos períodos.

Para o conjunto do Brasil, eu calculei tábuas de mortalidade, mediante comparação entre censos sucessivos, para os períodos 1870-90, 1890-920 e 1940-50<sup>1</sup>.

Vou esclarecer, sumariamente, o processo aplicado no último destes cálculos, baseado na comparação entre os dados dos censos de 1940 e de 1950 referentes à população natural do Brasil (não foram incluídos no cálculo os naturais do exterior para se eliminarem as influências das migrações internacionais sôbre as variações da população no período intercensitário).

Os habitantes em idades de  $x + 10$  a  $x + 19$  anos presentes no segundo censo são os sobreviventes dos presentes em idades de  $x$  a  $x + 9$  anos no primeiro censo. Se não houve emigração para o exterior (e, de fato, na população natural do Brasil esta emigração foi desprezível, no período em estudo), a diferença entre o segundo e o primeiro desses números de habitantes representa o número dos óbitos ocorridos no grupo inicialmente considerado, no período intercensitário decenal<sup>2</sup>.

Pode-se, portanto, calcular uma taxa de sobrevivência pela razão entre o referido número de sobreviventes e o número inicial dos vivos. Da série das taxas de sobrevivência de um para outro intervalo de idade, assim calculadas, podem ser deduzidas as taxas de sobrevivência de um para outro aniversário: nesta aplicação, do  $(x + 5)$ .º ao  $(x + 15)$ .º.

De outro lado, a comparação entre os presentes em idades de 0 a 9 anos no segundo censo e os nascidos vivos no período intercensitário torna possível o cálculo de taxas de sobrevivência para as idades infantis.

Têm-se, assim, elementos suficientes para a construção de uma tábua de sobrevivência reduzida, da qual pode ser obtida por interpolação a tábua completa.

Este processo, aplicado num primeiro ensaio à população natural do Brasil, foi sucessivamente aplicado também para o cálculo de tábuas de mortalidade

<sup>1</sup> Essas tábuas estão incluídas em estudos publicados nos ns. 1 de 1941 e 69/70 de 1957 desta revista.

<sup>2</sup> O intervalo não foi exatamente decenal, e sim de 9 anos e 10 meses; mas se tornou fácil deduzir da composição por idade da população em 1.º de setembro de 1940 a em 1.º de julho do mesmo ano, data anterior exatamente de dez anos à do censo de 1950.

para as populações naturais de seis dos principais Estados (foram consideradas as populações naturais, e não as presentes, para se eliminarem as influências das migrações interiores sobre as variações das populações no período intercensitário).

Tanto para o Brasil como para os seis Estados, a construção de tábuas de mortalidade ficou limitada ao sexo masculino, porque a maior gravidade dos erros nas declarações de idade das mulheres — especialmente a dos erros “de rejuvenescimento” — torna muito difícil a aplicação do processo ao sexo feminino (por exemplo, o número das mulheres em idades de 10 a 19 anos em 1950 era, aparentemente, maior do que o das de 0 a 9 anos em 1940). Foi, todavia, estimada a duração aproximativa da vida média da mulher, sendo levadas em conta a duração calculada para o homem e a razão entre as taxas de mortalidade geral dos dois sexos.

\* \* \*

**A** PUBLICAÇÃO das tábuas-padrões de mortalidade elaboradas pela Divisão de População das Nações Unidas<sup>3</sup> tornou possível o controle das tábuas de mortalidade calculadas para as populações naturais do Brasil e de seis Estados, como também a extensão do cálculo aos demais Estados

Essas tábuas-padrões, elaboradas com base numa laboriosa e profunda análise da marcha da mortalidade em países diversos e em épocas diferentes, representam andamentos típicos correspondentes a diferentes níveis da mortalidade geral e a diferentes durações da vida média

Para aproveitá-las nas pesquisas sobre a mortalidade das populações brasileiras, deduziram-se delas taxas de sobrevivência, pela razão entre os vivos nas idades de  $x + 10$  a  $x + 19$  anos e os nas de  $x$  a  $x + 9$  anos. Investigou-se, depois, qual das tábuas-padrões apresentava, em cada caso considerado, os resultados mais próximos dos obtidos pelo cálculo das correspondentes taxas de sobrevivência mediante comparação entre os dois últimos censos. Ficou, assim, determinada a marcha presumível da mortalidade em função da idade, correspondente a cada nível de mortalidade medido pela comparação entre os censos

O controle efetuado sugeriu algumas retificações dos cálculos realizados para o Brasil e para seis Estados, e o auxílio das tábuas-padrões tornou possível o cálculo da vida média também para os outros quatorze Estados

Obteve-se, assim, pela primeira vez no Brasil, uma visão comparativa — embora apenas aproximada — das diferenças de mortalidade entre as diversas partes deste vasto país

Para a população natural do Brasil, a vida média segundo a mortalidade do período 1940-50 ficou determinada em 43,7 anos para o conjunto dos dois sexos, em 41,5 para os homens e em 46,0 para as mulheres

Segundo a mortalidade do mesmo período, a vida média para o conjunto dos dois sexos ascendia a 32,1 anos na Índia, 45,5 no Chile, 59,1 na Argentina, 65,9 nos Estados Unidos e 69,3 na Suécia

O nível médio da mortalidade no Brasil era, portanto, muito elevado naquele período, e fica ainda elevado, apesar da notável diminuição verificada nos últimos anos

Nos diversos Estados<sup>4</sup> a vida média para o conjunto dos dois sexos, segundo a mortalidade do período 1940-50, varia entre o mínimo de 36,3 anos de Mato Grosso e o máximo de 53,0 anos do Rio Grande do Sul. Em todos os Estados a vida média é menor para o sexo masculino (variando entre 34,6 e 51,0 anos) do que para o feminino (de 38,2 a 55 anos).

Em três dos quatro Estados da região Sul (São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a mortalidade é relativamente baixa, nos Estados das regiões Norte e Centro-Oeste ela é muito elevada, e também é bastante elevada na maior parte dos Estados das regiões Leste e Nordeste

<sup>3</sup> Em *Methods for Population Projections by Sex and Age* (New York, United Nations, 1956), Appendix, págs 70 a 81

<sup>4</sup> Os vinte Estados abrangem 97,0% da população natural do Brasil, 2,7% desta sendo constituídos pelos naturais do Distrito Federal e 0,3% pelos naturais dos Territórios Federais e da zona da Serra dos Aimorés contestada entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo

A importância demográfica dos diversos Estados varia entre amplos limites: em 1950 ascendiam apenas a 460 000 os naturais de Mato Grosso e a 512 000 os do Amazonas, enquanto atingiam 7 868 000 os naturais de São Paulo e 8 836 000 os de Minas Gerais. A primeira coluna da tabela indica a percentagem dos naturais de cada Estado no total dos naturais do Brasil

Cumprir lembrar que as tábuas de mortalidade se referem às populações *naturais* dos diversos Estados e não às *presentes*. Mas a grande maioria da população de quase todos os Estados é constituída por naturais do próprio Estado, de modo que as tábuas dão uma idéia suficiente da variação territorial da mortalidade

Dados sobre a vida média nos diversos Estados, para os dois sexos em conjunto e para cada sexo, constam da tabela seguinte.

*Vida média, segundo a mortalidade verificada nas populações naturais dos diversos Estados do Brasil no decênio de 1.º-VII-1940 a 30-VI-1950*

ESTADO	PERCENTAGEM DO ESTADO NA POPULAÇÃO NATURAL DO BRASIL	VIDA MÉDIA (Anos)		
		Homens e mulheres	Homens	Mulheres
Mato Grosso	0,91	36,3	34,6	38,2
Amazonas	1,01	37,9	37,5	38,3
Pará	2,22	38,0	37,0	39,0
Rio de Janeiro	4,72	38,1	36,9	39,4
Alagoas	2,43	38,8	37,0	40,7
Minas Gerais	17,44	39,5	38,0	41,0
Goiás	1,91	40,1	36,8	43,6
Sergipe	1,41	41,0	40,0	42,0
Bahia	10,09	41,0	39,0	43,0
Maranhão	3,00	41,2	39,5	43,0
Espírito Santo	1,80	41,7	40,3	43,3
Paraná	3,67	42,4	40,0	45,0
Piauí	2,18	42,7	41,0	44,5
Pernambuco	6,89	42,7	40,3	45,3
Rio Grande do Norte	1,96	42,7	40,0	45,6
Paraná	2,85	43,1	41,6	44,7
Ceará	5,63	45,0	43,0	47,0
São Paulo	15,53	49,3	47,2	51,5
Santa Catarina	2,97	49,4	48,3	50,6
Rio Grande do Sul	8,38	53,0	51,0	55,0

Para o Distrito Federal, o cálculo de tábuas de mortalidade efetuado pelo método normal para os períodos próximos aos dois últimos censos torna possível determinar os valores aproximados da vida média para o decênio intercensitário: 47,6 anos para o conjunto dos dois sexos, 44,8 para os homens e 50,6 para as mulheres. Adverta-se que este cálculo se refere à população *presente* no Distrito Federal (em elevada proporção *natural* de outras Unidades da Federação), e não à população natural do próprio Distrito.

A CONSTRUÇÃO de tábuas de mortalidade mediante comparação entre censos sucessivos oferece ao demógrafo a satisfação de enfrentar e resolver toda uma série de problemas, que não surgem quando o cálculo é efetuado na base de elementos completos. Em geral, entretanto, não pode atingir o elevado grau de aproximação que se consegue na maior parte dos países onde as tábuas de mortalidade podem ser construídas pelo método normal, com base nos números médios anuais dos falecidos e dos vivos.

Para ilustrar algumas causas de imprecisão dos cálculos baseados na comparação entre censos sucessivos, vou referir-me, por simplicidade de exposição, à aplicação efetuada para o Brasil.

O número dos falecidos no período intercensitário decenal foi calculado por partes, em duas operações. A primeira parte, constituída pelos falecidos que já viviam na data inicial do decênio, foi determinada pela diferença entre o número dos vivos de todas as idades nessa data inicial e o dos vivos de 10 anos e mais na data final do decênio. A segunda parte, constituída pelos falecidos que nasceram no curso do próprio decênio, foi determinada pela diferença entre o número dos nascidos vivos neste período e o número dos vivos em idades de 0 a 9 anos na data final.

Os resultados destes cálculos corresponderiam exatamente à realidade somente no caso em que estivessem satisfeitas as seguintes condições:

a) que estivessem rigorosamente exatos os dados dos censos de 1940 e de 1950,

b) que estivessem rigorosamente exatos os dados sobre os nascimentos ocorridos no período intercensitário;

c) que não se tivessem verificado nesse período migrações, para o exterior ou do exterior, de naturais do Brasil (ou de naturais do Estado, nos cálculos por Estados).

A condição c, como já adverti, fica satisfeita com suficiente aproximação, sendo pequeníssimos, relativamente, os números dos brasileiros natos que emigraram para o exterior ou que reemigraram do exterior no período considerado.

A condição *a* não fica satisfeita julga-se que os censos de 1940 e de 1950 sejam, em geral, fidedignos, tendo alcançado um bom grau de aproximação. Mas é certo que nêles, assim como nos próprios censos dos países mais adiantados, se verificaram erros, seja na enumeração dos habitantes, seja no levantamento de seus caracteres e especialmente da idade e do lugar de nascimento.

A condição *b*, também, não fica satisfeita. O número dos nascidos no período decenal, adotado como elemento do cálculo, não é aquê — muito inferior à verdade — que consta da estatística do registro civil, foi determinado pela aplicação de uma taxa de natalidade estimada à população presente média do decênio. Ora, o cálculo da população média, baseado nos dados da população inicial e da final, fica afetado pelos erros eventuais dêstes dados. E a estimativa da taxa de natalidade, baseando-se na determinação do número dos nascidos no decênio efetuada mediante o número dos sobreviventes na data final, aumentado do número dos já falecidos estimado segundo hipóteses aceitáveis de mortalidade, dá apenas um valor de larga aproximação.

Em que sentido e em que medida a circunstância de não ficarem satisfeitas as condições *a* e *b* influi no cálculo do número de óbitos e logo nos das taxas de mortalidade e da vida média?

Procurarei responder a êste quesito

**A** INFLUÊNCIA dos erros dos dados censitários no cálculo da primeira parte do número dos óbitos é bem maior do que poderia parecer à primeira vista.

Representando-se por *P* o verdadeiro número total dos habitantes naturais do Brasil na data do primeiro censo e por *P* + *h* o número constante dêste censo, por *P'* o verdadeiro número dos habitantes de 10 anos e mais naturais do Brasil na data do segundo censo e por *P'* + *k* o número constante dêste censo, pode-se representar o cálculo da primeira parte *D* dos óbitos ocorridos no decênio intercensitário pela fórmula

$$D = (P + h) - (P' + k) = (P - P') + (h - k)$$

O erro do número *D* de óbitos assim calculado fica, portanto, igual à diferença entre o erro *h* do primeiro resultado censitário e o erro *k* do segundo. Se êstes dois dados estiverem errados no mesmo sentido, o erro no cálculo dos óbitos fica inferior em valor absoluto ao maior dos dois erros *h* e *k*, e até chega a se anular no caso em que êstes são iguais entre si. Mas se os dois dados censitários estiverem errados em sentidos opostos, o valor absoluto do erro no cálculo dos óbitos fica igual à soma dos valores absolutos dos erros *h* e *k* dêstes dados.

Sendo o número dos óbitos muito menor do que os números dos habitantes, a erros absolutos da mesma ordem corresponde um erro relativo muito maior no primeiro do que nos segundos, como esclarecerei por um exemplo.

Suponha-se que os dados de ambos os censos estejam errados por falta, não, porém, na mesma proporção, exprimindo-se um e outro erro em relação ao valor do primeiro dêstes dados, seja

$$h = - 0,02 P \quad , \quad k = - 0,01 P$$

O erro do número calculado dos óbitos *D* fica, então, igual a

$$h - k = - 0,01 P$$

Na aplicação ao Brasil, o número *D* dos óbitos é igual a cerca de um décimo do número *P* dos expostos a morrer. Se fôr pôsto, portanto

$$D = 0,1 P \quad ,$$

ao erro por falta de *D* calculado acima corresponde o erro relativo de:

$$- 0,01 P \quad D = - 0,01 P \quad 0,1 P = - 0,1$$

Embora no caso suposto os erros relativos dos dados censitários não excedam 2%, o erro relativo do número de óbitos dêles deduzido atinge 10%.

Note-se que foram supostos errados no mesmo sentido os dois censos. Se, pelo contrário, êles estiverem errados em sentidos opostos, a diferença entre a ordem de grandeza relativa do erro no dado dos óbitos e a dos erros nos dados de população pode tornar-se bem maior.

Supondo-se, por exemplo:

$$h = + 0,02 P \quad , \quad k = - 0,01 P \quad ,$$

o erro do número dos óbitos fica:

$$h - k = 0,03 P$$

e o correspondente erro relativo

$$0,03 P : D = 0,03 P \quad 0,1 P = 0,3$$

Neste caso, também, os erros relativos dos dados censitários não excedem 2%, mas o erro relativo do número de óbitos deles deduzido atinge 30%

Vê-se, portanto, que mesmo erros relativamente pequenos dos dados censitários podem determinar erros relativamente grandes dos números de óbitos calculados por diferença entre censos sucessivos

No cálculo da taxa de mortalidade geral, divide-se o número médio anual dos óbitos ocorridos pela população média do decênio, que no caso do Brasil é igual a cerca de  $1,125 P$ . Um erro de  $0,02 P$  no número parcial  $D$  dos óbitos torna-se igual a  $0,002 P$  na média anual, e logo determina um erro de

$$0,002 \quad 1,125 = 0,00179$$

no cálculo da taxa de mortalidade geral. Se esta ascender na realidade a 20 por 1 000 habitantes, ficará alterada para 21,79 ou 18,21, segundo o sentido do erro

No cálculo da vida média também se reflete o erro do número parcial  $D$  dos óbitos. Se, por exemplo, este erro alterar na proporção de 1 por 1 000 habitantes a taxa de mortalidade geral da população estacionária (isto é, a recíproca da vida média), que no Brasil é da ordem de 25 por 1 000 habitantes, a vida média, que é da ordem de 40 anos, resultará aumentada ou diminuída de mais de um ano e meio, segundo o sentido do erro

**A** SEGUNDA parte do número total dos óbitos do decênio, constituída pelo número calculado  $D'$  dos falecidos neste período que nasceram no Brasil no curso do próprio período, sendo determinada pela diferença entre o número dos nascidos vivos no Brasil no decênio e o número dos presentes na data final em idades de 0 a 9 anos, fica também sujeita à influência dos erros ocorridos no censo efetuado nesta data. Acerca desta influência podem-se fazer considerações paralelas às que foram expostas acima, que omitirei para evitar a repetição. Mas no cálculo em exame manifesta-se outra influência, para o estudo da qual convém supor que estejam exatos tanto os dados dos dois censos como o da população média do decênio calculada com base nestes dados

No caso do Brasil, como já lembrei, a possibilidade de erros não desprezíveis na determinação do número dos nascidos no decênio depende da circunstância de que este número não foi obtido por um registro direto e completo, e sim foi calculado mediante a multiplicação duma taxa de natalidade geral, estimada, pela população média do decênio

Para mostrar como os eventuais erros na estimativa desta taxa de natalidade influem no cálculo de  $D'$ , usarei os seguintes símbolos, como significação em alguns casos diferente daquela que lhes foi atribuída acima:

$N$ , verdadeiro número médio anual dos nascidos vivos,

$P$ , verdadeira população média presente (inclusive os naturais do exterior, cujos filhos nascidos no Brasil ficam incluídos entre os brasileiros natos),

$n$  =  $N : P$ , verdadeira taxa de natalidade geral da população presente,

$n + h$ , taxa de natalidade geral estimada da população presente,

$V_{0,9}$ , naturais do Brasil em idades de 0 a 9 anos presentes no segundo censo

O número estimado dos nascidos vivos no curso do decênio é dado por:

$$10 (n + h) P = 10 (nP + h P) = 10 N + 10 h P$$

O erro do número total estimado dos nascidos vivos é, portanto, igual a  $10 h P$

O número estimado  $D'$  dos falecidos no decênio que nasceram no Brasil no curso deste período fica determinado pela diferença:

$$10 N + 10 h P - V_{0,9}$$

e, portanto, difere na medida de  $10 h P$ , para mais ou para menos, segundo o sinal de  $h$ , do verdadeiro número correspondente (se, como fôr suposto por simplicidade, os dados de população estiverem exatos)

O erro no cálculo dos nascidos transfere-se, portanto, inalterado no cálculo desta segunda parte dos óbitos

Mas a sua importância relativa é muito diferente nos dois cálculos, pois que, mesmo no Brasil, onde o número dos óbitos aqui considerados se mantém ainda elevado, ele é da ordem de um quarto daquele dos nascidos vivos dos quais procedem os falecidos. Logo, um erro de 2 a 2,5% na estimativa dos nascidos no decênio dá lugar a um erro de 8 a 10% na estimativa do número  $D'$  dos óbitos que deles procederam

As taxas de natalidade brasileiras são da ordem de 40 a 50 por 1 000 habitantes. Um erro de 1 por 1 000 habitantes na sua estimativa corresponde, portanto, a um erro relativo de 2,5 a 2% nessas taxas e de 10 a 8% nos números de óbitos calculados com base nelas.

Note-se que os erros nas estimativas das taxas de natalidade brasileiras são, provavelmente, maiores do que o erro de 1 por 1 000 habitantes suposto acima. Não se pode excluir que para alguns Estados os erros atinjam proporções mais elevadas — duplas ou até triplas —, por excesso ou por falta, e portanto não se pode excluir que os correspondentes valores calculados de  $D'$  se afastem da verdade nas proporções de 16 a 24%.

Um erro de  $10hP$  no cálculo de  $D'$  dá lugar a um erro de  $hP$  no numerador da taxa de mortalidade geral da população natural do Brasil, onde  $D'$  figura dividido por 10. Se o denominador desta taxa fôsse  $P$  (que, segundo a convenção aqui adotada representa a população média total, inclusive os naturais do exterior), esse erro faria aumentar ou diminuir a taxa de mortalidade exatamente na mesma proporção em que faz aumentar ou diminuir a taxa de natalidade. Por exemplo, para  $h = 0,001$  (isto é, 1 por 1 000 habitantes taxa de natalidade de 41 ou 39, em vez de 40), a taxa de mortalidade ficaria também aumentada ou diminuída na proporção de 0,001 (ficando, por exemplo, 21 ou 19, em vez de 20 por 1 000 habitantes). Mas o denominador da taxa de mortalidade da população natural, isto é, o número que representa a população média natural do Brasil, é menor do que  $P$ , não incluindo os nascidos no exterior, e portanto o erro no cálculo de  $D'$  determina um erro um pouco maior do que o estimado acima, no cálculo da taxa de mortalidade.

Sendo as taxas de mortalidade brasileiras da ordem da metade, ou menos, das taxas de natalidade, pode-se afirmar que um erro igual nos dois tipos de taxas tem importância relativa cerca de duas vezes maior no primeiro tipo do que no segundo. Um erro de 1 por 1 000 habitantes corresponde, em medida relativa, a 2,5% de uma taxa de natalidade de 40, mas a 5% de uma taxa de mortalidade de 20 por 1 000 habitantes.

Um erro de 1 por 1 000 habitantes na determinação da taxa de mortalidade da população estacionária, que é da ordem de 25 por 1 000 habitantes, altera esta taxa para 26 ou 24 e se reflete num erro de mais de um ano e meio no cálculo da vida média, isto é, num erro relativo de 4% para a vida média de 40 anos.

**P**OR conveniência de análise, mostrei separadamente como influem os erros dos recenseamentos e os da estimativa dos nascimentos no cálculo das duas partes nas quais se discrimina o número total dos óbitos ocorridos no período intercensitário.

Mas na realidade os erros dos dois cálculos parciais influem conjuntamente na determinação desse número, somando-se algebricamente, de modo que o erro resultante fica igual em valor absoluto à soma dos dois erros parciais, se estes tiverem o mesmo sinal, ou à sua diferença, se tiverem sinais opostos.

Dois erros parciais, cada um dos quais aumenta (ou diminui) a taxa de mortalidade na proporção de 1 por 1 000 habitantes, somando-se, aumentam (ou diminuem) esta taxa na proporção de 2 por 1 000 habitantes, e, nas condições do Brasil, determinam um erro de cerca de 3 anos por falta (ou por excesso) no cálculo da vida média.

**A**s considerações expostas em torno das causas de erros no cálculo dos números de óbitos por diferenças entre censos sucessivos não visam a desvalorizar as elaborações efetuadas para o Brasil e para seus Estados, por iniciativa do próprio autor desta comunicação.<sup>5</sup> Elas visam apenas a advertir — por dever de honestidade científica — que os resultados de tais elaborações devem ser considerados como dados de primeira aproximação, os quais oferecem uma primeira visão comparativa dos níveis da mortalidade nas diversas partes do Brasil, mas não constituem bases suficientes para análises mais aprofundadas.

As grandes diferenças que eles revelam entre os diversos Estados tornam mais vivo o desejo de dados mais seguros, como os que se obterão quando forem reparadas as falhas das estatísticas do registro civil e forem ainda aperfeiçoados os levantamentos, já bem organizados, dos censos demográficos.

<sup>5</sup> Apresentada à 31ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística (Bruxelas, 1958).

ALFRED SAUVY

## TENDÊNCIA DA POPULAÇÃO ATIVA NA FRANÇA

**O**s Recenseamentos da população permitem seguir a população ativa por profissões e, conseqüentemente, as grandes migrações profissionais.<sup>1</sup> Estas permitem, por sua vez, medir as correntes profundas que se observam no seio da população e, por conseguinte, formular previsões ou orientar a política geral nos assuntos econômicos e sociais. Útil enquanto os automatismos liberais funcionavam, quase isolados, a noção dos movimentos de população ativa tornou-se indispensável, agora que o emprêgo total constitui um dos objetivos essenciais da política econômica. Quando, porém, os recenseamentos não são, em tudo, comparáveis entre si, os erros que podem resultar de uma utilização por demais rápida são consideráveis, porquanto eles se baseiam nas diferenças. O importante é, poi, restabelecer o melhor possível as comparabilidades. Eis o objeto deste artigo.

O Recenseamento de 1936 era, no conjunto, comparável aos que o precederam, no período entre as duas grandes guerras e mesmo antes da primeira. Mas, o Recenseamento de 1946, efetuado em circunstâncias especiais, não é comparável aos precedentes e admite retificações. Também o de 1954 assinala uma descontinuidade, particularmente considerando o Recenseamento de antes da guerra.

“Não se trata somente de diferenças de método, mas de mudanças, no estado de espírito dos indivíduos recenseados” um grande número de situações profissionais são mal definidas e dão lugar a apreciações em parte subjetivas. Antes da guerra, o Recenseamento, em suma, se estribava numa indiferença dos indivíduos e numa permanência das situações, no tempo. Ao contrário, em 1946 e, também, em 1954, o indivíduo se punha em atitude de desconfiança em face da administração. Ele pensava mais em responder de maneira a não correr o risco de prejudicar seus interesses. Assim, as respostas, nos casos ambíguos, não eram acordes com as dadas anteriormente.

O INSEE publicou sobre a população ativa de 1954 dados provisórios baseados numa pesquisa de amostragem dos boletins, à razão de 1/20.<sup>2</sup> Posteriormente, processará a apuração total e uma análise profunda, que permitirá uma interpretação correta dos resultados.

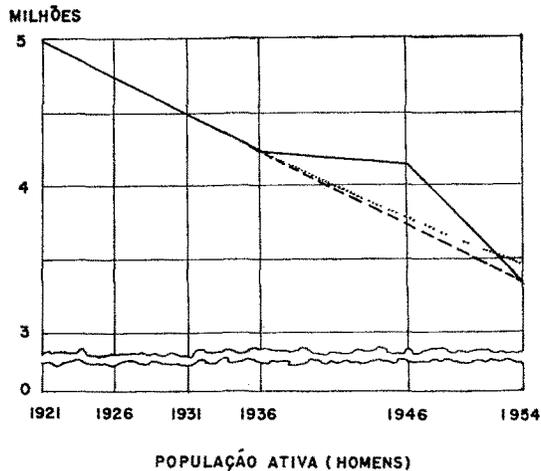
Propomo-nos, aqui, a efetuar correções provisórias sobre os resultados dos Recenseamentos anteriores, capazes de torná-los mais comparáveis ao de 1954, permitindo revelar desde agora as tendências gerais da população ativa.

**C**OMPARAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO AGRÍCOLA MASCULINA — Como as principais anomalias do Recenseamento de 1946 se observam na agricultura, comparemos os dados da população masculina, em diversos Recenseamentos (Agricultura e Florestas):

O presente artigo, traduzido por Dorival Barbi Moreira, foi publicado na revista “Population”

<sup>1</sup> Por “migração profissional” entendemos não somente a mudança de profissão de um indivíduo, no curso da sua existência, mas também o conjunto da evolução que resulta dessas mudanças de profissão e do renovamento das gerações, simultaneamente.

<sup>2</sup> “Boletim Hebdomadário de Estatística”, 28 de maio de 1955.



Este quadro permite duas verificações:

1.<sup>a</sup> — Os pontos estão quase todos em linha reta, com exceção do referente a 1946. O relativo a 1954, porém, é provisório

Até 1946, numa família, os auxiliares ativos do sexo masculino, ou melhor, os homens componentes de um "lar", cujo chefe fôsse agricultor, eram sistematicamente considerados como agricultores, desde que tivessem mais de 14 anos (crianças) e menos de 70 (ascendentes e colaterais). Em 1954, definição mais restritiva: da mesma maneira como acontecia com as mulheres casadas, os que não declararam a profissão não foram classificados como agricultores. O número de 1954 deveria, pois, se retificado para maior, a fim de tornar-se comparável ao dos Recenseamentos anteriores.

Não obstante essa retificação eventual, pode-se concluir pela tabela n<sup>o</sup> 1, que a migração profissional da agricultura para as outras profissões é uma corrente profunda, que resiste às crises e às guerras, e que não se acelerou, pelo menos em valor absoluto

Se se prolonga, então, o período 1921-1936, não mais por progressão aritmética, mas adotando para o período 1936-1954 o mesmo ritmo decrescente do de 1921 a 1936, encontra-se um total um pouco mais elevado: 3 450 000 agricultores em 1954

2.<sup>a</sup> — O total de 1946 é patentemente errático. A diferença verificada com relação à linha de tendência pode ser explicada por motivos puramente estatísticos e por anomalias econômicas verificadas no ano de 1946:

a) Existe no campo grande número de pessoas que, exercendo um artesanato e sobretudo uma profissão comercial, possuem terras, que cultivam mais ou menos ativamente. Na época dos Recenseamentos elas indicam geralmente em primeiro lugar, sua profissão extra-agricultura. Contrariamente, em 1946, datando da ocupação, essas pessoas, por motivos diversos, foram levadas a declarar-se agricultores, a fim de fazer coincidir esta declaração com sua categoria no racionamento alimentar

b) Homens idosos, pouco ativos, que em outras circunstâncias se teriam declarado sem profissão, tiveram igualmente interesse em apresentar-se como agricultores

c) Outros homens, efetivamente, trabalharam mais do que teriam feito em tempos normais e podiam assim, com justiça, ser considerados como ativos, em 1946.

Há, portanto, duas anomalias estatísticas e uma variação real, conquanto acidental

Considerando a incerteza dos resultados do Recenseamento de 1946, o melhor seria talvez cancelá-lo e passar diretamente de 1936 a 1954. E' de utilidade, no entanto, ir mais adiante e retificar o resultado de 1946. Com efeito:

a) Esta retificação do número de agricultores fornece algumas indicações úteis sobre a retificação a ser efetuada para a população não agrícola.

b) E' preciso ter em conta a importância do número impresso. Os dados brutos de 1946 serão fatalmente, apesar das restrições formuladas, comparados aos de 1954, com risco de graves erros resultantes. E' o caso, pois, de substituir esses dados brutos, que induzem a erro, por números hipotéticos, mas aproximados da verdade

Se seguimos a linha de tendência verificada de 1921 a 1954, ou se interpolamos entre 1936 e 1954, encontramos para a população masculina, na agricultura, em 1946, números muito aproximados, da ordem dos 3 725 000. Se admitimos a constância do ritmo anual de variação de 1921 a 1936, encontramos um total pouco mais elevado: 3 780 000.

Precisemos bem que, para 1946, não se trata do número real, e sim do “número de tendência”, que é, sem dúvida, inferior, em virtude das superatividades efetivas, já acima mencionadas

**P**OPULAÇÃO AGRÍCOLA TOTAL — E' mais difícil de ser estimada, por ser mais difícil de ser definida. A mulher do agricultor dificulta sempre o trabalho dos recenseadores. E' muito raro que uma mulher de agricultor não lhe preste nenhuma ajuda, pelo menos quando ela não te qualquer outra profissão. Mas, é raro, igualmente, que essa ajuda corresponda a uma atividade total. A regra adotada para a classificação das mulheres como “agricultoras” ou como “sem profissão” variou segundo os Recenseamentos. Em 1954, a classificação da mulher como agricultora foi mais rigorosa que em 1946.

A atividade real das mulheres dos agricultores diminuiu, sem dúvida, depois do começo do século, pelo fato notadamente da mecanização; mas essa redução não deve ser importante e desaparece em todo caso atrás das divergências de método dos Recenseamentos. O número de mulheres ativas para 100 homens varia de 50 a 80%, conforme as definições e regras adotadas.

Propomo-nos a conservar o resultado de 1954 (muito embora nos pareça um pouco fraco), porquanto é o último conhecido e freqüentemente utilizado. Trata-se de encontrar, para os anos anteriores, dados comparáveis.

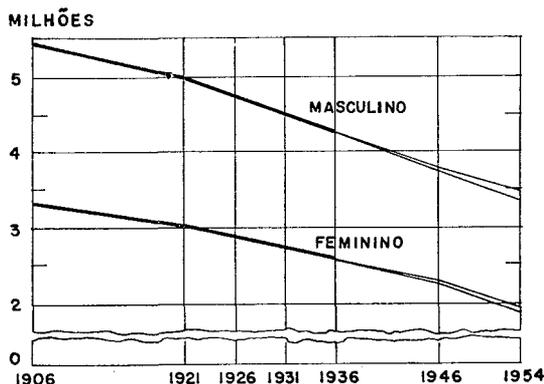
A distribuição entre chefes de família e dependentes ativos é por demais divergente, de um Recenseamento para outro, para ser utilizável. Grande número de mulheres casadas, recenseadas como chefes em 1946 foram, em 1954, classificadas como dependentes ativos.

A melhor solução consiste em juntar ao número de homens de 1946, corrigido conforme foi dito, a proporção de mulheres, constatada em 1954, êste cálculo pode se processar de diversas maneiras.

A aplicação da proporção ao total da população agrícola leva a um total de 2 025 000 mulheres ativas, ao invés de 3 250 000. O cálculo feito, apenas, sobre os que exploram a agricultura, leva a 2 125 000 o total das mulheres ativas. Contudo, o aumento do número de trabalhadores agrícolas (homens), de 1946 a 1954, não corresponde certamente à realidade; o número de trabalhadores deve ter diminuído, pelo menos, tanto quanto a dos exploradores, o que leva a considerá-lo como 1 100, em 1946, e a reduzir para 2 685, o total dos exploradores. Assim sendo, do cálculo resultariam 2 008 000 agricultores (mulheres) em 1946.

Nos Recenseamentos anteriores à guerra, sendo pouco conhecida a distribuição dos trabalhadores e pessoas que exploram a agricultura, o cálculo só pode ser feito sobre o conjunto. Admitiremos que a proporção ativa devia ser um pouco mais elevada antes da guerra e adotaremos a proporção de 60% para os Recenseamentos de 1921 a 1936. Para 1946, esta proporção nos parece, ainda, admissível, uma vez que, de 1946 a 1954, a mecanização reduziu, sem dúvida, a atividade feminina, o que resulta, para 1946, num total de 2 240 000 mulheres ativas. Êste método, sem dúvida contestável, aproxima-se mais da realidade que os dados publicados. Obtemos, assim, novas estimativas para a população agrícola ativa a partir de 1906 (em milhares):

ANOS	DADOS RETIFICADOS				DADOS BRUTOS			
	Total	Homens	Mulheres	Mulheres para 100 homens	Total	Homens	Mulheres	Mulheres para 100 homens
1906	8 777	5 452	3 325	61,0	8 777	5 452	3 325	61,0
1921	7 988	4 993	2 995	60,0	8 951	4 994	3 958	79,2
1926	7 586	4 741	2 845	60,0	8 129	4 741	3 388	71,4
1931	7 116	4 447	2 669	60,0	7 637	4 447	3 190	71,7
1936	6 755	4 222	2 533	60,0	7 141	4 222	2 919	69,1
1946	5 965	3 725	2 240	60,0	7 387	4 137	3 250	78,5
	6 050	3 780	2 270	60,0				
1954	5 138	3 326	1 812	54,4	5 138	3 326	1 812	54,4
	5 327	3 450	1 877	54,4				



POPULAÇÃO AGRÍCOLA - 1906/54

Não julgamos necessário substituir o resultado de 1906 Foram Recenseamentos entre as duas guerras, que adotaram uma classificação muito ampla, referente à mulher ativa, na agricultura

Para 1954 e, por conseguinte, para 1946, propomos duas estimativas, uma delas baseada no total recenseado, a outra na prolongação do movimento 1921-1936, em progressão geométrica

Em 1921 e 1946, a proporção efetiva das mulheres ativas era, sem dúvida, superior à acima adotada em virtude das conseqüências da guerra Lembremos que procuramos aqui sobretudo "revelar as tendências" e, conseqüentemente eliminar as variações acidentais

**S**IGNIFICAÇÃO DA EMIGRAÇÃO PROFISSIONAL — Que representa essa migração de 50 000 homens, que abandonam todos os anos a agricultura? Lembremos, inicialmente, que não se trata, necessariamente, de agricultores que abandonam sua profissão, muito freqüentemente, a mudança se faz de uma geração para outra, o filho seguindo outro caminho que não o do pai. Mas, a diminuição da população ativa agrícola deve levar em conta, também, as variações propriamente demográficas Em certas regiões, de população velha, a diminuição se faz automaticamente, sem nenhum êxodo Em outras, ao contrário, esta diminuição corresponde a uma migração ainda mais forte Os documentos disponíveis, no momento, não permitem a medição desse fenômeno, com a precisão necessária.

Seja como fôr, uma diminuição de 50 000 homens, sobre um total, digamos, de 3 525 000 (média entre 1946 e 1954), representa uma diminuição de 1,4% por ano, inferior ao crescimento médio de produtividade direta, porquanto a produção continua a aumentar Esta verificação ressalta a necessidade de encontrar, tão somente novos escoamentos para os produtos agrícolas, mas um número de empregos mais elevado para os filhos dos agricultores, que abandonam a cultura.

Empregamos a expressão "produtividade direta" e não "rentabilidade", porque se produz, em larga escala, uma exportação de mão-de-obra; é o caso, notadamente, quando um agricultor mecaniza suas instalações e reduz o pessoal O rendimento pode, em certos casos, não sem melhorado, senão muito fracamente

O progresso técnico na agricultura é "recessivo", pelo menos na França atual; é a causa da redução da mão-de-obra empregada e, conseqüentemente, da migração profissional, por rejeição

Eis agora, outro aspecto. suponhamos, por um momento, que na população agrícola as gerações assegurem integralmente sua substituição: constituindo os agricultores apenas 25% da população, uma classe masculina de filhos de agricultores não deve compreender mais de 75 000 jovens Este número representa só uma ordem de grandeza, pois o cálculo exato implicaria a distribuição da população agrícola, por idade; êle leva a um resultado tão pouco aproximado da verdade que chama a atenção.

Seria preciso concluir, com efeito, que dois jovens, em três (ou, pelo menos, em uma determinada geração, duas pessoas, em três), deixam a agricultura,

proporção que parece excessiva. Assinalamos acima a questão delicada do Recenseamento dos dependentes ativos. Uma diminuição, de tal maneira forte, da população agrícola, só se poderia explicar pelo prolongamento da escolaridade ou por uma mais rápida cessação da atividade das pessoas idosas.

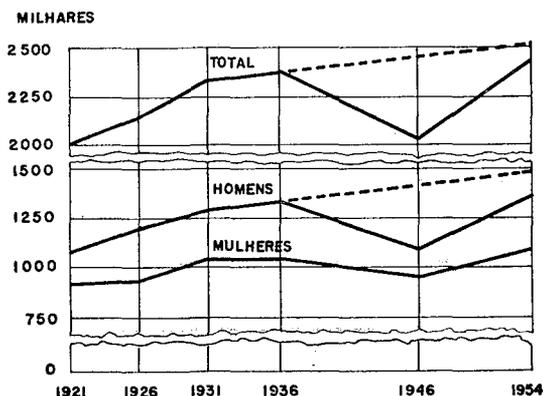
Essas incógnitas só poderão ser suprimidas pela apuração completa da população ativa, por idade e por estatísticas de fecundidade, segundo a profissão. E' entre 20 e 60 anos que os resultados são relativamente seguros e, portanto, comprobatórios.

Os trabalhos em preparo no INSEE permitirão em breve, e pela primeira vez, um balanço verdadeiro da evolução da população agrícola na França.

**P**OPULAÇÃO NÃO AGRÍCOLA — Vimos que a superestimação dos agricultores, em 1946, se deve, em grande parte, ao fato de os habitantes das zonas rurais, habitualmente considerados como comerciantes ou artesãos, se terem declarado agricultores. O fato é confirmado pelo confronto com as pessoas ativas, no comércio, não permitindo a superposição dentro das nomenclaturas comparar, proveitosamente, as diversas profissões interessadas, digamos, no tempo, o conjunto "comércio, hospedaria, casa de bebidas" (números 69 a 81 da nova nomenclatura e números correspondentes da antiga,<sup>3</sup> o que nos dá:

ANOS	Total	Homens	Mulheres
1921	2 008 000	1 079 000	929 000
1926	2 146 000	1 208 000	938 000
1931	2 337 000	1 291 000	1 046 000
1936	2 374 000	1 333 000	1 041 000
1946	2 028 000	1 095 000	953 000
1954	2 452 000	1 362 000	1 090 000

Aparece também aqui uma séria descontinuidade: a população recenseada em 1946 é demasiado fraca, pelas razões já expostas.



Desta feita, porém, a população não encontra a linha de tendência (como acontecia no caso dos agricultores) mesmo se prolongarmos a inclinação 1931-1936, que se tornara menos pronunciada pela crise econômica. O prolongamento conduziria a uma população ativa, em 1954, de 2 507 000 pessoas, sobre a linha 1931-1936, e de 2 800 000, sobre a linha 1926-1936.

Esta observação vai de encontro à opinião geralmente aceita sobre a exorbitância pletórica do comércio depois da guerra. Mas o Recenseamento das pessoas dedicadas ao comércio é particularmente delicado, em virtude de sua

<sup>3</sup> Ver resultados estatísticos do Recenseamento Geral da população em 1946, vol. II, População ativa, pág. 54 e 74.

dispersão Acresce que as fronteiras desse setor não são absolutamente nítidas, principalmente no que se refere ao artesanato As críticas, tão freqüentes, feitas contra comerciantes, bem como a reconquista de estima, que beneficia, ao contrário, o artesanato, fizeram, sem dúvida, desviar um pouco as declarações. Podemos pensar, portanto, que o Recenseamento de 1954 dá para o comércio resultados um pouco inferiores à realidade ou, pelo menos, que a conservação do comportamento de antes da guerra por parte dos recenseados resultaria, para 1954, em dados superiores aos encontrados.

De qualquer maneira, para seguir a tendência anterior, os dados de 1946 deveriam ser elevados de cerca de 400 000 pessoas A interpolação sobre 1936-1954 dá 390 000, compreendendo 255 000 homens e 135 000 mulheres.<sup>4</sup>

Esse resultado é, para os homens, inferior aos 412 000, dos quais diminuímos a população agrícola masculina de 1946. A diferença, sejam 157 000, pode corresponder ao aos artesãos declarados agricultores em 1946, ou aos camponeses idosos, que prolonçaram, efetivamente, sua atividade ou, ainda, se declararam avicultores, por motivo de abastecimento. Admitiremos que os primeiros devem contar cerca de 70 000, a serem acrescentadas à população agrícola, e que o total real da população agrícola masculina deve ter atingido cerca de 3 800 000 em 1946 Para as comparações, porém, conservamos o número de tendência, 3 725 000

Esses 40 000 artesãos ou trabalhadores independentes foram classificados, abaixo, nos grupos "minas e indústrias" (30 000) e "outras atividades" (10 000), de maneira bastante arbitrária, mas que não pode suscitar erro relativo apreciável, nessas categorias

Com relação às mulheres, deslocamos cerca de 135 000 boletins para as profissões comerciais; porém, sendo esse número muito inferior à superestimação da população feminina agrícola, resulta que a população ativa feminina total (profissões em 1946) deve ser reduzida de maneira importante: 875 000.

Obtemos assim a comparação seguinte:

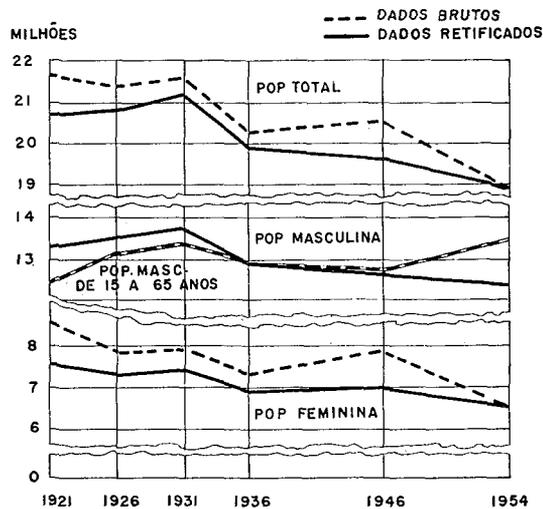
	1954			1946 retificado (dados de tendência)			1946 (dados brutos)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Agricultura.	5 123	3 326	1 812	5 965	3 725	2 240	7 387	4 137	3 250
Minas e indústrias	7 917	6 055	1 862	7 300	5 538	1 762	7 260	5 498	1 762
Comércio e hospedaria	2 452	1 362	1 090	2 418	1 350	1 068	2 028	1 095	933
Bancos, seguros, finanças	435	234	201	387	208	179	387	208	179
Serviços	701	106	595	740	123	617	740	123	617
Outras atividades.	1 991	1 092	899	1 919	1 176	743	1 909	1 166	743
Atividades desconhecidas	255	173	82	809	440	369	809	440	369
<b>TOTAL</b>	<b>18 889</b>	<b>12 348</b>	<b>6 541</b>	<b>19 538</b>	<b>12 560</b>	<b>6 978</b>	<b>20 520</b>	<b>12 667</b>	<b>7 853</b>

Apesar dessas retificações, achamo-nos ainda diante de uma diminuição considerável da população ativa de 1946 a 1954 e, principalmente, a partir da guerra.

	População masculina de 15 a 64 anos de idade	POPULAÇÃO ATIVA					
		Dados retificados			Dados brutos		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1921	12 465	20 757	13 114	7 643	21 720	13 113	8 606
1926	13 140	20 851	13 556	7 295	21 394	13 556	7 838
1931	13 448	21 091	13 712	7 379	21 612	13 712	7 900
1936	12 937	19 874	12 940	6 934	20 260	12 940	7 320
1946	12 704	19 558	12 580	6 978	20 520	12 667	7 853
1954	13 492	18 889	12 348	6 541	18 889	12 348	6 541

<sup>4</sup> Um cálculo rigoroso levaria em consideração a população ativa cuja atividade não tenha sido declarada Mas, nenhum dado permite supor a maneira como se distribuem essas pessoas, sobretudo em 1946.

Sigamos, no gráfico n° 4, a população masculina, mais estável do que a população feminina, ao lado da curva dos dados retificados, foi traçada a da população, com indivíduos de 15 a 65 anos de idade ou em idade considerada ativa.



De 1921 a 1926, a população ativa se desenvolve sob a influência da imigração, da atividade nos negócios e da progressão demográfica. De 1926 a 1931, o mesmo movimento, porém um pouco menos pronunciado, tendo a depressão começado em 1929-1930, de 1931 a 1936, recuo apreciável, devido à crise econômica e à redução da população, em idade ativa (classes de natalidade reduzida 1915-1918). Finalmente, de 1936 a 1946 e a 1954, nova baixa apreciável, apesar da redução do desemprego da atividade nos negócios e da retomada da população, em idade ativa.

Em cada Recenseamento a população ativa diminui, comparada à população em idade ativa.

Diversas explicações podem ser dadas: prolongação da escolaridade, envelhecimento da população em idade ativa (a taxa de atividade declina a partir dos 50 anos), migração para o secundário e o terciário (o afastamento se verifica mais cedo nesses setores que na agricultura). As explicações podem satisfazer de 1921 a 1946, mas, de 1946 a 1954 a divergência é muito pronunciada, embora a vida ativa das pessoas idosas pareça se prolongar espontaneamente nas cidades.

Comparemos 1936 a 1954 a população masculina em idade ativa aumentou de mais de 500 000 e os negócios são muito mais ativos, o número de desempregados, socorridos ou não, é, além de tudo, muito mais fraco em 1954. Apesar dessas alterações, a população masculina ativa diminuiu de 600 000 homens.

Comparemos, contudo, a população ativa, recenseada em 1954, aos resultados da pesquisa por amostragem feita no fim de dezembro de 1953 (a mais próxima da data do Recenseamento de maio de 1954), sobre a população de mais de 14 anos de idade. Foram os seguintes os resultados:

		T	H	M
População à procura de trabalho	População ativa ocupada	61,1	81,8	43,5
	Desempregados, recebendo abono	0,2	0,3	0,1
	Desempregados, que não recebem abono	1,1	1,0	1,2
	População inativa	37,6	16,9	55,2
		100,0	100,0	100,0

Aplicamos essas proporções à população total, considerando como ativas às pessoas ocupadas e as que são beneficiadas com o abono de desemprego. Ob-

temos, para a população ativa, um aumento que comparamos aos dados precedentes

	T	H	M	
Avaliada em 1º de janeiro de 1954	Segundo a pesquisa por amostragem sobre o emprego	20 600	12 900	7 600
	Conservação das taxas de atividade de 1946 (L. Henry e R. Pressat)	21 582	13 670	7 912
	Recenseamento de maio de 1954	18 889	12 348	6 541

O número obtido, segundo a pesquisa por amostragem sobre o emprego, resulta de uma extrapolação no conjunto da população ativa. Como a pesquisa não cobre a população contada à parte (prisioneiros, doentes, etc.), cuja atividade é muito fraca, o número encontrado é um pouco elevado demais. Em compensação, seria preciso adicionar-lhe a população ativa fora da França.

Os dados de população ativa assim obtidos apresentam-se um pouco inferiores aos que corresponderiam à conservação das taxas de atividade de 1946 e isto apesar de uma definição ampla da população ativa ocupada (tendo todas as pessoas trabalhado pelo menos uma hora durante semana que precedeu a pesquisa).

Comparamos agora 1946 a 1954: se aplicamos à população masculina recenseada em 1954 as taxas de atividade verificadas em 1946, em cada idade, obtemos, para 1954, uma população masculina ativa teórica de 13 377 000, em vez dos 12 348 000 recenseados, isto é, acrescida de mais de um milhão. Os cálculos feitos por L. Henry e R. Pressat, sobre a população, em 1º de janeiro de cada ano<sup>5</sup>, dão mesmo para 1954 um total mais elevado ainda — 13 670 000; explica-se a diferença de 293 000 pela divergência das datas e pelos ausentes — fora da França, militares, principalmente.

Concluir-se-ia desses números que a diminuição de população ativa é devida a uma redução efetiva da atividade e não a uma redução do número de homens em idade de trabalho. Esse número, ao contrário, aumentou, principalmente em decorrência da imigração estrangeira e algeriana. Ora, a atividade econômica em 1954 era muito satisfatória e o desemprego muito reduzido.

Para a população feminina, a divergência entre as variações da população ativa e da população que corresponderia à conservação das taxas de atividade não é menos pronunciada.

A população ativa recenseada diminuiu de 437 000, a partir de 1946, e de 393 000, a partir de 1936. Aqui, porém, a população ativa, encontrada na pesquisa por amostragem sobre o emprego, permite uma boa correspondência com a população bruta, entre 1936 e 1954, tanto foi ampla a definição de atividade, no inquérito sobre o emprego. Quaisquer que sejam as aproximações feitas, “subsiste uma importante diminuição da população ativa recenseada”, que as retificações ulteriores poderão talvez reduzir, mas não suprimir, e que tratamos agora de explicar.

**A** REMUNERAÇÃO DA INATIVIDADE — A diminuição pode ser devida ou a causas reais ou a causas estatísticas. Para revelar estas, poder-se-ia recorrer a diversas verificações parciais nos setores cuja mão-de-obra é diretamente conhecida, como, por exemplo, minas, estradas de ferro, etc. Essas verificações não podem satisfazer, porquanto se trata precisamente dos setores onde a definição da atividade ou da ocupação não permite contestação e onde, por conseguinte, os fatores estatísticos pouco influem. Ao contrário, nos setores que comportam numerosas situações incertas (comércio, artesanato, etc.), a verificação numérica é ilusória.

A explicação essencial deve ser procurada na instituição do Seguro Social, compreendendo remuneração da inatividade e taxa da atividade (cotizações).

As incidências dessa instituição podem ser exercidas sobre quase todas as formas de inatividade (jovens, mulheres, velhos, etc.) e de duas maneiras:

<sup>5</sup> “Population”, janeiro-março de 1955, pág. 33

1) *Mudanças reais* A remuneração da inatividade permite a certas pessoas, permanecer inativas que, sem ela, seriam ativas. Por exemplo, os abonos de família, concedidos às crianças, durante o ensino pós-escolar, contribuíram para retardar a idade ativa, mulheres casadas que, não fôsse o abono de salário único, teriam se decidido a trabalhar, permaneceram inativas

2) *Mudanças no comportamento, em face do Recenseamento* Determinada pessoa que, em outros tempos, se teria declarado ativa, hoje declara-se inativa. São principalmente as pessoas que não estão quites com o Seguro Social, mulheres ativas, seguradas pelo marido e que não estão para pagar cotização dobrada, mulheres beneficiárias do abono de salário único, que ultrapassaram a tolerância regulamentar, etc

Sem dúvida, tem-se repetido que as respostas dadas nos Recenseamentos não seriam utilizadas senão para fins estatísticos. Apesar dessas precauções, o medo da administração e do controle subsistiu integralmente. Toda pessoa, não em dia, talvez tenha dado sua resposta sobre a atividade, em conformidade com sua situação administrativa

Eis, porém, um ponto mais importante: o mesmo fenômeno talvez se verificasse para as pessoas em situação regular. E' preciso citar, desde logo, todas as pessoas em número muito elevado, que não conhecem exatamente os regulamentos, nem a extensão de seus direitos. Na dúvida, elas preferem se abster de declarar uma atividade

Sem dissimular verdadeiramente suas pequenas atividades parciais, diversos beneficiários de pensões, de abonos diversos, podem preferir não indicar essas fontes de renda, o que poderia um dia motivar uma redução ou uma supressão das somas que lhes são concedidas

Não é tudo talvez se tenham processado mudanças no modo de responder, independentes de qualquer temor pela administração. Antes da guerra, a atividade era mais bem considerada que a inatividade, de boa mente qualificada como ociosidade. Ter uma profissão, um emprego, era se classificar socialmente. A remuneração da inatividade modificou este estado de espírito, de tal maneira que, em diversas situações marginais, a resposta, nesse caso, talvez possa ter sido negativa

**V**ISTA DE CONJUNTO E CONCLUSÃO — Dessas discontinuidades resulta que as tendências da população ativa são de difícil medida, hoje em dia. No entanto, o Recenseamento geral continua sendo, com a pesquisa de amostragem sobre o emprego, o único meio de conhecer o conjunto da população. A observação direta — controle dos estabelecimentos, seguridade social — não deu os resultados esperados e não pode, senão em determinados setores, medir a trilha percorrida entre os dois Recenseamentos

A dificuldade vem principalmente da existência de uma população flutuante, dispersada de atividades mal-definidas, composta de mulheres casadas, que trabalham intermitentemente, de trabalhadores sem profissão determinada, que mudam freqüentemente de empresa e mesmo de ramo de atividade, de habitantes de zonas rurais presos à agricultura e a pequenos ofícios, etc. Esta população flutuante, inacessível por quaisquer outros meios, só é manejada pelo Recenseamento, ela o é, porém, de maneira que depende grandemente dos meios utilizados e das correntes psicológicas

Os erros cometidos na interpretação sumária de tais dados vão naturalmente além dos limites de um simples censo. A contabilidade e os planos de mão-de-obra, que não os levam em conta e os interpretam em termos globais, ocasionam graves erros para o país. Esta população marginal só se emprega, verdadeiramente, na sua totalidade, em regime econômico de guerra, não chegando a integrar-se plenamente nos dispositivos do tempo de paz, baseados na iniciativa individual e nas considerações de rentabilidade

A diminuição da população ativa deve, por esse motivo, ser interpretada com as maiores precauções. E' indispensável conhecer a população ativa por idade e estudar, com atenção, as zonas limítrofes da atividade

O fenômeno mais importante é a estabilidade do ritmo da emigração agrícola. Mas, esta merece ser estudada mais detalhadamente

Os novos métodos estatísticos permitirão, de maneira geral, uma análise das correntes profissionais, mais completa que no passado, mas, ao mesmo tempo, a discontinuidade dos Recenseamentos torna mais difícil a interpretação das tendências de longa duração

É de desejar que os Recenseamentos futuros sejam feitos seguindo as mesmas regras do de 1954, mesmo que estas se apresentem passíveis de aperfeiçoamento. Em matéria de Recenseamento, a noção dos movimentos é mais instrutiva ainda que a das estruturas.

De outro modo, a utilidade das pesquisas sobre emprego se assegura de dia para dia. Qualquer ampliação desses inquéritos será de grande utilidade para o conhecimento da atividade econômica.

# A POPULAÇÃO ATIVA NO MUNDO

## DISTRIBUIÇÃO POR PROFISSÃO E SEGUNDO A SITUAÇÃO NA PROFISSÃO

**P**UBLICADO na "Revue Internationale du Travail", em seu número 2, vol LXXIV (agosto de 1956), e de autoria de uma equipe técnica do Escritório Internacional do Trabalho, o presente artigo é o terceiro de uma série consagrada ao estudo da composição da população ativa no mundo. O primeiro examinava a questão sob certos aspectos demográficos (relação entre a população ativa e a população total, distribuição da mão-de-obra por idade e por sexo, evolução da proporção das mulheres, dos trabalhadores jovens e velhos na população ativa)<sup>1</sup> e o segundo, sob seus aspectos, mais especialmente econômicos (distribuição da mão-de-obra por setores econômicos e principais indústrias de transformação e relação entre essa distribuição e a da renda nacional, por setor de atividade)<sup>2</sup>. No presente artigo, são analisados os aspectos sociais dessa distribuição, isto é, a distribuição da população ativa segundo a situação na profissão (empregadores, operários, empregados, etc), a importância relativa de cada uma dessas categorias nos principais setores econômicos (agricultura, indústria e serviços) e a distribuição da mão-de-obra civil por principais grupos de profissões.

A tradução foi realizada por Maria Helena Miquievich

**A**s comparações internacionais da distribuição da mão-de-obra são difíceis por que as estatísticas nacionais em que se baseiam nem sempre utilizam métodos e conceitos uniformes e não são todas igualmente seguras<sup>3</sup>. Essas diferenças de métodos e de conceitos, que já tornavam bastante aleatórias as comparações entre países, quando se tratava dos aspectos demográficos e econômicos da distribuição da mão-de-obra, são ainda muito mais sérias, quando se trata de comparar as profissões ou situações na profissão. De fato, nesses domínios a limitação e a definição das categorias são muito estreitamente influenciadas pelas características culturais e institucionais de cada país; além disso, as técnicas de compilação e de classificação dos dados estão menos adequadas para esse gênero de estatísticas que para a distribuição da mão-de-obra por idade e por sexo ou por setores econômicos. Eis porque este artigo se limitará a comparações internacionais muito gerais e a comparações no tempo.

## DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA SEGUNDO A SITUAÇÃO NA PROFISSÃO

**A** ANÁLISE da distribuição da mão-de-obra, segundo a situação na profissão, evidencia as incidências sociais do desenvolvimento econômico. Fornece, além disso, informações úteis quanto à relativa importância numérica dos trabalhadores e dos empregados.

O conceito de "situação na profissão", que serve à classificação social da população ativa, é diversamente definida ou interpretada nos diferentes países. Não obstante, em seus censos demográficos, a maioria dos países classificam os trabalhadores segundo a profissão e utilizam, para isso, categorias gerais que correspondem, no conjunto, às categorias recomendadas pela Comissão Estatística

<sup>1</sup> "A População Ativa no Mundo: Aspectos Demográficos", *Revue Internationale du Travail*, vol LXXIII, n° 2, fev 1956, págs 169-195

<sup>2</sup> "A População Ativa no Mundo: Distribuição por Setores Econômicos", *ibid*, vol LXXIII, n° 5, maio 1956, págs 555-577

<sup>3</sup> Essas dificuldades foram examinadas pormenorizadamente no primeiro artigo, acima citado

das Nações Unidas, a saber: empregadores, pessoas trabalhando por conta própria, assalariados e os membros ativos, não remunerados, de uma família.

Uma primeira distinção fundamental pode ser feita entre trabalhadores "independentes" (empregadores e pessoas trabalhando por conta própria) e pessoas "empregadas" por outrem (assalariados e membros ativos, não remunerados, de uma família), categoria à qual pertence a maioria da população ativa no mundo. O grupo dos "assalariados" pode ser subdividido em duas categorias: empregados e operários, porque uns e outros trabalham em virtude de contrato, individual ou coletivo, fixando sua remuneração e as outras condições de emprego. Em compensação, o trabalho dos "membros ativos, não remunerados, de uma família" é raramente submetido a regras objetivas; é efetuado geralmente segundo as necessidades subjetivas da empresa familiar interessada, não percebendo esses trabalhadores remuneração definida e dividindo com o chefe da família, ao qual eles prestam sua colaboração, os frutos do trabalho comum, formam categoria à parte. Todavia, como trabalham geralmente sob a direção de um terceiro, parece mais indicado considerá-los como "empregados e operários" do que como "empregadores".

Os empregadores empregam um ou mais assalariados. As pessoas que trabalham por conta própria não empregam assalariados, mas podem ser auxiliadas por membros de sua família ou trabalhar sós. Todavia, empregadores e pessoas que trabalham por conta própria são "empreiteiros", isto é, sua renda é constituída pela diferença entre o valor da produção e o custo dessa produção.

Nos recenseamentos demográficos, os "desempregados" são contados normalmente entre a população ativa, mas não formam uma categoria especial, são, geralmente, incluídos nos grupos dos assalariados, poquanto a grande maioria deles é considerada como sendo composta de operários e empregados, são, no entanto, algumas vezes, classificados na categoria a que pertenciam antes de tornarem-se desempregados. O grupo das "pessoas que procuram trabalho pela primeira vez" é às vezes classificado entre os assalariados, ou inteiramente desprezado no cálculo da mão-de-obra total.

No presente artigo, a distribuição da mão-de-obra total, segundo a situação na profissão, será analisada, utilizando-se as grandes categorias seguintes: empregadores e pessoas trabalhando por conta própria, membros ativos, não remunerados, de uma família e assalariados. A categoria dos assalariados será, em segunda, focalizada entre o grupo dos trabalhadores e dos empregados.

#### DISTRIBUIÇÃO ATUAL EM ALGUNS PAÍSES

A TABELA I indica a maneira pela qual a população ativa se distribuía entre essas três categorias, em vinte e cinco países, por volta do ano de 1950. Esses países foram escolhidos, de forma a representar todos os continentes e os diversos estádios de desenvolvimento econômico e social. Entretanto, sendo muito diferentes os conceitos estatísticos nos países analisados, os resultados não permitem apresentar uma estimativa da distribuição da população ativa no mundo, segundo a situação na profissão. Pela mesma razão, não é sempre possível fazer comparações significativas entre países; assim, o total de membros ativos, não remunerados, de uma família, no Paquistão e o dos assalariados, nas Filipinas, não guarda proporção com os resultados correspondentes obtidos em outros países, com uma estrutura social e econômica semelhante e está certamente deformado pelas definições e classificações especiais utilizadas no Paquistão e nas Filipinas. Contudo, os dados da tabela I, encarados sobre o plano regional ou para uma comparação grosseira dos países que apresentam entre si grandes diferenças de nível econômico, fazem surgir certos fatos interessantes.

Uma das principais características da toda sociedade analisada sobre o plano econômico, social ou político — é a importância relativa do grupo dos assalariados (operários e empregados). Na Austrália, esse grupo constitui cerca dos quatro quintos da população ativa total, tal como no Canadá e nos Estados Unidos. Na América latina, é interessante notar que entre os países para os quais se dispõe de dados suficientes, a Argentina e o Chile têm uma proporção de assalariados que ultrapassa largamente 70 por cento da população ativa, enquanto que no Brasil e no México essa proporção situa-se em cerca de 50 por cento. Sobre os nove países europeus analisados, seis têm uma proporção de assalariados fixando-se entre 65 e 70 por cento da população ativa total; as três exceções são, de um lado, a Itália (60 por cento) e de outro, a Suécia e o Reino Unido, respectivamente, com as proporções de 77 e 93 por cento.

Enquanto que na Europa, América e Oceânia, os assalariados constituem os dois terços e os quatro quintos da população ativa, na África e na Ásia formam uma proporção bem menos importante. Os resultados conhecidos, rela-

tivos a êsses dois continentes, indicam que, em média, o total dos operários e dos empregados não representa mais do quinto ou do terço da população a'iva, com uma proporção talvez ligeiramente maior na África que na Ásia. Mesmo um país da Ásia, tão industrializado como o Japão, não possui mão-de-obra assalariada superior a 40 por cento da população ativa total. O total muito elevado de 79 por cento indicado para a União Sul-Africana só se refere à população branca

Quando a proporção dos assalariados é relativamente fraca, as duas outras categorias: "empregados e pessoas que trabalham por conta própria" e "membros ativos, não remunerados, de uma família" se acham em proporção relativamente elevada. Assim, essas duas categorias são relativamente mais importantes na Ásia e na África, onde, tomadas em conjunto, formam, muitas vezes, os dois terços ou mesmo os quatro quintos da mão-de-obra total. No Canadá, nos Estados Unidos e na maioria dos países europeus, a categoria dos empregadores e das pessoas trabalhando por conta própria representa de 15 a 20 por cento da população ativa, no Reino Unido, essa proporção é só de 7,2 por cento. Os países que apresentam resultados separados para empregadores e pessoas trabalhando por conta própria são, infelizmente, muito pouco numerosos, parece, no entanto, a julgar-se por algumas estatísticas minuciosas disponíveis que, onde essas duas categorias, tomadas em conjunto, formam uma proporção relativamente importante da população ativa, como na Índia, por exemplo, as pessoas que trabalham por conta própria são muito mais numerosas que os empregadores, enquanto que nos países como o Reino Unido ou os Estados Unidos, onde êsse grupo é proporcionalmente bastante fraco, se compõe na maior parte de empregadores

TABELA I

Distribuição da mão-de-obra segundo a situação na profissão

PAÍS	Ano	MÃO-DE-OBRA (em milhares)				PERCENTAGEM DA MÃO-DE-OBRA TOTAL		
		Empre- gadores e pessoas que trabalham por conta própria	Membros ativos, não remune- rados de uma família	Assala- riados	Total	Empre- gadores e pessoas que trabalham por conta própria	Membros ativos, não remune- rados de uma família	Assala- riados
<b>África:</b>								
Algéria:								
População muçulmana	1948	792	2 361		3 156	25,1		74,9
Europeus	1948	86	246		332	25,9		74,1
Egito	1947	2 411	1 365	2 752	(1) 653	37,0	20,9	42,1
Marrocos:								
População indígena	1952	1 971		928	2 899		68,0	32,0
União Sul-Africana:								
População branca	1951	184	24	(2) 776	984	18,7	2,4	(2) 78,9
<b>América:</b>								
Canadá	1951	1 031	170	(2) 4 099	5 300	19,5	3,2	(2) 77,3
Estados Unidos	1950	9 573	1 113	(2) 49 351	(3) 60 037	15,9	1,9	(2) 82,2
Argentina	1947	1 453	181	(2) 4 699	(1) 6 333	22,9	2,9	(2) 74,2
Brasil	1950	5 506	2 908	8 667	(1) 17 081	32,2	17,0	50,8
Chile	1952	476	59	1 462	1 997	23,8	3,0	73,2
México	1950	3 467	974	(2) 3 831	(4) 8 272	41,9	11,8	(2) 46,3
<b>Ásia:</b>								
Índia (5)	1951	72 098	37 564	29 677	139 339	51,7	27,0	21,3
Japão	1954	10 510	14 400	(2) 15 690	40 580	25,9	35,5	(2) 38,6
Faquistão	1951	18 340	96	3 562	(1) 21 998	83,4	0,4	16,2
Filipinas	1948	2 211	1 639	(2) 3 566	7 416	29,8	22,1	(2) 48,1
Tailândia	1947	3 025	4 990	977	8 992	33,6	55,5	10,9
<b>Europa:</b>								
Alemanha (República Federal)	1950	3 258	3 184	15 632	(1) 22 074	14,8	14,4	70,8
Austria	1951	588	593	(2) 2 163	3 344	17,6	17,7	(2) 64,7
Bélgica	1947	772	223	2 486	3 481	22,2	6,4	71,4
Espanha	1950	2 369	1 196	7 095	(1) 10 660	22,2	11,2	66,6
França	1954	3 955	2 520	(2) 12 726	(1) 19 201	20,6	13,1	(2) 66,3
Itália	1954	4 819	3 070	(2) 12 024	(6) 19 913	24,2	15,4	(2) 60,4
Holanda	1947	720	403	(2) 2 725	(1) 3 848	18,7	10,5	(2) 70,8
Reino Unido	1951	1 674	71	(2) 21 436	(3) 23 181	7,2	0,3	(2) 92,5
Suécia	1950	601	120	2 384	3 105	19,3	3,9	76,8
<b>Oceânia:</b>								
Austrália	1954	661	28	(2) 3 004	(1) 3 693	17,9	0,8	(2) 81,3

(1) Excluídas as "pessoas cuja situação na profissão é mal definida" — (2) Incluídos os "desempregados" — (3) Êstes números colhidos por amostragem, em resultados censitários, deixam de ser ajustados a fim de fazer-lhes coincidir com os totais correspondentes das tabelas II e III do artigo publicado, anteriormente, sobre o mesmo assunto ("População Ativa no Mundo: Aspectos Demográficos", op cit; pgs 174 e 178-179) — (4) Total emendado — (5) Incluídos os dependentes remunerados — (6) Excluídas 1 429 000 pessoas, reunindo sobretudo mulheres, que trabalham ocasionalmente na agricultura

A grande variedade de definições utilizadas nos diversos países, para designar os membros ativos, não remunerados, de uma família impede tirar conclusões bem determinadas a respeito da proporção desses trabalhadores na população ativa. Assim, poder-se-ia crer à primeira vista que, nos países pouco desenvolvidos, a proporção dos membros ativos, não remunerados, de uma família tende a ser mais elevada que nos países como os Estados Unidos e o Canadá. Ora, a tabela I indica que no Chile, essa proporção não é senão de 3 por cento e no Paquistão de 0,4 por cento, somente. Poderia, pois, parecer falsa essa conclusão. É provável que essas percentagens extremamente baixas sejam devidas, sobretudo, ao fato de que certos grupos de trabalhadores, que em outros países seriam classificados entre os membros ativos, não remunerados, de uma família são excluídos, nesses dois países, do cálculo da mão-de-obra. Contudo, é certo que os membros ativos, não remunerados, de uma família trabalham geralmente mais para pessoas compreendendo a categoria dos que trabalham por conta própria, do que para "empregadores", por conseguinte, nos países onde as pessoas trabalhando por conta própria são relativamente numerosas, é normal que os membros ativos, não remunerados, de uma família foimem uma parte importante da mão-de-obra e vice-versa.

As diferenças que se verificam entre as diversas regiões do mundo, no que concerne à distribuição da mão-de-obra, segundo a situação na profissão, traduzem, em parte, diferenças no grau de mecanização e no nível de desenvolvimento industrial. Por exemplo, a mecanização da agricultura, aumentando a produtividade, obriga os trabalhadores marginais, isto é, os membros ativos, não remunerados, de uma família, como velhos e espôsas de agricultores, a abandonar o trabalho enquanto um certo número de trabalhadores adultos abandonam a agricultura para procurar trabalho assalariado nas cidades. Do mesmo modo, a passagem da pequena produção familiar, mais ou menos autárquica, para a grande produção, em usina, destinada ao mercado transforma um grande número de trabalhadores independentes e de pequenos empregadores em assalariados. Daí resulta que a proporção dos assalariados no conjunto da população ativa tende a aumentar. Essa evolução verificou-se em cada país, num estágio mais ou menos avançado, segundo as circunstâncias próprias do país considerado. Entre os países analisados na tabela I, alguns são muito industrializados, outros apenas começaram seu desenvolvimento econômico, daí as variações consideráveis da distribuição da mão-de-obra, segundo a situação na profissão.

As conclusões indicadas acima estão em harmonia com as tiradas da análise da distribuição da população ativa por setores econômicos<sup>4</sup>. Um dos traços característicos da evolução econômica do mundo, que essa análise fez sobressair, foi a diminuição sensível da proporção da mão-de-obra agrícola em numerosas regiões do mundo. Admitindo-se que a agricultura é precisamente o ramo em que as pessoas que trabalham por conta própria e os membros ativos, não remunerados, de uma família, são há muito, os mais numerosos, vê-se que a distribuição da mão-de-obra por setores econômicos e sua distribuição segundo a situação na profissão se acham estreitamente ligadas entre si e que esses dois caracteres particulares só fazem apresentar, sob dois aspectos diferentes, uma mesma coisa, a saber, a estrutura econômica de um país.

#### EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO

A TABELA II mostra a evolução da distribuição da população ativa, segundo a situação na profissão, em quinze países. Essa evolução é representada graficamente no diagrama I. Na maioria dos casos, as estatísticas disponíveis não permitem remontar além de algumas dezenas de anos. Todavia, no que concerne à Alemanha, à França, à Suíça e à Austrália, dispõe-se de dados mais antigos. Convém notar, antes de tudo, que as diferenças de conceitos e de métodos que tornam aleatórias as comparações entre países podem, igualmente, alterar, no tempo, as comparações dos dados referentes a um mesmo país, quando os conceitos e os métodos estatísticos transformam-se no correr do período coberto pelos dados.

A tendência mais significativa que ressalta da tabela II é o aumento da importância relativa da categoria dos assalariados. Todos os países, analisados na tabela registram esse aumento, se bem que apresentem graus diversos de desenvolvimento econômico.

Os resultados são raramente comparáveis de uma data à outra, porquanto o progresso das definições estatísticas conduzem a maioria dos países a levar mais avante a análise estatística dos diversos grupos. Contudo, na Suíça, onde

<sup>4</sup> "A População Ativa do Mundo: Distribuição por Setores Econômicos", op. cit

os métodos e as definições não sofreram modificação, a proporção dos assalariados no conjunto da mão-de-obra passou de 57 por cento em 1888 a 75 por cento em 1950; a mesma tendência pode-se observar, de forma mais ou menos pronunciada, nos outros países, na França, por exemplo, essa percentagem passou de 55 em 1851 a 65 em 1954, na Austrália de 74 em 1911 a 81 em 1954, no Canadá de 66 em 1931 a 77 em 1951 e nos Estados Unidos de 78 em 1940 a 82 em 1950

A proporção dos membros ativos, não remunerados, de uma família acusa diminuição contínua em todos os países analisados, salvo na Alemanha, entre 1882 e 1925. Todavia, nesse caso particular, as informações disponíveis permitem pensar que as modificações importantes trazidas aos métodos de recenseamento e, notadamente, à definição de membros ativos, não remunerados, de uma família, em diversas regiões da Alemanha, até 1925, bastam para explicar o caráter anormal da tendência observada

TABELA II

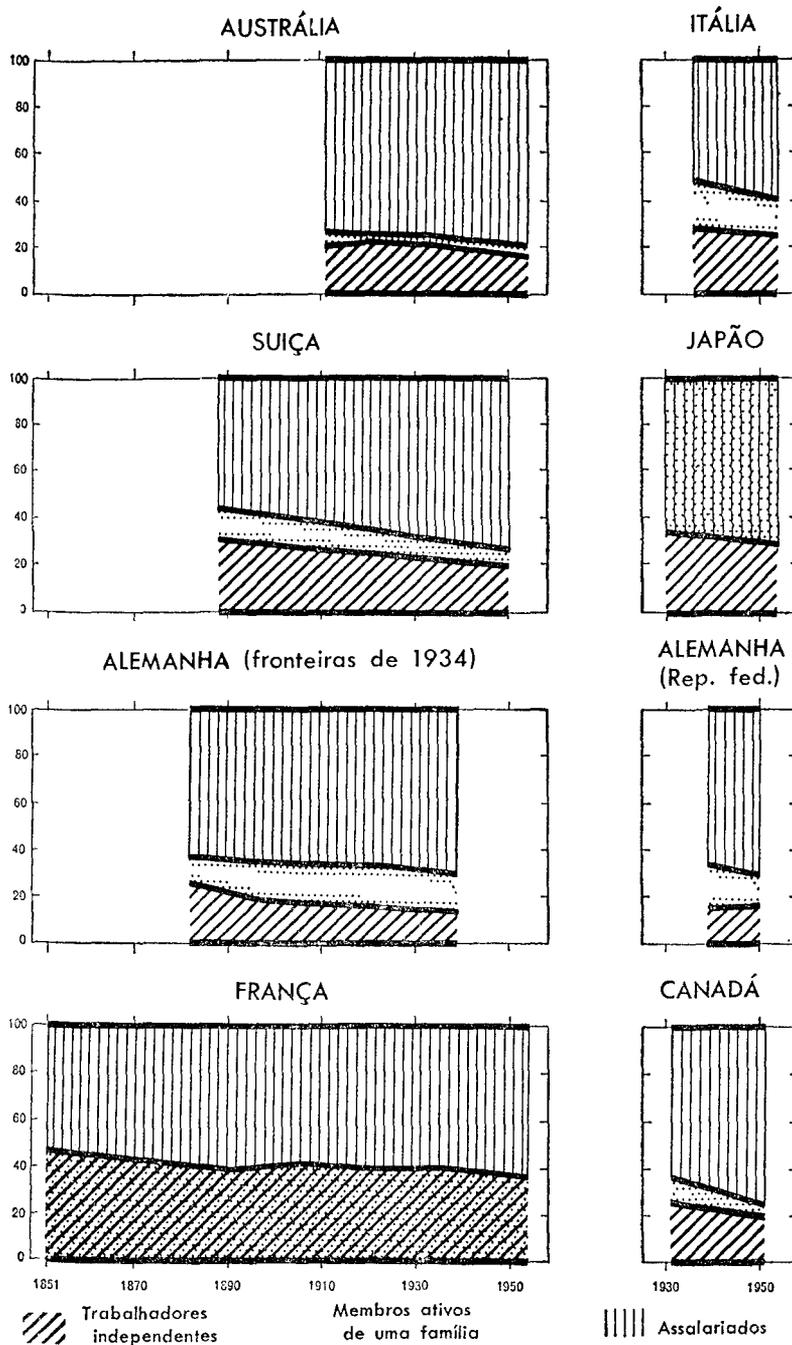
*Evolução da distribuição da mão-de-obra segundo a situação na profissão*

PAÍS	Ano	MÃO-DE-OBRA (em milhares)				PERCENTAGEM DA MÃO-DE-OBRA TOTAL		
		Empre- gadores e pessoas que trabalham por conta própria	Membros ativos, não remune- rados de uma família	Assala- riados	Total	Empre- gadores e pessoas que trabalham por conta própria	Membros ativos, não remune- rados de uma família	Assala- riados
Alemanha (1)	1882	4 304	1 676	10 515	16 495	26,1	10,2	63,7
	1907	4 683	3 773	16 182	24 637	19,0	15,3	65,7
	1925	5 013	5 437	21 559	32 009	15,7	17,0	67,3
	1939	4 784	5 627	23 857	34 269	14,0	16,4	69,6
Alemanha (República Federal)	1939	2 927	3 627	13 128	(2) 19 682	14,9	18,4	66,7
	1950	3 258	3 184	15 632	22 074	14,8	14,4	70,8
Austrália	1911	408	78	(3) 1 408	1 894	21,5	4,1 (3)	74,3
	1921	489	35	(3) 1 680	2 204	22,2	1,6 (3)	76,2
	1933	579	46	(3) 2 102	2 727	21,2	1,7 (3)	77,1
	1947	608	29	(3) 2 530	(4) 3 167	19,2	0,9 (3)	79,9
	1954	661	28	(3) 3 004	(4) 3 693	17,9	0,8 (3)	81,3
França	1851	3 992	160	11 945	(5) 21 877	45,4		54,6
	1876	6 393	203	9 440	(5) 15 833	40,4		59,6
	1891	6 062	159	9 704	(5) 15 766	38,4		61,6
	1906	8 366	131	11 761	(5) 20 127	41,6		58,4
	1921	8 211	59	13 084	(5) 21 295	38,6		61,4
	1936	7 716	43	12 035	(5) 19 751	39,1		60,9
	1954	6 648	131	(3) 12 278	(4-5) 18 926	35,1	(3)	64,9
Suíça	1888	398	160	738	1 305	30,5	13,0	56,5
	1910	461	203	1 119	1 783	25,8	11,4	62,8
	1930	429	159	1 355	1 943	22,1	8,2	69,7
	1950	409	131	1 616	2 156	19,0	6,1	74,9
Canadá	1931	1 011	346	2 570	3 927	25,7	8,8	65,5
	1951	1 031	170	(3) 4 099	5 300	19,5	3,2 (3)	77,3
Chile	1940	443	1 300	1 743	3 486	25,4	74,6	
	1952	476	59	1 462	1 997	23,8	3,0	73,2
Egito	1937	1 972	3 480	(4) 5 452	36,2	63,8		
	1947	2 414	1 365	2 752	(4) 6 531	37,0	20,9	42,1
Estados Unidos	1940	9 981	1 466	(3) 41 265	(6) 52 712	18,9	2,8 (3)	78,3
	1950	9 573	1 113	(3) 49 351	(6) 60 037	15,9	1,9 (3)	82,2
Grã-Bretanha	1921	(7) 1 943	17 403	(2) 19 346	(7) 10,0		90,0	
	1931	(7) 2 454	(3) 18 620	21 074	(7) 11,6	(3)	88,4	
	1951	(7) 2 332	(3) 20 246	(6) 22 578	(7) 10,3	(3)	89,7	
Itália	1936	4 895	3 990	9 460	(2) 18 345	26,7	21,7	51,6
	1954	4 819	3 070	(3) 12 024	(8) 19 913	24,2	15,4 (3)	60,4
Japão	1930	9 546	20 074	29 620	32,2		67,8	
	1954	10 510	14 400	(3) 15 660	40 580	25,9	35,5 (3)	38,6
Noruega	1930	323	80	763	(4) 1 166	27,7	6,9	65,4
	1950	343	58	987	1 388	24,7	4,2	71,1
Holanda	1930	672	2 514	3 186	21,1		78,9	
	1947	720	403	(3) 2 725	(4) 3 848	18,7	10,5 (3)	70,8
Venezuela	1941	458	734	(4) 1 192	38,4		61,6	
	1950	531	140	921	(4) 1 592	33,4	8,8	57,8

(1) Fronteiras de 1934. — (2) Estes elementos, tomados a diferentes fontes, não foram ajustados, para fazê-los concordar com os totais correspondentes das tabelas II e III do artigo publicado, anteriormente, sobre o mesmo tema ("População Ativa no Mundo: Aspectos Demográficos", op. cit. pgs 174 e 178-179). — (3) Incluídos os "desempregados". — (4) Excluídas as "pessoas cuja situação na profissão é mal definida". — (5) Incluídas as forças armadas. — (6) Os resultados tirados, por amostragem, dos dados de censo, não foram ajustados para fazê-los concordar com os totais correspondentes das tabelas II e III mencionados na nota 2. — (7) Incluídos os diretores e administradores. — (8) Excluídas 1 429 000 pessoas, reunindo sobretudo mulheres que trabalham ocasionalmente na agricultura.

DIAGRAMA I

Distribuição da população ativa segundo a situação na profissão



A leitura da tabela II suscita observações idênticas às que serviram para explicar as diferenças da distribuição da população ativa, entre países economicamente desenvolvidos e os países pouco industrializados. Efetivamente, o processo de desenvolvimento econômico não se realiza, em todos os países, da mesma maneira e no mesmo ritmo. Cada país evolui de forma particular, em razão de seus próprios caracteres geográficos, culturais e políticos; mas, o desenvolvimento econômico exerce sobre a distribuição da mão-de-obra segundo a situação na profissão, como aliás, sobre outras características da população ativa, uma influência que é fundamentalmente a mesma em toda parte, senão quanto à importância das mudanças, pelo menos quanto à sua tendência. Um outro fator explica a evolução variável da proporção dos assalariados na população ativa dos diferentes países: é a diferença existente entre os níveis de desenvolvimento econômico que haviam atingido os países considerados, na data que serve de base à comparação, quando os assalariados representavam, já nesse momento, uma proporção importante da mão-de-obra total, essa proporção não podia aumentar tão rapidamente, senão nos países onde eram menos numerosos no princípio.

Ao mesmo tempo que aumentava a proporção dos assalariados no conjunto da população ativa, diminuía evidentemente a dos empregadores, das pessoas que trabalham por conta própria e dos membros ativos, não remunerados, de uma família.

---

#### MODIFICAÇÕES RECENTES DA DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA SEGUNDO A SITUAÇÃO NA PROFISSÃO, EM CADA SETOR ECONÔMICO

As conclusões tiveram, até aqui, caráter um tanto geral, pois trataram da distribuição da população ativa considerada em conjunto. Para melhor esclarecer a questão, convém estender mais além a análise e examinar, por exemplo, a distribuição da mão-de-obra, segundo a situação na profissão, em cada um dos três grandes setores de atividade econômica: a agricultura, a indústria e os serviços<sup>5</sup>.

A tabela III mostra como evoluiu em doze países, no decorrer dos dez ou vinte últimos anos, a distribuição da mão-de-obra, segundo a situação na profissão, em cada um dos três setores. Os resultados são expressos em percentagem da mão-de-obra total do setor considerado. É preciso não esquecer, ao interpretar esses dados, que os resultados absolutos que serviram de base aos cálculos dessas percentagens, variaram consideravelmente entre as datas estudadas. De maneira geral, a mão-de-obra agrícola não aumentou senão pouco ou mesmo diminuiu, no decorrer dos períodos considerados, enquanto a mão-de-obra do setor industrial e dos serviços aumentou sensivelmente, pelo fato de o crescimento líquido da população ativa registrada durante esses períodos referir-se sobretudo aos dois setores não agrícolas<sup>6</sup>.

À primeira vista, a evolução apresentada pela tabela III parece bastante surpreendente. Com efeito, contrariamente à observação que fizemos na sessão precedente, a saber que a importância relativa dos empregadores e das pessoas que trabalham por conta própria na população ativa total acusava nítida tendência à diminuição, a tabela III mostra que, na agricultura, a proporção desse grupo de trabalhadores aumentou quase em toda parte. É preciso, portanto, que a diminuição da proporção dessa categoria de pessoas no setor industrial e nos serviços tenha tido um peso muito considerável, para que a proporção dos

---

<sup>5</sup> O "setor agrícola" compreende a agricultura propriamente dita, a silvicultura, a pesca e a caça; o "setor industrial" compreende a exploração de minas e de pedreiras, as indústrias de transformação, a construção e os serviços de gás, de água e de eletricidade; o "setor dos serviços" compreende o comércio, os transportes, os entrepostos, as comunicações, bem como os serviços públicos e privados. Ver "A População Ativa no Mundo: Distribuição por setores econômicos", op. cit.

<sup>6</sup> Para maiores detalhes sobre esse ponto, ver: "A População Ativa do Mundo: Distribuição por Setores Econômicos", op. cit.

TABELA III

Evolução recente da distribuição da população ativa<sup>1</sup> segundo a situação na profissão, por setor econômico

PAÍS	Ano	AGRICULTURA				INDÚSTRIA				SERVIÇOS			
		Empregadores e pessoas que trabalham por conta própria	Membros ativos, não remunerados, de uma família	Assalariados	Total	Empregadores e pessoas que trabalham por conta própria	Membros ativos, não remunerados, de uma família	Assalariados	Total	Empregadores e pessoas que trabalham por conta própria	Membros ativos, não remunerados de uma família	Assalariados	Total
Alemanha (República Federal)	1939	23,9	59,3	16,8	100	10,1	1,8	88,1	100	13,4	5,3	81,3	100
	1950	24,5	53,4	22,1	100	10,0	1,8	88,2	100	15,0	4,0	81,0	100
Austrália.....	1933	49,2	6,3	44,5	100	10,1	0,1	89,8	100	16,5	0,7	82,8	100
	1947	59,2	5,0	35,8	100	8,7	0,1	91,2	100	15,4	0,3	84,3	100
Bélgica.....	1930	41,9	37,5	20,6	100	11,0	2,4	86,6	100	36,1	11,4	52,5	(2) 100
	1947	54,6	31,2	14,2	100	12,8	1,6	85,6	100	32,6	7,0	60,4	(2) 100
Canadá.....	1941	56,6	21,3	22,2	100	7,6	0,4	92,0	100	15,0	4,6	80,4	(3) 100
	1951	60,0	14,6	25,4	100	7,5	0,2	92,3	100	12,6	0,8	86,6	(3) 100
Egito.....	1937	32,7	67,3		100	37,0	63,0		100	59,7	40,3		(2) 100
	1947	36,4	29,3	34,3	100	30,5	5,5	64,0	100	57,9	8,6	33,5	(2) 100
Estados Unidos.....	1940	56,2	12,8	31,0	100	6,1	0,2	93,7	100	15,6	1,0	83,3	100
	1950	59,8	12,5	27,7	100	5,6	0,1	93,3	100	12,7	0,6	86,7	100
França.....	1936	73,0		27,0	100	24,3		75,7	100	28,2		71,8	100
	1954	77,1		22,9	100	13,6		86,4	100	25,8		74,2	100
Itália.....	1936	32,5	39,7	27,8	100	18,1	3,7	78,2	(4) 100	24,8	6,6	68,6	(4) 100
	1954	36,0	36,2	27,8	100	15,2	3,0	81,8	(4) 100	24,6	6,3	69,1	(4) 100
Japão.....	1930	35,7	64,3		100	28,1	71,9		100	30,9	69,1		100
	1954	32,3	63,1	4,6	100	15,6	10,4	74,0	(4) 100	25,3	16,2	58,5	(4) 100
Noruega.....	1930	51,7	19,4	28,9	100	15,8	84,2		100	13,9	86,1		100
	1950	59,2	16,1	24,7	100	13,0	87,0		100	12,6	87,4		100
Suécia.....	1940	45,3	23,7	31,0	100	12,0	1,8	86,2	100	12,7	1,8	85,5	100
	1950	55,0	15,2	29,8	100	8,8	0,8	90,4	100	12,1	1,2	86,7	100
Suíça.....	1941	45,8	28,2	26,0	100	14,3	2,0	83,7	100	16,7	2,4	80,9	100
	1950	48,2	28,2	23,6	100	12,1	1,5	86,4	100	14,9	2,1	83,0	100

(1) As pessoas que trabalham em "indústrias mal designadas", as "pessoas cuja situação na profissão e mal definida" e os "desempregados", geralmente, não estão incluídos nesta tabela; todavia, quando a distribuição dos desempregados por setores econômicos era conhecida, estes foram classificados entre os assalariados do setor interessado. — (2) Compreende somente o comércio e os transportes, entrepostos e comunicações; o total de 1930 relativo à Bélgica compreende igualmente hospedaria. — (3) Excluídas as forças armadas. — (4) Os serviços de gás, de água e de eletricidade estão incluídos no setor dos "serviços".

empregados e das pessoas trabalhando por conta própria no conjunto da população ativa haja diminuído. Na realidade, e este o caso, explica-se o fenômeno pelo fato de que a indústria e os serviços ocupam geralmente uma parte bastante mais importante da mão-de-obra que a agricultura

### AGRICULTURA

**Ê**sse aumento da proporção dos empregados e das pessoas que trabalham por conta própria na agricultura tem também sua origem no desenvolvimento econômico e, mais especialmente na transferência de mão-de-obra da agricultura para outros setores da economia, de que sempre se faz acompanhar.

Nos países dotados, atualmente, de economia agrícola moderna, essa transferência já se efetuou há um certo tempo. A elevação da produtividade do trabalho conseqüente à mecanização da agricultura tem por efeito reduzir o número de membros ativos, não remunerados, de uma família e de forçar uma grande parte da mão-de-obra agrícola assalariada a procurar trabalho na indústria. O número de trabalhadores que pertencem a essas duas categorias diminui portanto mais rapidamente que o dos empregadores e o das pessoas que trabalham por conta própria e, por conseguinte, a importância relativa desse último grupo aumenta sensivelmente. Na Austrália, na Bélgica e na Suécia, esse fenômeno é inteiramente típico. Assim, na Suécia, a proporção dos empregadores e das pessoas que trabalham por conta própria na agricultura passou de 45 por cento em 1940 a 55 por cento em 1950, na Austrália de 49 por cento em 1933 a 59 por cento em 1947 e na Bélgica de 42 por cento em 1930 a 55 por cento em 1947. Essa evolução foi naturalmente acompanhada da diminuição da proporção dos membros ativos, não remunerados, de uma família e dos assalariados na agricultura. Nesses três países, o número relativo de empregadores e das pessoas que trabalham por conta própria, em relação ao conjunto da mão-de-obra agrícola, era bastante elevado — entre 40 e 50 por cento — na data de início da comparação. Quando essa proporção tinha já atingido um nível particularmente elevado, como nos Estados Unidos e no Canadá em 1940 e 1941, não é surpreendente que o aumento registrado tenha sido menor que em qualquer outra parte. Nos Estados Unidos, por exemplo, essas percentagens não passam de 56 por cento em 1940 a 60 por cento em 1950 e, no Canadá de 57 por cento em 1941 a 60 por cento em 1951.

De outro lado, nos países onde a agricultura é ainda pouco mecanizada, os empregadores e as pessoas trabalhando por conta própria são geralmente pequenos exploradores ou colonos ganhando apenas o suficiente para subsistir. Nessas condições, o desejo de deixar a agricultura, para buscar trabalho mais remunerador em outros setores econômicos, encontra-se com a mesma freqüência entre essas categorias de trabalhadores como entre os assalariados agrícolas ou os membros ativos, não remunerados, de uma família. Eis por que, nesses países, a distribuição da mão-de-obra agrícola segundo a situação na profissão modifica-se menos rapidamente e menos sensivelmente que nos países de economia mais avançada, visto que as três categorias da população ativa sofrem influências quase idênticas.

Em alguns países subdesenvolvidos, a ausência de equipamento mecânico e o emprêgo de métodos antiquados de trabalho têm por efeito manter na população agrícola um número suficientemente grande de pessoas que trabalham por conta própria e de membros ativos, não remunerados, de uma família, o que permite a esses dois grupos conservar grande importância relativa. De outro lado, há freqüentemente nesses países vastos territórios que o emprêgo de técnicas novas, como a utilização de adubos artificiais ou a irrigação em grande escala, permite cultivar, donde o crescimento do número de pessoas que trabalham por conta própria e dos empregadores; o emprêgo de programas de reforma agrária produz o mesmo efeito. Dispõe-se de poucos dados estatísticos sobre esses países, mas os resultados da tabela III, relativos à Itália e ao Egito, indicam um fraco aumento da proporção dos empregadores e das pessoas que trabalham por conta própria na agricultura.

## INDÚSTRIA

**S**E na agricultura o grupo dos “trabalhadores independentes” tende a ganhar em importância, uma evolução contrária se manifesta na indústria, de maneira tanto mais pronunciada quanto o país em causa é menos industrializado. Por exemplo, na Noruega, na Suécia e na Suíça, a proporção dos trabalhadores independentes no conjunto da mão-de-obra industrial só levemente baixou, no decorrer dos dez ou vinte últimos anos, de outro lado, permaneceu um tanto estável no Canadá e na República Federal Alemã e mesmo aumentou ligeiramente na Bélgica e nos Estados Unidos. Entretanto, no Egito e no Japão ela diminuiu sensivelmente, passando respectivamente de 37 por cento em 1937 a 31 por cento em 1947 e, de 28 por cento em 1930 a 16 por cento em 1954. Nos países cujo desenvolvimento econômico mantém-se ainda nas primeiras etapas, o setor industrial compõe-se principalmente de pequenas oficinas de artesanato, geralmente familiares, às quais se juntam por vezes algumas explorações de minas ou de pedreiras. Eis por que a proporção de trabalhadores independentes é relativamente elevada no setor industrial desses países. Mas, a marcha do processo de industrialização conduz à criação de usinas e fábricas muito mais eficazes que a indústria de artesanato, que obrigam a maioria dos artesãos a renunciar à sua independência e a alistar-se como operários e empregados nas usinas, especializando-se os demais em trabalhos que pouco se prestam à produção em grande série (fabricação de artigos especiais, trabalhos de reparação, etc). Ao mesmo tempo, as fileiras dos assalariados vêm engrossar-se de uma importante mão-de-obra ocupada anteriormente em trabalhos agrícolas e, igualmente, mas em menor proporção, de trabalhadores vindos do setor dos serviços. No conjunto, por conseguinte, o grupo dos trabalhadores independentes, assim como o dos membros ativos, não remunerados, de uma família vêm sua proporção diminuir a favor da categoria dos assalariados.

A importância efetiva dessa diminuição, entre as duas datas consideradas, depende evidentemente, em parte, da rapidez do processo de industrialização e do grau de industrialização que existia na data servindo de ponto de partida à comparação. As diferenças desses dois fatores explicam em grande parte as modificações registradas nos diferentes países. Assim, o Japão que, em 1930, tinha uma indústria menos desenvolvida que muitos outros países, mas cujo desenvolvimento industrial foi muito rápido, registra uma diminuição importante da proporção dos trabalhadores independentes no conjunto da mão-de-obra. Por outro lado, na Austrália e no Canadá, essa proporção não diminuiu senão muito ligeiramente, porém, esses países são industrializados há bastante tempo e as possibilidades de concentração industrial mais avançada são hoje bastante fracas. em outros termos, são países onde a criações de novas empresas são ainda bastante numerosas, conseguindo equilibrar a entrada na indústria de novos trabalhadores vindos de outros setores de atividade ou da população inativa. Quanto ao ligeiro aumento da proporção dos trabalhadores independentes na indústria registrado na Bélgica e nos Estados Unidos, dois países já muito industrializados, provém do fato de que durante os períodos considerados, bastante breves aliás e que compreendem os anos de guerra, o crescimento do número de empregadores e de pessoas que trabalhavam por conta própria excedeu ligeiramente ao aumento líquido do número de assalariados. Carecendo de dados mais completos, é difícil dizer se esse fenômeno tem um significado particular ou se constitui um desvio acidental da tendência geral.

## SERVIÇOS

**A** EVOLUÇÃO registrada no setor dos serviços (compreendendo aqui os serviços públicos, o comércio e as comunicações) é bastante semelhante à que constatamos no setor industrial. Em todos os países considerados, com exceção da República Federal Alemã, a proporção dos trabalhadores independentes e a dos membros ativos, não remunerados, de uma família, acusou tendência nítida à diminuição, aumentando, em contraposição, a dos assalariados. As diminuições de percentagem registradas são todavia menos importantes que no setor industrial.

e não parece que haja, nesse ponto, diferenças sensíveis entre países economicamente avançados e países subdesenvolvidos.

A diminuição da proporção dos trabalhadores independentes e dos membros ativos, não remunerados, de uma família no setor dos serviços tem duas causas principais: a primeira é o desenvolvimento crescente, comum a todos os países do setor econômico, que compreende quase exclusivamente empregados e operários, a segunda é o desenvolvimento dos grandes estabelecimentos, em detrimento das pequenas empresas familiares principalmente no comércio varejista, mas também nos transportes e nos serviços pessoais. Esses dois fenômenos tendem a engrossar as fileiras dos assalariados, enquanto que o número de empregadores, de pessoas trabalhando por conta própria e de membros ativos, não remunerados, de uma família aumenta muito menos rapidamente ou mesmo diminui.

Na República Federal Alemã, contrariamente ao movimento observado no que respeita a todos os outros países, a proporção dos trabalhadores independentes, no setor dos serviços, aumentou ligeiramente entre 1939 e 1950. É provável que esse fenômeno se explique pelo fato de que, depois da segunda guerra mundial, o governo aplicou com muita liberalidade o sistema das autorizações de abertura de novos estabelecimentos, um grande número de pessoas aproveitaram essa política liberal para estabelecer-se por conta própria, notadamente no setor da distribuição, onde os capitais de instalação são relativamente pouco importantes e onde as qualificações necessárias são bastante fáceis de adquirir.

#### OPERÁRIOS E EMPREGADOS

**E**VIDENCIA-SE pelas tabelas procedentes que o grupo dos assalariados constitui, de há muito tempo, a categoria mais numerosa da população ativa nas sociedades industrializadas e tende a crescer em importância à medida que a economia dos países considerados se desenvolve. Parece justo, portanto, estudar esse grupo um pouco mais de perto e, notadamente, examinar sua distribuição entre "operários" e "empregados", assim como a evolução dessa distribuição no tempo.

Infelizmente, a distinção feita nos diferentes países entre operários e empregados é uma das que, nas estatísticas sociais, menos se prestam para comparações internacionais. Alguns países separam essas duas categorias na base da frequência de pagamento do salário, sendo as pessoas pagas por mês ou em intervalos menos frequentes consideradas como empregados, e as outras contadas entre os operários; esse método, porém, não permite efetuar comparações internacionais e é por vezes totalmente inaplicável. Outros países distinguem esses grupos segundo o regime de segurança social do qual eles dependem, mas como esses regimes variam consideravelmente de um a outro país, esse método, também, não facilita as comparações internacionais. Diversas outras definições são às vezes utilizadas, mas não estão muito distantes uma da outra em princípio tendem todas a distinguir as pessoas que realizam principalmente um trabalho intelectual ou um trabalho de escritório, das que se dedicam sobretudo a trabalhos manuais ou similares. As divergências das definições empregadas nos diferentes países arriscam-se certamente a trazer variações importantes na classificação de certas categorias de pessoas e a alterar por isso mesmo as comparações internacionais. No entanto, essas comparações não são inteiramente irrealizáveis, e é possível tirar, do exame dos resultados concernentes a cada país, conclusões válidas sobre a tendência das mudanças.

As variações da distribuição do grupo dos assalariados entre operários e empregados denotam outro aspecto das conseqüências do desenvolvimento econômico. Nos países onde o desenvolvimento já é muito avançado, os estabelecimentos industriais empregam grande número de engenheiros e de técnicos e muito pessoal administrativo; contam-se muitos armazéns e lojas com múltiplas sucursais, dotadas de numeroso pessoal de venda, e um setor público muito ativo em vários domínios da vida econômica de um país — para não mencionar senão alguns dos fatores mais importantes que explicam o crescimento do número de empregados.

## TENDÊNCIAS GERAIS

A TABELA IV e o diagrama II fornecem algumas indicações sobre a evolução da distribuição dos assalariados entre operários e empregados em alguns países, todos europeus, para os quais se dispõe de bases necessárias à comparação, compreendendo um período de dez anos no mínimo

Alguns desses países registraram aumento marcante da proporção dos empregados, no decorrer dos últimos vinte anos, aproximadamente a Áustria (de 22 por cento em 1934 a 32 por cento em 1950), a Dinamarca (de 20 por cento em 1934 a 32 por cento em 1950), a Noruega (de 21 por cento em 1930 a 29 por cento em 1950)

TABELA IV

*Evolução da importância numérica relativa dos operários e dos empregados<sup>1</sup>*

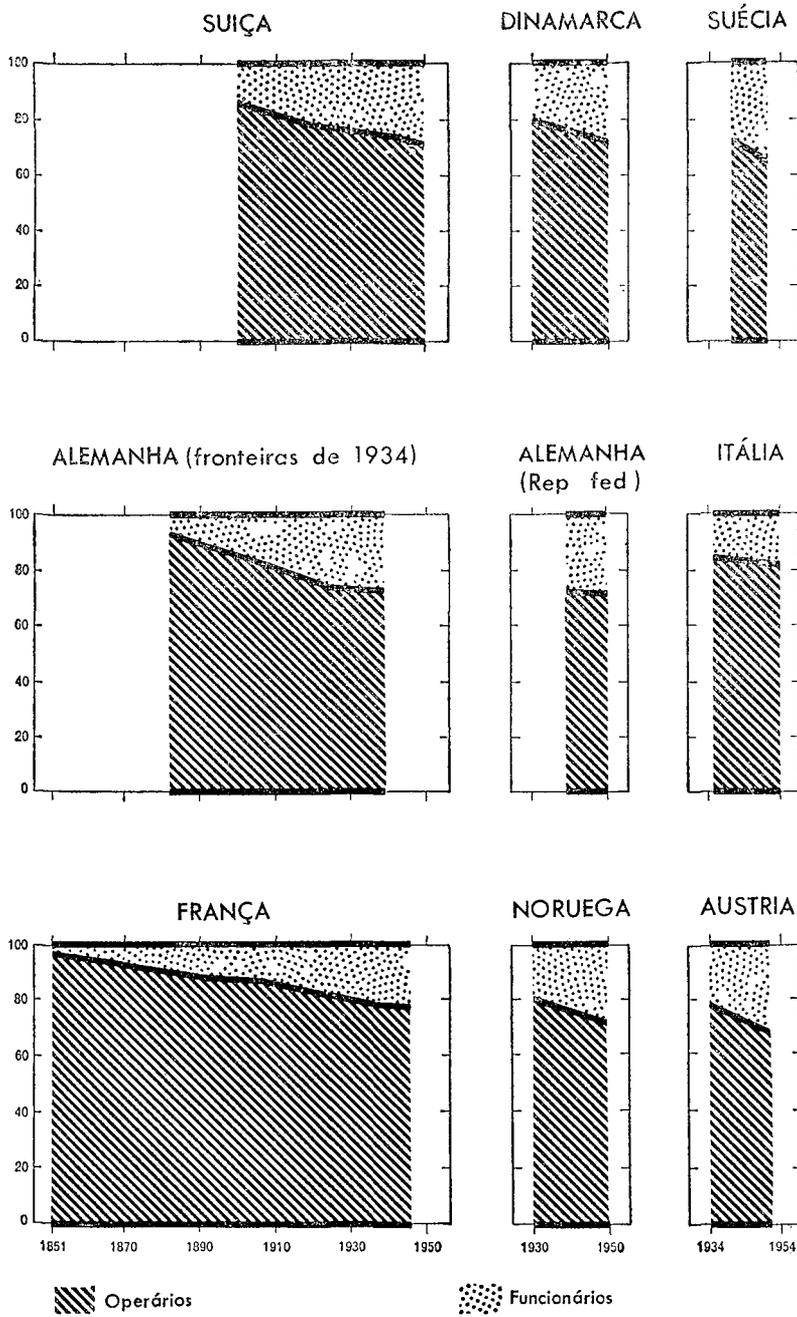
PAÍS	ANO	Número total de assalariados (em milhares)	OPERÁRIOS		EMPREGADOS	
			Em milhares	Porcentagem sobre o número dos assalariados	Em milhares	Porcentagem sobre o número dos assalariados
Alemanha (2)	1882	10 515	9 681	92,1	881	7,9
	1907	16 181	13 311	82,3	2 870	17,7
	1925	21 559	16 024	74,3	5 535	25,7
	1939	23 857	17 375	72,8	6 482	27,2
Alemanha (República Federal)	1939	13 413	9 726	72,5	3 687	27,5
	1950	15 632	11 229	72,0	4 403	28,0
Áustria	1934	2 141	1 681	78,5	460	21,5
	1951	2 072	1 409	58,0	663	32,0
Dinamarca	1930	1 081	864	79,9	217	20,1
	1950	1 498	1 065	71,1	433	28,9
França (3)	1851	11 945	11 673	99,7	272	2,3
	1876	9 440	8 668	91,8	772	8,2
	1891	9 704	8 545	88,1	1 159	11,9
	1906	11 761	10 199	86,7	1 562	13,3
	1921	13 034	10 699	81,8	2 385	18,2
	1936	12 035	9 357	77,7	2 678	22,3
	1946	13 006	9 978	76,7	3 028	23,3
Itália	1936	9 461	7 981	84,4	1 480	15,6
	1954	10 721	8 794	82,0	1 927	18,0
Noruega	1930	763	605	79,3	158	20,7
	1950	981	701	71,5	280	28,5
Suécia	1940	2 106	1 503	71,4	603	28,6
	1950	2 394	1 559	65,1	835	34,9
Suíça	1900	947	813	85,9	134	14,1
	1920	1 231	966	78,5	265	21,5
	1941	1 421	1 057	74,4	364	25,5
	1950	1 606	1 130	70,4	476	29,6

(1) Excluídas as "pessoas procurando trabalho pela primeira vez" e os "desempregados" quando a distribuição desses entre operários e empregados não é conhecida — (2) Fronteiras de 1934 — (3) Excluídas as forças armadas; o pessoal doméstico é incluído entre os "operários"

Os resultados relativos à Alemanha, à França e à Suíça são particularmente interessantes, pois que remontam a cinquenta ou cem anos atrás e cobrem por conseguinte boa parte do mais ativo período de desenvolvimento econômico desses países

DIAGRAMA II

*Importância numérica relativa dos operários e dos empregados em oito países*



Esses resultados mostram que ao mesmo tempo que a economia desses países se desenvolvia, o número dos empregados aumentava mais rapidamente que o dos operários, indicam igualmente que o aumento do grupo dos assalariados é devido principalmente ao crescimento do número dos empregados. Esses constituem a única categoria de trabalhadores cuja importância relativa cresceu sem cessar, pois que sua proporção constantemente aumentou no seio do grupo dos assalariados, o qual viu sua importância crescer regularmente em relação ao conjunto da população ativa.

#### PROPORÇÃO DOS OPERÁRIOS E DOS EMPREGADOS EM CADA UM DOS TRÊS SETORES ECONÔMICOS

A TABELA V indica a distribuição, em percentagem, dos assalariados entre operários e empregados em cada um dos três principais setores econômicos: agricultura, indústria e serviços. Na falta de dados estatísticos, retrospectivos, a comparação só se refere aos dez ou vinte últimos anos. Os países analisados são os mesmos da tabela IV, com exceção da França, que foi substituída pela Bélgica. O número de operários e empregados é expresso em percentagem sobre o número total dos assalariados em cada setor, é preciso levar em conta o fato de que, nos países enumerados nessa tabela, a indústria apresenta geralmente o maior número de assalariados, esses são menos numerosos nos serviços e ainda menos na agricultura, no decorrer do período considerado, acentuaram-se as divergências entre os setores<sup>7</sup>.

Os resultados da tabela V são interessantes por várias razões. Em primeiro lugar, eles salientam as diferenças de distribuição do grupo dos assalariados, em operários e em empregados, entre os três setores. Em todos os países considerados, o setor que compõe a maior proporção de empregados é, como se podia esperar, o dos serviços (essa proporção era, cerca de 1950, de 40 a 60 por cento do número total de assalariados). Os empregados têm uma importância relativa, muito mais fraca na indústria (entre 10 e 18 por cento) e geralmente muito pequena na agricultura (entre 3 e 5 por cento), salvo na Noruega e na Suécia, onde sua proporção nesse setor atinge respectivamente 12 e 13 por cento. Em segundo lugar, a tabela V permite ver que o crescimento geral da proporção dos empregados entre o conjunto dos assalariados, que ressaltamos na sessão precedente, produziu-se em cada um dos três setores econômicos, excetuando somente o setor agrícola na Dinamarca e na República Federal Alemã. Além disso, pode-se ver que a taxa de aumento da proporção dos empregados é muito mais elevada na agricultura que na indústria, onde é muitas vezes maior ainda que no setor dos serviços. Essa observação deve, no entanto, ser acrescida da constatação de que o número dos trabalhadores em questão é infinitamente menor na agricultura que no setor dos serviços, visto que os empregados trabalhando na agricultura representam, em todos os países analisados na tabela V, menos de 5 por cento do número de empregados do setor dos serviços.

Os resultados dessa tabela fazem também aparecer importantes diferenças entre os diversos países. Por exemplo, na Suécia, a proporção dos empregados, em cada um dos três setores, é nitidamente mais elevada que na Itália, e em dez anos, aumentou muito mais na Suécia que no decorrer dos vinte últimos anos na Itália. É de notar, de outro lado, seja na Itália que a importância relativa do grupo dos empregados acuse, entre os três setores, as mais nítidas diferenças.

Essas observações nada têm de surpreendente. Já se viu, na análise da distribuição da população ativa do mundo por setores econômicos, que um dos efeitos específicos do desenvolvimento econômico é aumentar a proporção da mão-de-obra do setor dos serviços, em razão da expansão do comércio, dos transportes, das comunicações, das finanças e dos outros serviços especializados. Essa evolução, que é devida à divisão crescente do trabalho e ao desenvolvimento da racionalização, da padronização, da coordenação e da organização do trabalho, encontra-se também nos outros setores da economia, onde houve criação de serviços auxiliares tais como a pesquisa, a publicidade, os serviços de conselhos jurídicos e os serviços sociais. Traduz-se naturalmente por um aumento do número dos "empregados de escritório", engenheiros, desenhistas, administradores, pessoal de venda, agentes de transporte, contadores, estenógrafos, datilógrafos, padronizadores e escrivãos de toda sorte, numa palavra "empregados".

De outro lado, o setor público ganha em importância em muitos países e não somente na esfera administrativa tradicional, mas também em vastos ramos da indústria, essa evolução é naturalmente bem mais pronunciada nos países

<sup>7</sup> Para maiores informações sobre a importância relativa da agricultura, da indústria e dos serviços na economia dos diferentes países, ver "A População Ativa no Mundo: Distribuição por Setores Econômicos", op. cit.

TABELA V

*Evolução recente da proporção dos operários e dos empregados em cada um dos setores econômicos<sup>1</sup>*

(Em percentagem sobre o número total dos assalariados de cada setor)

PAÍS	ANO	AGRICULTURA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS	
		Operários	Empregados	Operários	Empregados	Operários	Empregados
Alemanha (República Federal)	1939	93,7	6,3	87,2	12,8	47,4	52,6
	1950	95,8	4,2	86,5	13,5	44,5	55,5
Áustria	1934	96,9	3,1	88,2	11,8	58,7	41,3
	1951	96,0	4,0	85,2	14,2	36,9	6,31
Bélgica	1930	99,5	0,5	94,0	6,0 (2)	52,9 (2)	47,1
	1947	97,0	3,0	89,4	10,6 (2)	46,6 (2)	53,4
Dinamarca	1930	92,8	7,2	89,8	10,2	60,6	39,4
	1950	94,5	5,5	87,9	12,1	48,1	51,9
Itália	1936	99,1	0,9 (3)	94,2 (3)	5,8 (3)	59,4 (3)	40,6
	1951	98,6	1,4 (3)	93,8 (3)	6,2 (3)	58,3 (3)	41,7
Noruega	1930	95,8	4,2	93,4	6,6	64,6	35,4
	1950	87,6	12,4	88,9	11,1	51,2	48,8
Suécia	1940	92,6	7,4	88,1	11,9	47,4	52,8
	1950	87,2	12,8	82,5	17,5	41,6	58,4
Suíça	1930	98,6	1,4	86,9	12,1	60,5	39,5
	1950	96,4	3,6	81,7	18,3	51,5	48,5

(1) Excluídas as pessoas empregadas em "indústrias mal definidas" e as "pessoas procurando trabalho pela primeira vez", como também os "desempregados" quando não se lhes conhece a categoria de origem e o setor econômico onde trabalham. — (2) Compreende somente o comércio, os transportes, os entrepostos e as comunicações o total de 1950 compreende hotéis — (3) Os serviços de gás, de água e de eletricidade estão incluídos no setor dos "serviços"

onde alguns desses ramos são nacionalizados, se bem que os trabalhadores do setor público não sejam todos empregados, tende-se, cada vez mais, nas empresas públicas, a pagar por mês ao pessoal, o que constitui, já se viu, um dos critérios utilizados para definir os empregados

Aliás, em algumas indústrias, as relações são cada vez menos diretas entre o esforço individual dos trabalhadores e a produção, pelo fato da divisão do trabalho e da mecanização crescente das operações, ao mesmo tempo, o trabalho torna-se menos manual, como mostra, sob a forma extrema dessa evolução, o desenvolvimento da automatização; essas diversas evoluções aumentam o número relativo dos empregados em detrimento do dos operários

#### DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA CIVIL, POR PRINCIPAIS GRUPOS DE PROFISSÃO

UM outro aspecto da estrutura da mão-de-obra merece certa atenção, a saber, sua distribuição por grandes grupos de profissões. Várias recomendações internacionais definiram a profissão como o gênero de trabalho efetuado por uma pessoa, seja qual for sua situação na profissão ou no ramo de atividade econômica onde trabalhe. Por certo a situação do trabalhador na sua profissão e o ramo de atividade no qual trabalha não deixam de exercer certa influência sobre sua profissão; no entanto os três conceitos são independentes um do outro por exemplo, um electricista pode ser empregador ou empregado, pode trabalhar numa exploração de mina, em transporte ou em construção, mas sua profissão será sempre: electricista

Infelizmente, a classificação da mão-de-obra por profissões somente se tornou objeto de estudos sérios a partir de alguns anos e poucos países fornecem atualmente, em seus censamentos, dados úteis sobre esse ponto. Pode-se ver, na tabela VI, alguns dados recentes sobre a distribuição, em percentagem, da mão-de-obra civil por principais grupos de profissão em onze países<sup>8</sup>. Utilizemos aqui a Classificação internacional modelo, das profissões adotadas em 1949 pela sétima Conferência internacional de estatísticas do trabalho. Os diversos países refizeram suas estatísticas de profissões em vista de grupá-las conforme as grandes grupos da Classificação internacional modelo; porém, sendo esses esforços de reorganização os primeiros efetuados para esse fim, os resultados obtidos não ainda permitem uma comparabilidade internacional inteiramente satisfatória, igualmente, não se poderá obter dados atuais senão de conclusões de ordem

<sup>8</sup> A mão-de-obra civil é constituída pela população ativa total, menos as forças armadas

TABELA VI

Distribuição em percentagem da mão-de-obra civil por principais grupos de profissões

GRUPO DE PROFISSÕES	CANADÁ		ESTADOS UNIDOS		Austrália 1947	Áustria 1951	Espanha 1950	Finlândia 1950	França 1946	Japão 1950	Pôrto Rico 1950	Suécia 1950	Iugoslávia 1953
	1951	1941	1950	1940									
Pessoas exercendo uma profissão liberal; técnicos e pessoas similares.....	7,3	6,2	8,2	7,0	5,4	5,5	3,4	5,5	5,0	4,6	4,8	7,1	3,0
Diretores, administradores, empregados de escritório e pessoas similares.....	21,0	15,2	21,6	17,7	19,2	11,5	7,5	5,6	14,0	10,6	11,2	13,2	4,9
Vendedores.....	5,9	4,9	7,0	6,3	8,9	3,0	3,3	4,8	2,1	8,4	5,4	6,9	1,3
Agricultores, pescadores, caçadores, lenha- dores e pessoas similares.....	19,2	28,9	12,3	18,3	15,3	33,2	49,6	46,4	38,5	48,0	37,3	20,4	72,3
Mineiros, trabalhadores de pedreiras e pes- soas similares.....	1,3	1,7	1,1	1,7	43,7	1,2	1,4	0,2	1,5	1,1	0,2	0,4	1,0
Condutores de meios de transporte.....	5,0	3,6	4,4	4,1		4,2	1,9	5,9	1,9	1,2	4,0	3,8	1,4
Artífices, operários de profissão, operários de produção e mão-de-obra não classifi- cada.....	32,4	29,5	34,5	33,0	32,7	24,8	24,2	30,0	22,1	26,0	38,8	13,0	
Trabalhadores especializados nos serviços..	7,9	10,0	10,9	11,9	7,5	8,7	8,1	7,4	7,0	4,0	11,1	9,4 (2)	3,1
<b>TOTAL DA MÃO-DE-OBRA CIVIL...</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b> (2)

(1) Excluídas as pessoas cuja profissão é mal definida. — (2) Incluídas as forças armadas.

geral Além do mais, os países só começaram a estabelecer estatísticas classificadas segundo a Classificação, em 1950, deveríamos, portanto, estimar os resultados de 1940, relativos aos Estados Unidos e ao Canadá, a partir dos dados do recenseamento desses países

A tabela VI sugere as seguintes conclusões

A importância do grupo dos agricultores, pescadores, caçadores, lenhadores, etc., varia consideravelmente de um país para outro: constitui 70 por cento da mão-de-obra total na Espanha e 70 por cento na Iugoslávia, porém somente 12 por cento nos Estados Unidos, 15 por cento na Austrália e 19 por cento no Canadá De outro lado, se bem que a proporção dos mineiros, exploradores de pedreiras e pessoas similares seja muito menor, podem-se contudo registrar também para esse grupo grandes diferenças entre os países Isso provém do fato de que esses dois grupos de profissões estão estreitamente ligados ao setor geral da agricultura, de um lado, e à exploração de minas, de outro É normal, nessas condições, que as diferenças do número dos trabalhadores pertencentes às profissões agrícolas sejam bastante semelhantes às que já notamos entre os países, na distribuição da mão-de-obra por setores econômicos

A primeira vista, é-se tentado a aplicar o mesmo raciocínio ao grupo dos artífices, operários de ofícios, operários de produção, etc., que pareciam estar diretamente ligados às indústrias de transformação e, cuja importância relativa não varia senão de 22 a 35 por cento segundo os países (salvo para a Iugoslávia, onde é de 13 por cento) Mas em realidade, muitos dos ofícios englobados nesse grupo de profissões se encontram praticamente em todos os ramos de atividade, por isso sua correspondência exata com o setor industrial é discutível

O grupo dos diretores, administradores, empregados de escritório e pessoas similares é verdadeiramente mais "profissional" que aqueles a que acabamos de aludir e as pessoas que exercem esses ofícios são distribuídas em todos os setores econômicos; nos países pouco desenvolvidos, esse grupo representa geralmente menos de 10 por cento da mão-de-obra total, sendo essa proporção, para os países industrializados, geralmente superior a 10 por cento, ultrapassando, mesmo, 20 por cento nos Estados Unidos e no Canadá, por volta de 1950

O grupo das pessoas exercendo uma profissão liberal, dos técnicos e similares, é o que melhor corresponde à pura noção de ofício e também aquele onde se espera normalmente encontrar as maiores diferenças entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos; de fato, nesses últimos países, esse grupo representa menos de 5 por cento da mão-de-obra (3 por cento na Iugoslávia) contra 5 a 8 por cento nos primeiros (7,3 por cento no Canadá e 8,2 por cento nos Estados Unidos).

Atualmente, dados disponíveis são muito insuficientes para que se possam poder comparar, no plano internacional, as tendências da diminuição de mão-de-obra por profissões; na tabela VI, pôde-se acompanhar essas tendências durante um certo período só para o Canadá e os Estados Unidos. Apesar da brevidade desse período (dez anos) as tendências destacadas parecem ser muito significativas A evolução registrada entre 1940 e 1950 nos dois países é bastante semelhante Dos oito grupos de profissões focalizadas, cinco ganharam em importância e três perderam. O grupo que mais aumentou foi o dos diretores, administradores, empregados de escritórios e similares, cuja proporção passou de 18 a 22 por cento nos Estados Unidos e de 15 a 21 por cento no Canadá Em compensação, a importância relativa dos agricultores, pescadores, caçadores, etc., baixou consideravelmente, passando de 29 a 19 por cento no Canadá e de 18 a 12 por cento nos Estados Unidos É interessante notar que a diminuição registrada só nesse grupo representa os quatro quintos do total dos aumentos observados em todos os outros grupos, o que confirma que um dos efeitos mais notáveis do desenvolvimento econômico sobre a estrutura da mão-de-obra é a redução da importância absoluta e relativa dos ofícios e do número dos trabalhadores ligados ao setor agrícola.

Na falta de informações mais detalhadas sobre a distribuição da mão-de-obra por profissões, é difícil tirar outras conclusões da tabela VI.

Para poder analisar em pormenores a distribuição da mão-de-obra por profissões e sua evolução, seria preciso utilizar categorias de profissões bem mais minuciosas que os grandes grupos da Classificação internacional modelo, das profissões; seria difícil encontrar tais dados apresentando uma comparabilidade internacional e, de qualquer forma, essa análise sairia do quadro do presente artigo Além do mais, é bem provável que só uma dupla classificação da mão-de-obra, por setores econômicos e por profissões seria suscetível de fornecer indicações verdadeiramente interessantes sobre esse ponto; mas, só existem tais dados em alguns países e são fundados sobre classificações nacionais que não correspondem às classificações internacionais estabelecidas

## Bibliografia

---

“BRASILIEN” — STATISTISCHES  
BUNDESAMT — República Federal  
Alemã, 1957.

**E**M fins do ano passado o Departamento de Estatística da Alemanha Ocidental, o “Statistisches Bundesamt”, publicou um estudo estatístico-descritivo sob o título acima, incluído numa série de pequenas monografias denominadas Relatórios sobre Países (“Laenderberichte”). Os volumes anteriores da referida série estão dedicados aos seguintes países: Canadá, França, Turquia, Holanda, Japão, Austrália, Índia e Bélgica-Luxemburgo.

A publicação em foco apresenta rico material estatístico, colhido em fontes nacionais do respectivo país ou em anuários e boletins de organizações internacionais, tais como a UNO e FAO. No caso do estudo sobre o nosso País, cumpre frisar o grau considerável de atualidade dos dados transcritos que, no mínimo, atingem o ano de 1955 e, em importantes capítulos, como a produção agrícola e industrial, bem como o comércio exterior, o ano de 1956. Algumas séries relativas à moeda e ao câmbio consignam até dados do princípio de 1957, ano em que a publicação foi divulgada.

Segundo informa o prefácio, a seleção do material estudado e apresentado teve em vista o interesse dos dados para as relações econômicas da República Federal Alemã ou, ainda, comparabilidade da economia alemã com o exterior. Essas diretrizes, porém, foram obedecidas num sentido nada estreito ou rígido, conforme mostra o seguinte índice das matérias tratadas:

— Área e população

lista nominal das cidades de mais de 50 000 habitantes, municípios e sua população por classes de tamanho; distribuição da população segundo a idade, o sexo, o estado civil, a cor, a nacionalidade e a religião; nascimentos vivos por 1 000 mulheres de 15 a 50 anos; as tábuas de mortalidade e a imigração.

— Ensino e educação

escolas, corpo docente e alunos, analfabetismo

— População ativa

os ativos por sexo, ramo de atividade e posição na ocupação

— Agricultura, produção extrativa florestal e pesca

resultados do censo agrícola; índice da produção agrícola, área cultivada e produção das principais culturas; população pecuária; gado abatido e produção de carne; outros produtos de origem animal, pesca

— Indústria e construção

resultados do censo industrial, índice da produção industrial; produção de artigos importantes

— Comércio exterior:

Valor da exportação e importação gerais, índices dos preços e do volume; importação segundo os principais países de origem, exportação para importantes países de destino; importação e exportação de mercadorias importantes, principais mercadorias do intercâmbio teuto-brasileiro

— Transportes

meios de transportes existentes; transporte efetuado; tráfego com portos da República Federal Alemã, por bandeiras

— Moeda e crédito

reservas de ouro e divisas; moeda em circulação e taxas de desconto; câmbio livre na praça do Rio de Janeiro, câmbio oficial do dólar no Rio de Janeiro, segundo categorias de mercadorias

— Finanças públicas:

receita e despesa federais, dívida pública

## — Preços e salários:

índice dos preços por atacado;  
índice do custo da vida; pre-  
ços de mercadorias seleciona-  
das no comércio atacadista  
varejista.

— Contas gerais da economia na-  
cional;

Origem do produto social; dis-  
tribuição da renda nacional;  
aplicação do produto social,  
investimentos, balança de pa-  
gamentos, global e sua dis-  
tribuição regional

Trata-se, como se vê, de um estudo  
bem amplo

Notamos, de passagem, que o es-  
quema alemão diverge em vários pon-  
tos do nosso. Sem querer discutir nesta  
ocasião detidamente essas diferenças  
e o mérito da questão, não será inútil  
indicar um caso em que a classificação  
alemã parece mais conveniente. Refe-  
rimo-nos à chamada produção extrati-  
va mineral. O nosso sistema provém,  
salvo engano, da obra de Comte. Talvez  
em tempos idos o que se operou no Bra-  
sil no terreno da "extração mineral"  
tenha sido um "simples ir e apanhar",  
como ocorre na extração vegetal e como  
ainda hoje acontece com o ouro aluvial  
e muitas pedras preciosas. Contudo, os  
produtos mais representativos e impor-  
tantes, subordinados ao termo genérico  
de "produção extrativa mineral", tais  
como os minérios, o carvão e o petró-  
leo, nada têm com aqueles processos  
rudimentares de "ir e apanhar". Con-  
stituem nitidamente produção indus-  
trial, com estabelecimentos fixos, capi-  
tal muitas vezes considerável, mão-de-  
obra numerosa e organizada, divisão  
de trabalho nítida, etc. Aliás, quando  
dos levantamentos censitários, tam-  
bém a estatística brasileira incluiu es-  
sas atividades, com justiça e por neces-  
sidade, no censo industrial.

A interpretação das estatísticas  
apresentadas é sintética e viva, frisan-  
do bem os pontos importantes da si-  
tuação atual e o desenvolvimento do  
Brasil. Assim, o estudo salienta de for-  
ma feliz e rápida a industrialização e o  
fortalecimento das indústrias básicas,  
citando, com certa ênfase, a produção  
de manganês no Amapá e até os pro-  
jetos de eletrificação em execução.  
Frequentes comparações com a produ-  
ção mundial ou a de outros países dão  
à monografia um aspecto panorâmico.

A elaboração de monografias desse  
tipo parece-nos um campo sobremodo  
útil para a estatística oficial. Seus re-  
sultados, quando apresentados e inteli-  
gentemente descritos e analisados, co-  
mo acontece no caso vertente, são ca-  
pazes de proporcionar uma orientação

segura tanto aos governos quanto aos  
meios econômicos, sem falar nos es-  
tudiosos. O preparo cuidadoso e os da-  
dos atualizados desses estudos fazem  
parte, decerto, da tão falada recupera-  
ção da economia da Alemanha. Se as  
condições peculiares desse país, tais  
como foram criadas no pós-guerra,  
forçam ainda mais do que as contin-  
gências anteriores à industrialização  
cada vez mais acentuada da economia  
alemã, torna-se necessário e duplamente  
importante conhecer bastante os  
mercados do mundo, quer os que dis-  
põem de matérias-primas e outras mer-  
cadorias, quer os que as consomem. É  
de se supor que mais de uma das em-  
presas recentemente mudadas para cá  
se tenham orientado, na escolha do seu  
"habitat" e em outras questões básicas,  
em estudos dessa natureza.

O fato de o Brasil ser um dos pri-  
meiros países assim investigados é sin-  
tomático do interesse econômico e  
geral que o país desperta na Alemanha  
de hoje.

Por último, uma pequena observa-  
ção pessoal por um acaso soube o  
autor deste breve comentário que os  
autores da monografia sobre o Brasil,  
os drs Reepschlaeger e Mackamul, não  
dominam a língua portuguesa. Tanto  
mais parece-nos meritório e apreciável  
o trabalho prestado que, conforme in-  
dica a bibliografia apresentada no fi-  
nal, se baseia em larga escala nas pu-  
blicações do IBGE, da Fundação Ge-  
túlio Vargas e do Banco do Brasil, re-  
correndo a publicações de organizações  
internacionais somente nas compara-  
ções, aliás freqüentes, entre fenômenos  
da realidade brasileira e os congêneres  
do exterior.

JOÃO JOCHMANN

**NOMENCLATURA BRASILEIRA DE  
MERCADORIAS — Serviço de Estatís-  
tica Econômica e Financeira — MINIS-  
TÉRIO DA FAZENDA — 1958**

O Serviço de Estatística Econômica  
e Financeira do Ministério da Fazenda  
acaba de publicar a terceira edição da  
Nomenclatura Brasileira de Mercadorias,  
devidamente atualizada e revista,  
no intuito de melhor corresponder aos  
interesses da indústria e comércio.

Enfeixados num só volume, acham-  
se o índice alfabético das mercadorias  
constantes do nosso comércio exterior  
e de cabotagem, bem como o índice  
de conversibilidade entre os itens da  
citada Nomenclatura e a SITC (Stan-  
dard International Trade Classifica-  
tion) e também em reação aos do có-  
digo tarifário, aprovado pela Lei  
n.º 3 244 de 14 de agosto de 1957.

Visa a conversibilidade entre os  
itens da Nomenclatura e os da SITC

a facilitar ao estrangeiro a correspondência da mercadoria nos idiomas espanhol, inglês e francês, uma vez que a SITC, documento editado pelas Nações Unidas é apresentado nesses três idiomas; todavia, deve ser feita a ressalva quanto a pequenas indispensáveis adaptações, decorrentes das nossas características regionais

A segunda conversibilidade citada, isto é, entre a N B M. e o novo código tarifário, interessa de modo especial aos funcionários despachantes aduaneiros assim como aos exportadores e importadores

Convém lembrar que a conversibilidade, acima citada, já teve grande utilidade e aceitação nas reuniões do "Acôrdio Geral sôbre Tarifas e Comércio" (Gatt) facilitando sobremodo os trabalhos da comissão brasileira e estrangeira

#### PUBLICAÇÕES DO CNE NO SEMESTRE

No curso do semestre janeiro-junho de 1958 o Conselho Nacional de Estatística editou e distribuiu as seguintes publicações:

Pela Diretoria de Documentação e Divulgação — *Flagrantes Brasileiros*, n.º 9; *Brasília — a Nova Capital*; Boletim Bibliográfico, n.º 4; *A População do Brasil — 1872/1950*; *Resoluções da Assembléia-Geral — 1957*; *Problemas de Base do Brasil — Contribuição para um Plano de Organização Nacional — 5ª edição*; *Regimento Interno da Assembléia-Geral*; *Boletim Estatístico*, n.º 61 (janeiro-março de 1958); monografias municipais de Santarém (Pará), Viana (Mairanhão), Pau-dos-Ferros (Rio Grande do Norte), Garanhuns (Pernambuco), Santo Amaro, Itambé, Nazaré, Remanso e São Francisco do Conde (Bahia), Muqui (Espírito Santo), Barra Mansa (Rio de Janeiro), Estréla do Sul, Formiga, Januária e Mariana (Minas Gerais), Araraquara (São Paulo), Bento Gonçalves, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria (Rio Grande do Sul)

Pela Diretoria de Levantamentos Estatísticos — *Meios de Hospedagem no Brasil*; *Exportação do Rio Grande do Sul — 1955*; *Estabelecimentos e Serviços Auxiliares de Saúde*, *Inquéritos Econômicos — A Indústria Atacadista — 1957 — Outubro*; *Produção Industrial — Espírito Santo — 1955 — Dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística*, *Assistência Médico-Hospitalar, segundo os Órgãos Territoriais Militares*, *Inquéritos Econômicos — A Indústria e o Comércio Atacadista — 1957 — Novembro*; *Exportação de Serpente por Vias Internas — 1956*; *Produção Industrial — Santa Catarina — 1955*; *Produção Industrial —*

*Distrito Federal — 1955*; *Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, Exportação do Ceará por Vias Internas — 1955*

Pelo Laboratório de Estatística — *Estudos Demográficos*, n.º 232 — *A Mortalidade da População Natural de Alagoas*; *Estudos Demográficos*, n.º 233 — *Previsões ôbre o Crescimento da População Mundial até o Ano de 2000*; *Estudos Demográficos*, n.º 234 — *A Fecundidade Feminina em Pernambuco*; *Estudos Demográficos*, n.º 235 — *A Fecundidade Feminina em Santa Catarina*; *Estudos Demográficos*, n.º 236 — *A Fecundidade Feminina no Estado do Rio de Janeiro*; *Estudos Demográficos*, n.º 237 — *A Contribuição das Diversas Unidades da Federação e Regiões Fisiográficas para a População de Minas Gerais*; *Estudos Demográficos*, n.º 238 — *A Fecundidade Feminina em Goiás*; *A Caracterização da População Brasileira (continuação)*; *Desenvolvimento e Localização da Indústria Extrativa de Produtos Mineis no Brasil*, n.º 802; *Números Índices das Quantidades e dos Preços de Produto de 18 Produtos de Origem Animal, nos Anos de 1950 a 1955*, n.º 71; *Números Índices Sintéticos Semestrais das Quantidades e dos Valores Médios Unitários de 37 Mercadorias Exportadas nos Anos de 1953 a 1957*, n.º 76; *Números Índices das Quantidades e dos Preços da Produção Agrícola do Brasil (1952/1956)*, *Números Índices das Quantidades e dos Preços da Produção Extrativa Vegetal do Brasil (1950/1956)*; *Números Índices das Quantidades e dos Preços da Produção Extrativa Mineral do Brasil (1950/1956)*, *Números Índices das Quantidades e dos Preços da Produção de Origem Animal do Brasil (1950/1956)*; *Estatística Demográfica*, n.º 23; *Estatística Comercial*, n.º 6; e *Estatística da Produção*, n.º 4

Pelo Núcleo de Planejamento Censitário — *Aspectos Geográficos do Município — Delimitação de Áreas Urbana e Suburbana — Situação em Fins de 1957*; *Transportes e Comunicações*; *Brasil — Censo Comercial e dos Serviços — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950*; *Brasil — Censo Industrial — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950*

#### ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

No primeiro semestre de 1958, foram lançados pelo IBGE mais cinco volumes da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", fartamente ilustrados com fotografias e mapas a cores

O vol VI compreende um estudo das características físicas e econômicas do Litoral e da Baixada da Grande Região Leste O XXIV inicia a publicação dos verbetes dos municípios do Estado de Minas Gerais (de A a C), o XXX os do Estado de São Paulo (de A a I), o XXXV os de Mato Grosso e o XXXVI os de Goiás

# ESTRUTURA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Dos 92 350 estabelecimentos industriais existentes no Brasil em 1950, uma parcela relativamente numerosa (13 010 ou 14,1%) não empregava mão-de-obra remunerada. Essas pequenas unidades, em geral trabalhadas por seus donos com a ajuda dos membros de suas famílias, formam uma categoria à parte nos levantamentos estatísticos de alguns países, apesar de que, à época do último Censo Industrial do IBGE, ainda desempenhavam em nossa economia papel importante, contribuindo para o valor total da produção manufatureira com 1 640 milhões de cruzeiros

Quanto aos estabelecimentos com trabalhadores remunerados, seu número atingia 79 340 ou 85,9% do conjunto, podendo subdividir-se em três grandes categorias, que poderiam ser consideradas típicas do ponto de vista da comparabilidade estrutural, a dos estabelecimentos de 1 a 5 operários, que compreende as indústrias de pequenas dimensões, a dos estabelecimentos de 6 a 100 operários, indústrias de dimensões médias; e a dos de 100 e mais operários, em que se situam as indústrias de grandes dimensões

O grupo da grande indústria, ainda de acordo com o Censo de 1950, estava representado por 2 050 estabelecimentos (2,6% do total) que ocupavam 696 631 operários (54,4%), produzindo 60,6 bilhões de cruzeiros (51,1% do valor total da produção). O da média indústria contava 26 651 estabelecimentos (33,6%), 474 100 operários (37,1%) e contribuía com 43,2 bilhões de cruzeiros ou 36,4% do valor da produção. Os 50 639 estabelecimentos (63,8%) classificados no grupo da pequena indústria reuniam apenas 108 453 operários (8,5%) e sua produção alcançava 13,2 bilhões de cruzeiros (11,1%).

## DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL

A 31 de dezembro de 1957, a estatística da Divisão Territorial registrava a existência de 2 468 municípios no

Brasil. Em relação ao total conhecido ao terminar o ano de 1955, esse número representa um acréscimo de 69 unidades. Mas na realidade, durante o intervalo referido surgiram 100 novas municipalidades, enquanto que 31 outras foram extintas, sendo 29 por efeito de Acórdãos do Supremo Tribunal Federal e 2 por Lei estadual

Nenhuma alteração territorial se verificou nos quadros municipais de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Alagoas, Pernambuco e Sergipe, bem como nos dos Territórios de Rondônia e Acre. Em compensação, no período compreendido entre julho de 1955 a dezembro de 1957, o Ceará criou 42 novos municípios, o Paraná ganhou 12, o Piauí, a Paraíba e Santa Catarina, cada um mais 5, o Rio Grande do Sul, mais 4, o Maranhão, mais 2 e o Amapá, mais 1. Perderam municípios o Pará (23), o Espírito Santo (3) e a Bahia (1)

Continua a ser Minas Gerais o Estado de quadro municipal mais numeroso (485), seguido de São Paulo (435), Bahia (169), Paraná (162), Ceará (138), Goiás (126) e Pernambuco (102). Os Estados que possuem menos municípios são: Espírito Santo (38) e Alagoas (41). Sergipe, apesar de ser o menor Estado em área territorial (22 027 km<sup>2</sup>), possui mais prefeituras (61) do que os três maiores Estados brasileiros: Amazonas (1 586 473 km<sup>2</sup> e 44 municípios), Mato Grosso (1 254 821 km<sup>2</sup> e 59 municípios) e o Pará (1 229 983 km<sup>2</sup> e 59 municípios)

## EVOLUÇÃO DO ENSINO MÉDICO

No decorrer do último quinquênio, as matrículas nos cursos superiores de Medicina apenas aumentaram numa proporção de 3,7% ou à razão de menos de 1% ao ano. Esse diminuto crescimento num ramo tão importante do ensino universitário, verificado em um país cuja população aumenta rapidamente à taxa anual de 2,7% e que se encontra em pleno desenvolvimento econômico e cultural, pode configurar uma situação bastante delicada e exigir imediatas e eficazes providências

O Brasil, com um total de cerca de 25 000 médicos, concentrados particularmente nas regiões litorâneas e nas de economia mais próspera, ainda está longe de atingir a relação ótima que se acredita ser a de 1 facultativo para

1 000 habitantes Os dados atuais permitem estimar-se que essa relação estaria próxima de 1 para 2 500 pessoas, mas a tendência seria para baixar ainda mais, caso o número de matrículas nas Faculdades de Medicina continuasse a progredir em ritmo inferior ao do crescimento demográfico, com a mesma lentidão que se tem registrado desde o ano de 1953 até o de 1957

É um fato de extraordinária significação para os brasileiros que o ensino superior, em conjunto, durante os dez anos mais recentes tenha aumentado em maior velocidade que todos os outros ramos. Todavia, enquanto a elevação na matrícula geral, entre 1947 e 1957, foi de 93,4%, atingindo 180% nos cursos de Direito e 340% nos de Filosofia, não passou de 35% nos cursos de Medicina. De acordo com os elementos colhidos pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, as preferências dos universitários estão se voltando para outras carreiras, em detrimento da Medicina. O número de matriculados nos cursos de Direito que, há dez anos passados, praticamente igualava os de Medicina, passou agora a ser duas vezes maior, e o de matriculados nos cursos de Filosofia, antes duas vezes menor, começou a ultrapassar o dos cursos médicos à altura do ano de 1954, levando hoje sobre estes uma vantagem de mais de 4 000 alunos

## LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

PARA manter os órgãos legislativos federais, estaduais e municipais cada brasileiro contribui por ano com a cota de aproximadamente trinta e dois cruzeiros. Em 1957, a soma das despesas nacionais com o Poder Legislativo atingiu 1,9 bilhões de cruzeiros, sendo 900 milhões dos Estados, 554 milhões dos Municípios e 484 milhões da União. Note-se que na parcela dos Estados estão incluídos os gastos orçamentários fixados para a Câmara dos Vereadores do Distrito Federal: 248 milhões de cruzeiros ou cerca de 80 cruzeiros por habitante.

Com o Poder Judiciário, as despesas nacionais naquele mesmo ano foram pouco maiores, ultrapassando no conjunto a casa dos 2,1 bilhões e elevando-se a 34 cruzeiros a contribuição "per capita". A parte correspondente aos Estados (Distrito Federal inclusive) foi de 1,2 bilhões e a que coube à União, de 900 milhões de cruzeiros. São Paulo despende mais que qualquer outra Unidade da Federação (381 milhões), seguindo-se Minas Gerais (172 milhões) e o Rio Grande do Sul (138 milhões de cruzeiros).

Em relação ao total da despesa fixada, as verbas destinadas ao Poder Legislativo representam no orçamento federal a proporção de 0,42%, e as do Poder Judiciário, a de 0,75%. Na soma dos orçamentos dos Estados e do Distrito Federal, os gastos com o Legislativo sobem a 1,1% e os com o Judiciário, a 1,5% da despesa fixada. Quanto aos Municípios, as despesas com suas Câmaras podem estabelecer-se no nível de 2,6%, devendo-se levar em conta que, em muitas delas, os Vereadores não percebem subsídios mas simples ajudas de custo.

## POPULAÇÃO MUNDIAL

CRESCENDO à razão de 83 almas por minuto, 120 000 por dia ou à taxa anual de 1,7%, a população mundial se elevaria dos atuais 2,7 bilhões de habitantes a cerca do dobro, no fim do presente século e ficaria perto dos 13 bilhões de habitantes, à altura do ano 2050. O Brasil, com seus altos índices de incremento demográfico, está contribuindo para o aumento da população do mundo com 3 almas por minuto, aproximadamente 4 300 por dia e, assim, já em 1980 terá ultrapassado a casa dos 100 milhões de habitantes.

Esse explosivo desenvolvimento numérico da humanidade (cujas previsões a longo prazo aqui são encaradas com as devidas reservas e a título especulativo) não se explica por uma expansão extraordinária dos nascimentos em todo o globo, mas principalmente pela acentuada redução das taxas de mortalidade. Aos notáveis progressos da medicina preventiva e curativa alcançados no último decênio se deve a crescente duração da vida humana que se prolonga em toda a parte, e especialmente nas áreas subdesenvolvidas, onde as modernas técnicas de saúde pública estão sendo introduzidas em escala antes ignorada.

A população mundial está crescendo tão impetuosamente que agora, a partir de 1950, não serão necessários mais de 60 anos para elevar-se ao dobro. Anteriormente, sua duplicação se efetuara num período que abarcava 200 anos, entre 1650 e 1850, e, depois, não haveria de duplicar-se em menos de um século, entre 1850 e 1950. Mas não é a aceleração do ritmo de seu incremento o único fato a observar na evolução demográfica do mundo. O simultâneo desenvolvimento econômico e demográfico dos continentes mais atrasados, cujas populações aumentam muito mais rapidamente que a dos países industrializados (a Ásia, a África e a América Latina) contribuíram com 78% do aumento de habitantes da ter-

ra, de 1951 a 1955), tenderá a transformar substancialmente a distribuição das forças mundiais e a fazer surgir no futuro novas posições de equilíbrio nas relações internacionais.

## MULHERES FUNCIONÁRIAS

Os homens estão perdendo terreno e poderão dentro de certo tempo constituir minoria no serviço público da União, a julgar pelas melhores aptidões do elemento feminino demonstradas em alguns dos concursos realizados no Distrito Federal. Efetivamente, se em todo o país se mantiverem superiores aos dos homens os índices de aprovação alcançados pelas candidatas cariocas a vagas no funcionalismo federal, aquela previsão não será exagerada nem destituída de fundamento.

Partindo-se dos resultados das provas de seleção para quinze carreiras ou séries funcionais, verifica-se que as percentagens de aprovações das mulheres estão quase invariavelmente em nível mais elevado que as referentes aos homens, com uma única exceção quanto aos candidatos a taquígrafos. Assim, por exemplo, dos 1 094 candidatos a oficial administrativo, foram habilitados 171 homens (15,6%) e 278 mulheres (24,2%); dos 1 557 candidatos a escriturário, tiveram aprovação 117 homens (7,5%) e 156 mulheres (10,3%); dos 225 candidatos a datilógrafo habilitaram-se 41 mulheres (6,9%) e 10 homens (4,4%), etc etc

Dados colhidos num levantamento feito para a Comissão do Plano de Classificação de Cargos revelaram que, no ano de 1955, as mulheres em atividade no serviço público federal representavam 15,9% do total de funcionários, proporção bastante maior que a encontrada no Censo de 1950, quando a cota pouco excedia de 10%. Embora esses dois processos de apuração não sejam rigorosamente comparáveis, é de acreditar, contudo, na probabilidade de um crescimento rápido do contingente feminino nos quadros dos servidores da União. Acresce, ainda de acordo com os dados do Censo do IBGE, que noutras esferas da administração pública a mulher já tem participação relativamente alta: 33% no funcionalismo dos Estados e 23,5% no funcionalismo das Municipalidades.

## BRASILEIROS NO RIO

No último recenseamento, como se sabe, o Distrito Federal era o município mais populoso do Brasil. 2 377 451

habitantes. A cidade do Rio própria-mente dita (isto é, excluída a população rural) era igualmente a primeira do país. 2 303 063 habitantes. Apenas pouco mais de 50% dos habitantes eram cariocas natos (1 223 460), cerca de um milhão (942 812) provinha de outras Unidades brasileiras e o restante era constituído de estrangeiros e naturalizados.

Pode-se ver que tanto a imigração interna como a externa pesam consideravelmente no crescimento demográfico da Capital da República. Entre os censos de 1940 e 1950 diminuiu o número de estrangeiros no Rio, enquanto o de brasileiros naturais de outras Unidades aumentava de forma acentuada. Os dados coligidos pelo IBGE mostram que algumas "colônias" experimentaram forte incremento no período intercensitário. Assim, os fluminenses, que eram 286 609 em 1940, somavam 360 324 em 1950; os mineiros passaram de 114 214 para 191 917, os espírito-santenses de 17 924 para 55 746 (proporcionalmente, o maior aumento), os paulistas de 36 332 para 46 990; os pernambucanos de 29 150 para 45 157, os baianos de 27 703 para 44 936, os alagoanos de 19 194 para 27 267. Nenhuma "colônia" apresentou baixas.

Esses números indicam que o Distrito Federal tinha em sua população mais naturais de certos Estados do que dezenas e mesmo centenas de municípios desses Estados. Era, por exemplo, o maior município "fluminense" (Campos. 237 633 hab) e o segundo município "mineiro" (Juiz de Fora. 126 989 hab). A cidade do Rio era, a um só tempo, a primeira cidade brasileira, "fluminense", espírito-santense"; a segunda cidade "mineira", "pernambucana", "baiana", "alagoana", a nona cidade "paulista" (acima de Jundiá, Marília, Taubaté e outras); a 11ª cidade de "gaúcha", etc

## ENSINO PRIMÁRIO EM 1957

Mais de 54 milhões de alunos estavam matriculados nas escolas primárias, ao fim do primeiro mês letivo de 1957. Desses discipulado 2 747 313 eram do sexo masculino e 2 658 938 do sexo feminino. Cabe notar que no Sul, no Centro-Oeste e no Leste (com exceção do Distrito Federal e da Bahia) há predominância de alunos no ensino primário, enquanto no Norte e no Nordeste (com exceção do Pará e do Amapá) as alunas constituem maioria.

Os 5 406 251 alunos estavam distribuídos por 80 178 unidades escolares, das quais 32 119 estaduais (40,1%), 40 104 municipais (50%) e 7 955 parti-

culares (9,9%) Apesar de inferiorizado em número de unidades, o ensino sob dependência estadual congregava a maioria do corpo docente (99 016 professores, ou seja, 57,6%) e do corpo discente (3 096 412 alunos, ou seja, .. 57,3%).

Apenas uma Unidade Federada apresentava discipulado superior a um milhão de alunos: o Estado de São Paulo (1 187 363). Com efetivos primários acima de 500 000 se colocavam Minas Gerais (916 077) e o Rio Grande do Sul (534 057). Sete Unidades, além das mencionadas, ostentavam efetivos superiores a 200 000 escolares, a saber: Paraná (301 425), Bahia (291 867), Estado do Rio (271 092), Pernambuco (263 781), Distrito Federal (263 600), Santa Catarina (248 280) e Ceará (207 013). Mais de 100 000, Goiás, Pará e Rio Grande do Norte.

## DESPESAS COM ÓRGÃOS CULTURAIS

As despesas públicas com os órgãos culturais (cultura científica, física e literária) perfazem mais de um bilhão de cruzeiros por ano. Em 1956, foram despendidos com esses órgãos e instituições 1 085 milhões de cruzeiros (exatamente 1 085 409 701 cruzeiros), equivalentes a 6,86% do valor global das despesas públicas com o ensino e a cultura. Essa percentagem não é baixa, levando-se em conta que os estabelecimentos de ensino elementar tiveram 36,5%, os de ensino médio 16% e os de ensino superior 18,5%.

Da soma aplicada, 609,9 milhões de cruzeiros foram gastos em caráter de manutenção e os restantes 475,5 milhões a título de subvenção ou auxílio. Contribuiu a União com 589,7 milhões (sendo 401,7 milhões a título de subvenção), os Estados e o Distrito Federal participaram com 293 milhões (manutenção: 219 milhões), e os Municípios com 202,6 milhões (englobados inteiramente em manutenção). Proporcionalmente, os últimos despenderam mais com a rubrica, que lhes absorveu 12,5% das verbas destinadas ao ensino e à cultura, enquanto que essa proporção foi de 10,9% para a União e de apenas 3,3% para os Estados e o Distrito Federal. É possível que as despesas feitas no âmbito municipal sejam mais elevadas do que o total indicado, com o acréscimo das verbas incluídas em "outras despesas" e que

não puderam ser discriminadas no que se refere a subvenções e auxílios.

O Distrito Federal é a Unidade que mais gasta com os órgãos e instituições culturais (89,1 milhões em manutenção e 41,3 milhões em subvenções). Seguem-se o Rio Grande do Sul (43,1 milhões), São Paulo (28,5 milhões), Minas Gerais (19,5 milhões), o Estado do Rio (13,3 milhões), o Paraná (13,4 milhões) e a Bahia (10,5 milhões).

## MULHERES TRABALHADORAS

UMA em cada quatro pessoas que trabalham no Distrito Federal é do sexo feminino, proporção que não é baixa em comparação com o resto do Brasil. Segundo apurou o último recenseamento do IBGE, das 969 086 pessoas que exerciam atividades remuneradas no Rio, cerca de uma quarta parte (250 914 ou 26%) eram mulheres. De 1940 a 1950 o número de mulheres trabalhadoras aumentou entre os cariocas de 91 608 ou à razão de 9 160 por ano. Presentemente o contingente feminino deve ter passado de 300 mil, admitindo-se que venha crescendo pelo menos no mesmo ritmo do decênio anterior a 1950 (5,7% ao ano).

O ramo de atividade que reunia em 1950 maior número de mulheres era o da prestação de serviços (128 302) no qual se incluem os serviços domésticos remunerados (96 374 empregadas). No ramo das indústrias de transformação destacava-se o grupo das indústrias têxteis (14 305). Quanto à classificação pelas ocupações profissionais, a categoria mais numerosa era a de amas e copeiras (48 537), seguida da de cozinheiras (46 895) e da de auxiliares de escritório (23 975). Formavam também apreciáveis contingentes as mulheres que se empregavam como costureiras (22 070), balconistas (6 684) e como diretoras ou administradoras (5 339).

No conjunto do país, o trabalho feminino não ocupava à mesma época mais de 15,6% do total da mão-de-obra em atividade, acentuando-se sua participação nas regiões mais desenvolvidas, como o Sul (17,6%) e o Leste (15,7%). No Norte e no Nordeste, as percentagens reduzem-se, respectivamente, a 13,2% e 14% e no Centro-Oeste, a 6%. Dentre os Estados, o Piauí aparece com uma população feminina economicamente ativa de apenas 7,7%

FRANK LORIMER

## ESTADO ATUAL DA PESQUISA SÔBRE POPULAÇÕES ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E QUALIDADE

As palavras "estrutura", "composição", "qualidade" e "características" são empregadas de modo um tanto negligente na descrição dos fenômenos demográficos. Algumas vezes essas palavras são usadas reciprocamente; outras vezes, um termo exato é empregado com um sentido especial, mas mesmo assim seu significado preciso nem sempre é claro. Por exemplo, no recenseamento de 1930, e nos anteriores, os dados foram apresentados sobre "composição e características". Os mesmos dados são agora apresentados simplesmente como "características".

O Bureau do Censo já não emprega de modo explícito os conceitos simbolizados pelos termos "estrutura", "composição", ou "qualidade". Poder-se-ia concluir apressadamente que, ou o Censo deve ter negligenciado o seu dever, ou que eu me tenha deixado enredar por conceitos absolutos. Há boas razões, porém, para tomar uma posição mais liberal, tanto em relação à atuação do Bureau do Censo, como com referência à sabedoria dos responsáveis pela elaboração do atual programa.

"Estrutura", se usada com restrição e precisão com referência à população, parece-me uma palavra exata. Tem um significado distinto, que é importante em demografia, embora não tenha um lugar adequado nas operações censitárias. Com exceção dos efeitos de migração, uma população pode ser concebida como um fenômeno puramente biológico. O número de membros aumenta com os nascimentos e diminui com os óbitos. O nascimento, porém, é simplesmente um incidente no processo de concepção, gestação e maturação — que também implica na diferenciação pelo sexo — e a morte é normalmente o ponto culminante da senilidade. Cada pessoa, em qualquer tempo, ocupa uma posição especial com referência a esses processos biológicos. Os números relativos de pessoas nessas diferentes posições são determinados por prévias taxas vitais e esses números relativos estão funcio-

nalmente relacionados com as futuras taxas vitais.

Lotka, entretanto, tinha boas razões para se referir à composição idade-e-sexo biologicamente determinada de uma população fechada por um termo distinto, isto é, "estrutura". A confusão semântica poderia ser reduzida por estrita aceitação desse emprêgo limitado.

A essência da única contribuição de Lotka foi a análise sistemática das inter-relações da estrutura demográfica e das taxas vitais. Esse gênero de investigação tem sido levado a efeito e precisa ser seguido — sobretudo no que diz respeito aos efeitos de taxas variáveis — porque tem importantes aplicações, que ainda não foram devidamente consideradas, nos estudos de população. Percebemos agora, de maneira dolorosa, os processos pelos quais uma aplicação muito direta de funções estáveis de população sobre populações empíricas podem conduzir a grandes erros — sobretudo no caso de inferências baseadas em observações de um ponto especial no tempo — como tem sido demonstrado por Karmel, Whelpton, Woolfer, Vincent, Stolvitz, e outros.

O homem é um animal, porém um animal móvel e um animal social. A composição de idade e de sexo de muitas populações humanas desvia-se, de modo apreciável, da estrutura biológica, devido aos efeitos de migração. Além disso, o comportamento humano é influenciado por condições sociais variáveis, e o comportamento em idades especiais pode ser influenciado pelo procedimento prévio em idades anteriores. A aplicação pouco severa da teoria de população constante das populações reais pode, entretanto, conduzir a conclusões contrárias ao bom senso. Isso sugere a necessidade de ser cauteloso, porém não prejudica o valor da teoria analítica, ou as aplicações rigorosas dessa teoria.

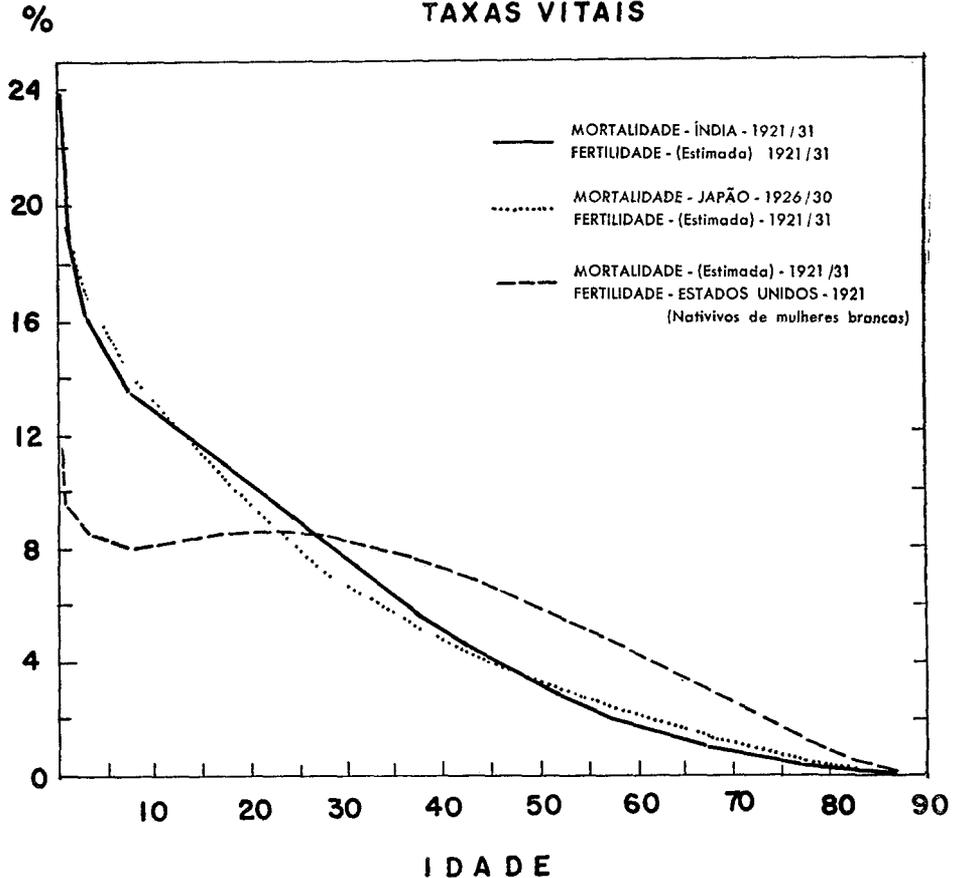
A INFLUÊNCIA da "fertilidade" sobre a distribuição de idade tem recebido especial atenção em alguns estudos recentes. A noção persistente, mas ilusória, de que as alterações na distribuição por idade são em grande

Relatório apresentado à "Population Association of America", Princeton, em 21 de maio de 1955, e divulgado na revista "Eugenics Quarterly". Tradução de Ruth Göttert.

parte devidas às alterações da mortalidade tem duas fontes: os efeitos de adlanto da morte, prolongando as vidas dos indivíduos, é uma observação comum, enquanto que o efeito sobre uma população de alterações no tamanho de coortes de nascimento sucessivo é menos vidente; e: demógrafos têm-se equivocado, algumas vezes, ao examinar a tabela de vida de populações que representam, explicitamente, níveis dados de mortalidade, esquecendo-se que elas, implicitamente, acarretam níveis correspondentes de fertilidade. Experiências

feitas com populações estáveis demonstram que as estruturas de idade são principalmente determinadas por níveis de fertilidade. Em outras palavras, presumindo-se taxas constantes, "estruturas de idades semelhantes" resultam da combinação de séries diferentes de "taxas de morte" de idade-específica com um grupo dado de taxas de fertilidade; porém "estruturas de idade" muito "diferentes" resultam da combinação de níveis diferentes de "fertilidade" com um "grupo" dado de taxas de idade-específica de morte (Ver gráfico)

## DISTRIBUIÇÃO DE IDADE, SEGUNDO DIFERENTES TAXAS VITAIS



Resultados semelhantes são obtidos pelas experiências com os efeitos das alterações progressivas nas taxas vitais nas estruturas de idade das populações inicialmente estáveis. Um declínio de mortalidade, de conformidade com um padrão observado de incidência de idade, às vezes aumenta levemente as proporções de crianças e pessoas idosas em relação aos números de adultos de meia idade, ocasionando, dessa forma, uma estrutura de idade levemente "menos" eficiente; entretanto, as alterações de mortalidade geralmente têm pouco efeito, em todos os sentidos, sobre a estrutura de idade. Por outro lado, uma redução progressiva de

"fertilidade" tende a reduzir a proporção de crianças para adultos de meia idade e também a aumentar as proporções nas classes de idade avançada.

Casualmente, pode-se notar que a influência da composição de idade sobre a taxa bruta de mortalidade é, algumas vezes, interpretada erroneamente. Por exemplo, a taxa bruta de mortalidade da população dos Estados Unidos em 1939-41 foi de 10,8 por mil, enquanto que a taxa de mortalidade geral na tabela de vida correspondente foi de 15,7 por mil. Essa diferença é, às vezes, interpretada como demonstração da influência de uma distribuição de

idade "anormal", dessa vez inferindo-se que, se as taxas de mortalidade de idade-específica permanecem constantes, a taxa bruta de mortalidade deve elevar-se. Mas em uma população estável com as taxas de mortalidade de idade-específica nos Estados Unidos, em 1939-41, e com um aumento constante de 1% ao ano, a taxa geral de mortalidade seria, apenas, de 11,9 por mil; uma taxa constante de aumento levemente mais elevada resulta em uma taxa geral tão baixa quanto a taxa bruta observada. Não se pode, entretanto, presumir que nas atuais condições a taxa bruta de mortalidade venha a elevar-se.

**M**INHA própria experiência nesse setor, relatada in *UN Population Bulletin* tem sido em um nível mais elementar. Fiz a experiência com algumas células selecionadas de fertilidade e mortalidade E' com satisfação que relato que o assunto foi tratado de forma analítica em uma investigação feita por Ansley J Coale. Suas descobertas serão brevemente publicadas em um artigo sobre os efeitos das alterações de mortalidade e fertilidade sobre a composição de idade. De modo geral, essas descobertas confirmam as minhas expectativas; estão mais bem fundamentadas e têm um significado geral que as minhas experiências não poderiam assegurar.

A investigação das alterações na "composição de sexo" das populações, subsequente à distribuição de nascimentos por sexo, é relativamente fácil para os demógrafos. A investigação das alterações dos coeficientes de sexo entre as pessoas idosas recebeu adequada atenção dos cientistas responsáveis pelos programas de segurança social e por todo o campo da gerontologia. O aumento contínuo dos diferenciais do sexo na mortalidade, discutido por Dorn, cria muitos problemas importantes.

Muita atenção tem sido dada à investigação dos desvios variáveis dos coeficientes aparentes de sexo em idades sucessivas. Grauman propôs uma avaliação desses desvios em um índice de erros nos relatórios censitários. Casualmente, a tese de que esses desvios podem, geralmente, ser atribuídos à maneira fraudulenta com que as mulheres fazem declarações sobre esse delicado assunto recebeu um severo golpe no estudo dos dados censitários dos Estados Unidos, recentemente publicado no *Journal of the American Statistical Association*.

O problema da determinação dos coeficientes de sexo ao nascer permanece, pelo menos que eu saiba, envolto em mistério. Provavelmente a contribuição mais importante para esse assunto, durante a última década, é a descoberta de Tietze, relatada em *Human Biology*, em 1948, de que o coeficiente de sexo em cerca de 6 000 embriões, 3 a 7 meses após a concepção, segundo apurou o Instituto Carnegie, foi apenas de, aproximadamente, 108 do sexo masculino por 100 do feminino, enquanto que coeficientes de sexo de cerca de 130 masculinos para 100 femininos têm geralmente ocorrido com fetos nascidos mortos. E' certo que entre os embriões em um estágio

recente de gestação há um acentuado excesso de pertencentes ao sexo masculino — ao contrário do que se poderia esperar pela teoria da genética.

Há diversas hipóteses sobre essa anomalia aparente, mas parece não haver nenhuma prova decisiva para qualquer das explicações. Noto, no contexto, que Spiegelman forneceu munição muito útil para a defesa dos demógrafos contra os que insistem em que Deus geralmente mantém a atividade militar fornecendo um excesso de crianças do sexo masculino para o caso de guerra.

**A** CONTRIBUIÇÃO recente mais importante para a informação sobre a "composição" e "características" da nossa população foi o aperfeiçoamento dos processos censitários para a obtenção de dados sobre características rigorosas como emprego e desemprego, composição de família, educação, mobilidade e renda. Em riqueza e exatidão esses dados são muito superiores aos fornecidos há 20 anos. Isso pode ser creditado, em parte, à competência do corpo de funcionários do censo, mas, em parte, deve ser atribuído a interesses mais poderosos do que a demografia, nos círculos legislativos. Felizmente os dados econômicos, sociais e higiênicos são também dados demográficos. Portanto, o volume de informações sobre as "características" das populações se eleva com o crescimento e diversificação da tecnologia e dos interesses sociais.

O conceito de "composição" de uma população é essencialmente heurístico; seu conteúdo é sempre relevante para alguma pesquisa especial. As populações podem ser classificadas de diferentes maneiras, de acordo com diferentes propósitos: habitação, renda, ocupação, educação, raça, religião, política, participação em associações, corporações, preferências alimentares, etc. As variações tratadas nessas classificações são reais, porém são geralmente complexas, contínuas e exageradas. A classificação geralmente envolve a seleção de alguns critérios mais ou menos arbitrários; e critérios diferentes são úteis em investigações diferentes.

Dois tipos de classificação têm grande importância geral para os estudos de população: classificação por sexo e idade e classificação por área e tipo de comunidade. Ao se descrever populações empíricas, com relação à primeira dessas categorias, é preferível mencionar primeiro sua "composição por sexo e idade" — reservando o termo "estrutura" para tratamentos analíticos. A classificação por área e tipo de comunidade define uma espécie de composição da população, mas é conveniente, no caso, que se refira à distribuição da população. A pesquisa referente a essa classificação foi revista por Donald Bogue.

Além desses dois modos de classificação, nenhum outro sistema para definir a composição das populações parece ter relevância peculiar para a demografia. Aparentemente, a utilidade da classificação por origem étnica, ou raça, está diminuindo; mas a classificação pelas características associadas com o estado

social pode tornar-se importante. A última revelou-se de grande utilidade para o manejo dos dados apurados no estudo de Indianópolis sobre os fatores que afetam a fertilidade — embora, nesse caso, dentro de um universo limitado quanto à área, raça e religião. A classificação de populações em partes componentes é um procedimento básico em pesquisa social. De posse das informações sobre as características das populações, o estudante esboça padrões de composição que se ajustem aos seus interesses especiais. Nesse sentido, os interesses dos demógrafos são semelhantes aos dos outros cientistas sociais.

**A** PESQUISA demográfica tem progredido nos últimos anos, tornando-se mais específica. Isso promove generalizações mal exatas, embora mais limitadas.

Spengler trata das inter-relações na esfera econômica entre as alterações dos componentes de população e as alterações das funções econômicas. Acrescentarei apenas dois comentários casuais ao seu tratamento sistemático. Em recente conferência em Washington, convocada por *Resources for the Future* Joseph Davis sugeriu que a incidência dos recentes aumentos de renda nos diversos segmentos da nossa população pode ter afetado de modo apreciável as tendências do consumo total nesse país, notadamente o aumento, um tanto surpreendente, na proporção da renda nacional despendida com os alimentos. Isso sugere um aspecto da relação dos padrões de procedimento e os componentes da população. Por outro lado, tal fenômeno pode ser resultante do deslocamento de populações vindas de comunidades rurais esparsas para as áreas metropolitanas e da diminuição da força dos diferenciais rurais-urbanos de fertilidade. Os movimentos demográficos influenciam a renda nacional, bem como a sua distribuição.

Os demógrafos têm responsabilidade especial na investigação da influência que as alterações da população exercem sobre as características dessa mesma população. Essa responsabilidade é reconhecida pelos estatutos da "Population Association of America" e pelos estatutos da "International Union for the Scientific Study of Population" que se refere a estudos sobre "aspectos qualitativos" de população.

As verificações sobre os aspectos qualitativos de população podem ter três significados um tanto diferentes, que podem ser definidos grosseiramente como "limitado", "amplo" e "livre". A verificação limitada refere-se à relação entre as modificações de população e algum gênero especial de característica, como, por exemplo, características genéticas. A verificação ampla trata da relação entre as alterações de população e todas as espécies de características, inclusive genética, e inclui também as relações econômicas, mencionadas acima, e diversas características sociais, culturais e pessoais. Esse é o sentido com que a expressão tem sido usada na teoria sueca de população. Precisa ser perfeitamente diferenciada do que

pode ser denominado verificação "livre", do ponto-de-vista da demografia, onde se trata de diversas características completamente à parte de sua relação com as tendências de população. Isso constitui um interesse muito adequado, mas está fora do campo da demografia.

O interesse na relação das tendências de população e as características genéticas é da competência dos demógrafos e especialistas em genética, pois seus estudos se ocupam do campo especial da eugenia. Esse assunto merece atenção especial devido à sua profunda importância para o futuro da humanidade, ao seu caráter especial e à ausência de apoio por quaisquer grupos de interesse especial.

Hoje em dia, todas as pessoas previdentes sabem que enfrentamos a possibilidade de alterações catastróficas nessa esfera que poderiam operar com uma rapidez devastadora de ordem completamente diversa das possíveis alterações graduais, com as quais Galton se preocupou. A possibilidade de mutações genéticas, em grande escala, devidas aos efeitos da radiação é uma perspectiva amedrontadora, embora seja um assunto sobre o qual há enormes diferenças de opinião entre competentes especialistas em genética — e, de qualquer modo, constitui um assunto para o qual nós, demógrafos, não podemos concorrer com nenhuma contribuição especial.

Grande progresso tem sido alcançado pelos especialistas humanos, em genética, nos últimos anos, na identificação dos fatores genéticos das diferentes enfermidades e incapacidades e na identificação de alguns casos de portadores de genes recessivos para incapacidades inatas especiais através de indicações de penetração incompleta. Na maior parte, essas descobertas exigem atenção de médicos e especialistas de genética. Elas não apresentam problemas de interesse geral para os demógrafos. O efeito mais importante de tendências correntes de população no mundo ocidental sobre a incidência dessas doenças é, provavelmente, reduzir sua frequência fenotípica, no caso de moléstias devidas aos genes recessivos. Isso provém do desmembramento de grupos isolados e gerados entre si, devido ao aumento da mobilidade residencial e social.

**P**ARECE ter havido muito pouco progresso nos últimos anos sobre o conhecimento da influência dos fatores genéticos sobre a inteligência e a personalidade. Pode ser que o progresso na análise de fatores psicológicos, da atividade, nas investigações de processos psicológicos implicados nesse procedimento, e estudos sobre os fatores genéticos que afetam o comportamento animal, constituam informações que tornarão possíveis progressos mais rápidos nesse setor em um futuro próximo. Até que possamos dispor desse conhecimento devemos aceitar as hipóteses alternadas. O trabalho de importância imediata dos aspectos qualitativos da população deve ser elaborado, principalmente, com referência aos fatores sociais que afetam a saúde e a personalidade.

A contribuição mais importante, nos últimos anos, para o conhecimento sobre a relação da reprodução diferencial para a *distribuição de inteligência* foi a proveniente da extensa pesquisa sobre crianças de onze anos de idade na Escócia em 1947, em continuação de uma pesquisa semelhante, realizada em 1932. Os dados obtidos nessas pesquisas foram cuidadosamente analisados por James Maxwell e outros psicólogos ingleses. As relações entre as classificações sobre testes em grupos e testes individuais, tamanho de família, ordem de nascimento, condição ocupacional, habitação e migração, foram rigorosamente considerados.

As inter-relações observadas entre os resultados referentes à inteligência, tamanho de família, condição ocupacional, são semelhantes aos geralmente registrados por outros estudos realizados nesse país. Essas relações conduzem à conclusão de que a reprodução diferencial tem exercido uma influência depressiva sobre a tendência do nível médio de inteligência das crianças escocesas. Ao contrário, a investigação demonstra que, em 1947, a média dos resultados dos testes, feitos em grupo, foi um pouco maior, e a dos testes individuais, praticamente a mesma, como em 1932. Essa verificação é um tanto animadora para qualquer interpretação razoável. Ela prova que, se a reprodução diferencial, característica da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, tem exercido uma influência depressiva sobre os níveis nacionais de inteligência, essa influência tem sido equilibrada por outras tendências para uma elevação geral da inteligência. A hipótese de que a heterose aumentada (heterogeneidade genética) tem sido um fator positivo não pode ser totalmente excluída; não obstante, a evidência em apoio dessa hipótese é inconcludente. Uma hipótese muito mais plausível é a de que as alterações do nível geral de vida, práticas educacionais, relações entre pais e crianças e estímulo intelectual proporcionados pela vida urbana, tenham favorecido melhor realização de testes de inteligência. Uma outra possível interpretação seria que as deduções concernentes ao efeito depressivo da reprodução diferencial da inteligência fossem falsas. Outra explicação dada, às vezes, é que pode não haver nenhuma relação significativa entre a inteligência dos pais e o tamanho de suas famílias, e que a associação negativa entre os resultados dos testes com crianças e o tamanho da família pode ser atribuída ao efeito depressivo do tamanho grande de família, sobretudo em níveis econômicos mais baixos. Essas alternativas podem, e deveriam, ser submetidas a testes. Minha tentativa de julgamento é que a última hipótese, na sua forma extrema, é provavelmente falsa, mas pode constituir parte das associações observadas — pelo menos em algumas situações. Nunca interpretei o suposto efeito depressivo da usual reprodução diferencial em termos puramente genéticos, mas presumo que ele, provavelmente, abrange uma composição genética. Essa possibilidade não está excluída pelas descobertas decorrentes das pesquisas escocesas.

A conclusão pessoal do Sr Maxwell, no seu relatório na Conferência Mundial de População de 1954, é a seguinte: "A contribuição positiva de pesquisas como as escocesas é mais a de revelar a natureza e extensão dos problemas do que descobrir respostas conclusivas para eles, e fornecer uma estrutura de referência para investigações mais limitadas porém mais intensas. Essas investigações poderiam ser dirigidas de modo proveitoso para a elaboração de métodos mais precisos de manejar dados sociológicos e genéticos, a fim de estabelecer, com maiores detalhes, a interação de fatores sociais e genéticos de fertilidade e inteligência, e, como o "Scottish Mental Survey" está fazendo, realizando testes individuais com 1.215 crianças, tentando confirmar à margem do resultado do teste de inteligência, tamanho da família e condições sociais das vidas futuras das crianças. O requisito essencial, entretanto, é estabelecer uma ligação entre uma geração e a seguinte. Nem extensas pesquisas, nem investigações limitadas são, isoladamente, suficientes — as duas são, necessariamente, complemento uma da outra".

No campo da educação, nossas instituições enfrentam hoje o problema do grande afluxo de principiantes provenientes de lares de pequena experiência educacional. Isso indica a aceleração da mobilidade social, e apresenta uma oportunidade para a extensão dos benefícios proporcionados por um grau mais elevado de educação; mas, também, cria problemas na política educacional. Esses problemas têm sido intensificados pela associação negativa, durante as décadas anteriores, entre o objetivo educacional e a fertilidade. Se a educação liberal tem valores positivos, sua influência deve afetar o desenvolvimento e a formação da personalidade da criança, e seus efeitos podem ser cumulativos através das sucessivas gerações. Essa influência de longo termo será, obviamente, mais poderosa, se a associação da fertilidade com os níveis educacionais forem mais positivos do que negativos.

Outra fase muito interessante do estudo da população qualitativa, desenvolvida principalmente por Glich, é a análise das alterações no ciclo de vida das famílias. Os demógrafos têm-se interessado sempre pela influência dos padrões da vida familiar sobre as tendências da população; a influência das modificações da população sobre a vida familiar merece mais atenção do que tem recebido. Há necessidade de uma colaboração mais harmoniosa e mais efetiva, no planejamento de pesquisa, entre os que estudam a família e os estudantes das tendências de população. Talvez, como a tendência para o aumento de nascimentos se torna mais difundida, ela possa promover a transmissão de valores culturais associados à vida de família. Não há dados devidamente controlados sobre esse assunto, porém isso deveria receber mais atenção na pesquisa sobre fatores sociais e psicológicos da fertilidade.

E' preciso reconhecer que com isso, nos aproximamos de problemas complexos que envolvem demografia, sociologia e psicologia — ou, talvez seja melhor dizermos, o amplo campo da pesquisa social. Isso inclui a relação das tendências de população para a formação de atitude, valores e procedimento — inclusive problemas especiais decorrentes do procedimento político, delinqüência e doença mental.

**A** CONTRIBUIÇÃO recente mais brilhante para o conhecimento das características do povo americano não é primordialmente concernente às relações dessas características para as tendências demográficas, mas inclui alguns dados sobre o assunto Refiro-me ao "Communism, Conformity, and Civil Liberties", de Stouffer, que constitui, realmente, um produto raro — tão competente em teoria e técnica sociais e apresentado de maneira tão clara e simples, tão desapassionado e, por isso mesmo, tão imaginativo. Stouffer teve muito trabalho em frisar que esse estudo se preocupa apenas com a avaliação de tolerância com respeito a determinado fim. Entretanto, esse propósito, por sua natureza, abrange um amplo complexo de

situações e é menos imediatamente associado aos interesses especiais de qualquer dos grandes grupos do que esses propósitos como relações de trabalho ou relações de raça. Relativa tolerância, como a avaliada nesse estudo, demonstra uma forte associação positiva com o nível educacional e uma forte relação negativa com a idade, em conjunto e independentemente. Stouffer nota que a distribuição por área sugere uma correlação positiva entre a mobilidade geográfica e a tolerância nesse campo. A distribuição por área também me sugere uma correlação negativa entre a fertilidade, durante as décadas anteriores, e a tolerância nesse campo.

Com respeito aos Estados Unidos, os aspectos qualitativos das modificações de população são agora mais importantes e mais interessantes, na minha opinião, do que as questões relativas à tendência do número total. Terminando expressando a esperança de que alguns dos membros mais jovens da nossa Associação possam resolver os problemas enganosos nesse campo, com a imaginação e a habilidade empregados por Stouffer e seus associados, no tratamento que não dispensem a outro assunto difícil.

## RESOLUÇÕES DA JEC

### RESOLUÇÃO N.º 558, DE 8 DE JANEIRO DE 1958

*Aprova o Orçamento do Serviço Gráfico do I.B.G.E., para o exercício financeiro de 1958*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições,

RESOLVE.

Art 1º — Fica aprovado, para o exercício financeiro de 1958, o Orça-

#### 1 — RECEITA

##### 11 — RECEITAS INDUSTRIAIS

	Cr\$	Cr\$
111 — Produção das Oficinas Gráficas		103 540 000,00

##### 12 — RECEITAS DIVERSAS

121 — Receitas Patrimoniais	660 000,00	
122 — Receitas Extraordinárias	1 800 000,00	2 460 000,00
Total da Receita		<u>106 000 000,00</u>

Art. 3.º — A Despesa, fixada em cento e seis milhões de cruzeiros . . . (Cr\$ 106 000 000,00), será realizada com o custo dos serviços industriais e de administração geral, e com inversões

mento do Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mediante a distribuição constante dos artigos subseqüentes.

Art. 2º — A Receita, estimada em cento e seis milhões de Cruzeiros . . . (Cr\$ 106 000 000,00) será realizada com os recursos provenientes da exploração das Oficinas Gráficas e de outras contribuições específicas (anexo /), sob os seguintes grupos:

constantes do plano de aplicação, mediante a distribuição especificada na respectiva tabela explicativa (anexo /), como, a seguir, se menciona:

#### 2 — DESPESA

##### 21 — CUSTEIO

##### 211 — Despesas Industriais

1 — Pessoal	53 585 588,70	
2 — Material	39 038 115,70	
3 — Diversos	2 330 487,80	94 954 192,20

##### 212 — Despesas Administrativas e Comerciais

1 — Pessoal . . .	5 647 681,30	
2 — Material . . .	1 042 614,30	
3 — Diversos	1 855 512,20	8 545 807,80

Total do Custeio . . . . .		<u>103 500 000,00</u>
----------------------------	--	-----------------------

22 — INVERSÕES	Cr\$	Cr\$
221 — Bens Móveis . . . . .	1 700 000,00	
222 — Bens Imóveis . . . . .	800 000,00	
Total das Inversões		2 500 000,00
TOTAL GERAL . . . . .		106 000 000,00

Art. 4º — Fica à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística autorizada a efetuar adiantamentos até o limite de cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 5 000 000,00) por antecipação da Receita

na-se a atender às despesas de pessoal e outras de caráter urgente.

Parágrafo único — O adiantamento de que trata o presente artigo desti-

Art. 5º — Fica o Presidente do Instituto autorizado a proceder, sempre que necessário, às alterações nas tabelas explicativas do Orçamento, sem ultrapassar cada um dos grupos da Despesa.

## RECEITA

### I — RECEITAS INDUSTRIAIS

#### *Produção das Oficinas Gráficas*

ANEXO N° 1 — 01 — CNE — Secretaria-Geral	31 350 000,00	
" " 2 — 04 — Outras Entidades Públicas ou Privadas . . . . .	72 190 000,00	103 540 000,00

### II — RECEITAS DIVERSAS

#### A — RECEITAS PATRIMONIAIS

ANEXO N.º 3 — 01 — Aluguéis do Conjunto Residencial . . . . .	660 000,00	
---	------------	--

#### B — RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

ANEXO N° 4 — 01 — Recuperação de Despesas de Expedição . . . . .	480 000,00	
" " 5 — 02 — Venda de Aparas . . . . .	780 000,00	
" " 6 — 09 — Eventuais . . . . .	540 000,00	2 460 000,09
TOTAL . . . . .		106 000 000,00

Serviço Gráfico, em 12 de dezembro de 1957 (a) *Marcelino de Brito Pereira de Andrade*, Contador-Chefe dos Escritórios — Reg. CRC/DF n° 13 791 (a) *Dyrno Pires Ferreira*, Superintendente do Serviço Gráfico

## ORÇAMENTO DE CUSTEIO

### I — DESPESAS INDUSTRIAIS

#### 1 — Pessoal

ANEXO N° 1 — 01 — Conservação e Reparo das Oficinas . . . . .	1 500 000,00	
" " 2 — 02 — Contribuição de Previdência e Outras . . . . .	4 046 700,00	
" " 3 — 03 — Férias . . . . .	2 010 000,00	
" " 4 — 04 — Indenizações . . . . .	500 000,00	
" " 5 — 05 — Mão-de-Obra (Turma da noite — tarefeiros) . . . . .	5 990 000,00	
" " 6 — 06 — Mão-de-obra (Turma do dia) . . . . .	32 900 000,00	
" " 7 — 07 — Serviços Auxiliares . . . . .	2 270 000,00	
" " 8 — 09 — Quota de Rateio . . . . .	4 368 888,70	53 585 588,70

		Cr\$	Cr\$
<i>2 — Material</i>			
ANEXO N.º 9—01—	Material de Limpeza e Reparação . . .	2 540 000,00	
” ” 10—02—	Material de Transformação	36 340 730,00	
” ” 11—03—	Serviços Auxiliares	60 000,00	
” ” 8—09—	Quota de Rateio	97 385,70	39 038 115,70
<i>3 — Diversos</i>			
ANEXO N.º 12—01—	Despesas de Conservação e Reparo . . .	550 000,00	
” ” 13—03—	Fôrça Motriz . .	450 000,00	
” ” 14—04—	Serviços Auxiliares . .	40 000,00	
” ” 15—05—	Despesas Indiscriminadas	10 000,00	
” ” 8—09—	Quota de Rateio	1 280 487,80	2 330 487,80
<b>II — DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS</b>			
<i>1 — Pessoal</i>			
ANEXO N.º 16—02—	Contribuição de Previdência e Outras . . .	422 220,00	
” ” 17—03—	Férias . . . . .	215 000,00	
” ” 18—04—	Indenizações . . . . .	100 000,00	
” ” 19—06—	Ordenados e Salários	4 450 000,00	
” ” 8—09—	Quota de Rateio	460 461,30	5 647 681,30
<i>2 — Material</i>			
ANEXO N.º 20—01—	Conjunto Residencial . . .	200 000,00	
” ” 21—02—	Conservação e Manutenção de Veículos . . . . .	400 000,00	
” ” 22—03—	Material de Consumo . . .	250 000,00	
” ” 23—04—	Material de Expediente	80 000,00	
” ” 24—05—	Material de Limpeza e Reparação . . . . .	110 000,00	
” ” 8—09—	Quota de Rateio	2 614,30	1 042 614,30
<i>3 — Diversos</i>			
ANEXO N.º 25—01—	Condução e Passagens	20 000,00	
” ” 26—02—	Conservação e Manutenção de Veículos . . . . .	300 000,00	
” ” 27—03—	Despesas de Conservação e Reparo . . . . .	40 000,00	
” ” 28—04—	Conjunto Residencial	130 000,00	
” ” 29—05—	Fretes e Carretos	120 000,00	
” ” 30—06—	Selos, Estampilhas e Telegramas . . . . .	96 000,00	
” ” 31—07—	Despesas Indiscriminadas	130 000,00	
” ” 8—09—	Quota de Rateio	1 019 512,20	1 855 512,20
			103 500 000,00
<b>ORÇAMENTO DE INVERSÕES</b>			
ANEXO N.º 32—01—	Bens Móveis . . . . .	1 700 000,00	
” ” 33—02—	Bens Imóveis . . . . .	800 000,00	2 500 000,00
<b>TOTAL</b>			106 000 000,00

Serviço Gráfico, em 12 de dezembro de 1957 (a) *Marcelino de Brito Pereira de Andrade*, Contador-Chefe dos Escritórios — Reg CRC/DF n.º 13 791. (a) *Dyrno Pires Ferreira*, Superintendente do Serviço Gráfico.

**RESOLUÇÃO N.º 559, DE 8 DE  
JANEIRO DE 1958**

*Dispõe sobre a aplicação dos recursos orçamentários consignados na rubrica 3 2 16 — Cooperação com os órgãos do sistema estatístico, da Tabela explicativa pertinente à Secretaria-Geral do C N E.*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

tendo em vista a necessidade da distribuição, entre os órgãos centrais federais integrantes do sistema estatístico, segundo os resultados de cada um dos recursos específicos e previstos no Orçamento do Conselho Nacional de Estatística, de que trata a Resolução JEC-556/57, e

considerando que os seus responsáveis acordaram, quanto aos quantitativos a serem atribuídos aos órgãos que representam,

**RESOLVE:**

Art 1º — A parcela de Cr\$ 4 040 000,00, da dotação atribuída à rubrica "3 2 16 — cooperação com os órgãos do sistema estatístico", constantes da Tabela explicativa relativa à Secretaria-Geral do Conselho e pertinente ao orçamento em vigor, será assim distribuída, para o atendimento de encargos específicos dos Órgãos Centrais Federais abaixo enumerados:

— Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (M J N I)	600 000,00
— Serviço de Estatística Econômica e Financeira . . .	400 000,00
— Serviço de Estatística da Produção (M A.)	800 000,00
— Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (M T I C)	800 000,00
— Serviço de Estatística da Educação e Cultura (M E C)	800 000,00
— Serviço de Estatística da Saúde (M S)	640 000,00
	<hr/>
	4 040 000,00

Art 2º — Os quantitativos ora fixados destinar-se-ão ao custeio de ser-

viços de passagem e diárias e à aquisição de material, bem como à impressão de formulários no Serviço Gráfico do Instituto, desde que tal custeio possa ser conceituado como cooperação do Conselho.

Art 3º — Os referidos quantitativos aplicar-se-ão também no refôrço de contratos celebrados, cujos montantes se mostram insuficientes, ou em outras despesas eventuais e de pronto pagamento

Art 4º — A entrega dos aludidos quantitativos fica condicionada às possibilidades financeiras do Conselho.

Art 5º — A comprovação das despesas de que trata esta Resolução poderá ser feita semestralmente, ou à proporção em que os Órgãos Centrais Federais forem requisitando suprimentos

**RESOLUÇÃO N.º 560, DE 13 DE  
JANEIRO DE 1958**

*Dispõe sobre a distribuição do auxílio financeiro aos Órgãos Centrais Regionais do Conselho Nacional de Estatística no exercício de 1958*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, no uso das suas atribuições, e

considerando que no orçamento do Conselho Nacional de Estatística para 1958, aprovado pela Resolução JEC-556, foi destinada a importância de Cr\$ 16 970 000,00 (dezesesseis milhões novecentos e setenta mil cruzeiros) para o auxílio aos órgãos de seu sistema regional

**RESOLVE:**

Art 1º — A distribuição do auxílio concedido pelo Conselho aos órgãos de seu sistema regional, no exercício de 1958, será feita de acôrdo com a seguinte tabela

<i>Unidades da Federaçào</i>	<i>Importância (Em cruzeiros)</i>
Rondônia	221 000,00
Acre . .	383 000,00
Amazonas	479 000,00
Rio Branco	221 000,00
Pará	559 000,00
Amapá	221 000,00
Maranhão	604 000,00
Piauí . . . .	536 000,00

Ceará . . .	734 000,00
Rio Grande do Norte	528 000,00
Paraíba .	632 000,00
Pernambuco . . .	832 000,00
Alagoas . . . .	559 000,00
Sergipe ..	492 000,00
Bahia .. . . .	1 030 000,00
Minas Gerais . . . .	1 477 000,00
Espírito Santo	536 000,00
Rio de Janeiro . . .	705 000,00
Distrito Federal	1 530 000,00
São Paulo	1 542 000,00
Paraná . . . .	604 000,00
Santa Catarina	596 000,00
Rio Grande do Sul	984 000,00
Mato Grosso . . .	479 000,00
Goiás	536 000,00
<b>Total</b>	<b>16 970 000,00</b>

Art. 2º — A aplicação, pelos órgãos beneficiados, do auxílio de que trata o artigo precedente será feita de conformidade com o disposto nas Resoluções JEC-495, de 28 de dezembro de 1955, e AC-672, de 25 de agosto de 1956.

#### RESOLUÇÃO N.º 561, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1958

*Declara a concordância da composição da Junta Executiva Regional da Estatística do Estado de Santa Catarina com a Convenção Nacional de Estatística*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que a Junta Executiva Regional de Estatística do Estado de Santa Catarina organizada pelo Decreto-lei n.º 109-A, de 31-I-1946, modificado pelo de n.º 95, de 22 de julho de 1947, está constituída de acôrdo com as normas que regulam o assunto, conforme consta do processo n.º 901 22/56, da Secretaria-Geral,

#### RESOLVE

Art. 1.º — Para os fins previstos na Resolução AG-608, de 9 de julho de 1954, e nos termos da Resolução JEC-495, de 28 de dezembro de 1955, fica declarada a concordância da organização vigente da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado de Santa Catarina

com o disposto na cláusula Primeira, item X, da Convenção Nacional de Estatística.

Art 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

#### RESOLUÇÃO N.º 562, DE 26 DE MARÇO DE 1958

*Concede auxílio especial a título de complementação da verba consignada na Resolução JEC-491.*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando o exposto no ofício JERE-48, protocolado sob o n.º 2 282/58, com o qual a Junta Executiva Regional de Estatística do Estado de Minas Gerais solicitou à Secretaria-Geral dêste Conselho auxílio especial complementar ao já concedido pela Resolução JEC-491, de 16 de dezembro de 1955,

considerando o parecer do Senhor Conselheiro-Relator desta Junta, aprovado em Sessão de 19 de março de 1958,

#### RESOLVE

Art 1º — É concedido ao Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais o auxílio especial de .

Cr\$ 170 000,00 (cento e setenta mil cruzeiros), a título de complementação da verba consignada na Resolução JEC-491, destinado a ocorrer à despesa com a aquisição de material de que trata a mencionada Resolução

Art 2º — Os recursos para cobertura do auxílio de que trata a presente Resolução serão obtidos mediante destaque dos existentes na conta n.º 21 8 — “Convênios Nacionais de Estatística Municipal”, devendo obedecer a comprovação das despesas às normas vigentes para a prestação de contas dos órgãos regionais do Sistema

#### RESOLUÇÃO N.º 563, DE 23 DE ABRIL DE 1958

*Autoriza a emissão de Selos de Estatística*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o disposto no art 9º, letra *a*, do Decreto-lei nº 4181, de 16-5-942,

considerando o que consta dos Prots 19920/55 e 1171/56, da Secretaria-Geral do Conselho,

**RESOLVE**

Art 1.º — Fica a Secretaria-Geral do Conselho autorizada a emitir no Serviço Gráfico do IBGE, "Selos de Estatística" nas taxas e quantidades a seguir discriminadas:

Cr\$ 0,90 .	20 000 000
Cr\$ 1,00	40 000 000
Cr\$ 1,50	45 000 000
Total	105 000 000

Art 2.º — As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta da dotação própria do orçamento do Conselho Nacional de Estatística — Anexo 2 — do vigente exercício.

**RESOLUÇÃO N.º 564, DE 28 DE ABRIL DE 1958**

*Concede auxílio especial ao Ministério da Educação e Cultura*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das atribuições, e

considerando que é finalidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística colaborar, na medida de suas possibilidades, para a concretização de iniciativas de caráter cultural que visem ao melhor conhecimento do território brasileiro, sua gente e suas realizações, em especial as de natureza científica e artística;

considerando que a confecção de um filme sobre o Aleijadinho e as obras históricas existentes em Ouro Preto, como contribuição ao 2º Festival daquela cidade, realizado de 17 a 21 do corrente, sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura, representa empreendimento do maior interesse cultural, e tendo em vista o pedido de auxílio para aquele objetivo, formulado pelo titular da pasta em aprêço,

considerando o que consta do processo protocolado sob nº 5663/58,

**RESOLVE**

Art 1.º — Fica a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística au-

torizada a conceder ao Ministério da Educação e Cultura, para confecção de um filme em cinemascope, em côres, sobre as obras do Aleijadinho e as preciosas relíquias históricas da cidade de Ouro Preto, um auxílio especial de Cr\$ 200 000,00 (duzentos mil cruzeiros)

Art 2.º — A despesa decorrente do aludido auxílio correrá à conta da rubrica "3.2.12 — congressos, exposições, realizações culturais e outras", constante do orçamento vigente da Secretaria-Geral do CNE

Art 3.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**RESOLUÇÃO N.º 565, DE 14 DE MAIO DE 1958**

*Abre crédito especial para custeio do auxílio solicitado pela Diretoria Municipal de Estatística e Divulgação, órgão da Prefeitura Municipal de Salvador — Bahia*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o pedido formulado pela Diretoria Municipal de Estatística e Divulgação da Prefeitura Municipal de Salvador — Bahia, através do expediente protocolado na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística sob nº 20919/57, no sentido de lhe ser concedido, no corrente exercício, um auxílio de Cr\$ 144 000,00 (cento e quarenta e quatro mil cruzeiros), para fins idênticos aos de que trata a Resolução JEC/541, de 8 de julho de 1957,

considerando o parecer favorável à concessão em aprêço, emitido pelo Senhor Conselheiro-Relator desta Junta, em 17-3-58, e aprovado em Sessão de 19 do mesmo mês, conforme fls. 6 do expediente citado,

**RESOLVE:**

Art 1.º — Fica aberto, pelo Conselho Nacional de Estatística, o crédito especial de Cr\$ 144 000,00 (cento e quarenta e quatro mil cruzeiros), destinado à remuneração, no período de janeiro a dezembro do corrente ano, de 4 (quatro) servidores da Diretoria Municipal de Estatística e Divulgação, da Prefeitura Municipal de Salvador — Bahia

Art. 2.º — A cobertura do crédito especial de que trata o artigo anterior será obtida mediante apropriação dos recursos existentes na conta “Convênios Nacionais de Estatística Municipal”, devendo a comprovação da despesa ser remetida diretamente à Secretaria-Geral do Conselho

**RESOLUÇÃO N.º 566, DE 28 DE MAIO DE 1958**

*Ratifica deliberação da Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas.*

A Junta Executiva Central do Conselho de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que durante o exame, por parte da CTRACE, do material de coleta do SEDMP, para a XXII Campanha Estatística, foi pelo representante credenciado dêsse Serviço apontada divergência no Anexo I, da Resolução AG-710, que inclui o assunto “cartórios” em lugar de “efetivo do pessoal judiciário”,

considerando que o assunto diz respeito específica e exclusivamente ao órgão central federal cujo representante na CTRACE levantou a questão,

considerando que a CTRACE, ante a palavra e os esclarecimentos do órgão interessado, houve por bem fazer a substituição acima referida, a qual seria levada ao conhecimento desta Junta, conforme consta do processo número 229-53,

**RESOLVE**

Art único — Fica ratificada, **ad referendum** da Assembléia Geral, a substituição levada a efeito pela CTRACE, no Anexo I da Resolução AG/710, do inquérito sobre “cartórios”, na XXII Campanha Estatística, por “efetivo do pessoal judiciário”

**RESOLUÇÃO N.º 567, DE 11 DE JUNHO DE 1958**

*Fixa o valor da diária prevista no artigo 3.º da Res AG/693, de 20 de junho de 1957.*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que é de sua competência, no interregno das Sessões da

Assembléia-Geral, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 1200, de 17 de novembro de 1936, deliberar, **ad referendum** da mesma Assembléia, sobre assuntos de interesse do Conselho,

considerando, ainda, o que determina o art 3.º da Resolução n.º AG/693, de 20 de junho de 1957,

**RESOLVE**

Art 1.º — É fixado em Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) o valor da diária prevista no art 3.º da Resolução AG/693, de 20 de junho de 1957

Art 2.º — Revogam-se as disposições em contrário

**RESOLUÇÃO N.º 568, DE 11 DE JUNHO DE 1958**

*Declara a concordância da composição da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado do Pará com a Convenção Nacional de Estatística*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que a Junta Executiva Regional de Estatística do Estado do Pará organizada pelo artigo 1.º do Decreto Estadual n.º 2308, de 2-8-57, está constituída de acôrdo com as normas que regulam o assunto, conforme consta do processo 90110-56, da Secretaria-Geral,

**RESOLVE**

Art 1.º — Para os fins previstos na Resolução AG-608, de 9 de julho de 1954, e nos termos da Resolução JEC-495, de 28 de dezembro de 1955, fica declarada a concordância da organização vigente da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado do Pará com o disposto na cláusula Primeira, item X, da Convenção Nacional de Estatística

Art. 2.º — Esta Resolução produzirá seus efeitos a partir de 2 de agosto de 1957

**RESOLUÇÃO N.º 569, DE 11 DE JUNHO DE 1958**

*Concede auxílio especial destinado a contratação de técnico em serviços Hollerith*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando o exposto no ofício JERE-51, protocolado sob o n.º 2 289-58, com o qual a Junta Executiva Regional de Estatística do Estado de Minas Gerais encaminhou à Secretaria-Geral dêsse Conselho o pedido formulado pelo Serviço de Estatística da Educação daquela Unidade Federada, no sentido de lhe ser concedido um auxílio especial de Cr\$ 120 000,00 para recontração de um técnico em mecanografia Hollerith,

considerando, que, por força da organização do sistema estatístico regional, nem todos os encaixos enumerados no artigo 1.º da Resolução JEC-495 se acham sob a exclusiva responsabilidade do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais;

considerando o parecer emitido a respeito pelo Senhor Conselheiro-Relator desta Junta, em 28-5-58, e aprovado, por unanimidade,

#### RESOLVE

Art 1.º — É concedido, por intermédio do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais, e mediante abertura de crédito especial, ao Serviço de Estatística da Educação daquele Estado, o auxílio especial de Cr\$ 120 000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), destinado a ocorrer à despesa de recontração de um mecanógrafo para execução de seus trabalhos de apuração

Art. 2.º — A cobertura do crédito especial de qua trata a presente Resolução será obtida mediante apropriação dos recursos existentes na conta "Convênios Nacionais de Estatística Municipal", ficando a comprovação da despesa, perante a Secretaria-Geral dêste Conselho, a cargo do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais

#### RESOLUÇÃO N.º 570, DE 11 DE JUNHO DE 1958

*Declara a concordância da composição da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado do Espírito Santo com a Convenção Nacional de Estatística*

A Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que a Junta Executiva Regional de Estatística do Estado do Espírito Santo, organizada pela Lei Estadual 1 250, de 28-VI-57, está constituída de acôrdo com as normas que regulam o assunto, conforme consta do processo n.º 901 20-56, da Secretaria-Geral

#### RESOLVE

Art. 1.º — Para os fins previstos na Resolução AG-608, de 9 de julho de 1954, e nos termos da Resolução JEC-495, de 28 de dezembro de 1955, fica declarada a concordância da organização vigente da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado do Espírito Santo com o disposto na cláusula Primeira, item X, da Convenção Nacional de Estatística

Art 2.º — Esta Resolução produzirá seus efeitos a partir da data da promulgação da Lei 1 250, de 28 de junho de 1957, do Estado do Espírito Santo

#### RESOLUÇÃO N.º 571, DE 25 DE JUNHO DE 1958

*Estende aos servidores da CNE a vantagem instituída pela Lei n.º 1 741, de 22-11-1952*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, no uso das suas atribuições, e

considerando que a Lei n.º 1 741, de 22 de novembro de 1952, assegua ao ocupante de cargo permanente e de provimento em comissão, o direito de continuar a perceber o vencimento do mesmo cargo, quando afastado dêle depois de mais de dez anos de exercício ininterrupto;

considerando que aos servidores da Secretaria-Geral do CNE tem sido aplicada, via de regra, a legislação, no que tange a vantagens, benefícios e deveres funcionais,

#### RESOLVE

Art Único — Fica assegurada aos servidores da Secretaria-Geral do CNE a vantagem instituída pela Lei n.º 1 741, de 22-11-1952, desde que ocorram as condições estipuladas no respectivo artigo 1.º

## ESTRUTURA INDUSTRIAL DE SÃO PAULO

**O** FATO de maior significação na economia paulista nestes últimos oito anos, é o rápido desenvolvimento industrial pelo qual está passando. Isso não quer dizer, entretanto, que sua agricultura esteja em retardo. Ao contrário, ela também tem progredido. Assim, continuamos entre os primeiros produtores de café, de algodão e cana, e outros alimentares. Deve salientar-se igualmente que a nossa agricultura é a mais avançada do País, tanto pelo uso de tratores quanto pela utilização de fertilizantes.

O que todavia desejamos acentuar é que o ritmo da expansão industrial vem sendo maior do que o agrícola, de modo a conferir-lhe prioridade. Graças a isso, a produção manufatureira se ampliou largamente, crescendo em tôdas as direções: volume, valor, operários ocupados, energia elétrica consumida, capital empregado, quantidade de matérias-primas usadas, etc.

Por outro lado, devemos destacar que novas atividades industriais surgiram, como a fabricação de veículos a motor e suas peças — indústria petroquímica, produção de aparelhos elétricos domésticos, de geladeiras, de máquinas de costuras, refinação de petróleo e outros. Dessa forma, com a siderurgia e a indústria mecânica pesada, estamos atingindo uma etapa mais evoluída em nossa industrialização, a etapa da indústria pesada ou de base. Representa isso, portanto, não somente um aumento desse setor econômico, como uma elevação do ponto de vista qualitativo.

Nessas condições, vale a pena examinar, embora ligeiramente, a base em que se assenta esse parque fabril, ou seja, a estrutura industrial de São Paulo.

Assim, o valor da produção industrial paulista, que era de 54 624 024 000 cruzeiros, em 1950, subiu para 183 087 578 000 cruzeiros em 1956, constituindo cerca de metade do total nacional. Para melhor realçar esse aspecto, entretanto, é preciso saber que a quase totalidade da produção de veículos a motor se encontra localizada em nosso Estado, bem como, em valor, 60% da produção de aço e ferro fundido, 78% de alumínio, 75% das ligas de ferro, silício e manganês, além da maioria de vários produtos manufaturados, como leite em pó, óleo de amendoim, extrato de carne. O consumo de matérias-primas, que somava a 27 429 437 000 cruzeiros, em 1950, passou para 92 220 623 000 cruzeiros em 1956. Os salários pagos evoluíram entre um e outro ano, de 5 997 671 000 cruzeiros para 19 140 662 000 cruzeiros. Tais dados servem para mostrar a ordem de grandeza do crescimento verificado. Estes são os 11 municípios nos quais o valor da produção industrial ultrapassou a 1 bilhão de cruzeiros em 1956.

MUNICÍPIOS	Valor da produção industrial (Em Cr\$ 1 000,00)
Americana	1 147 094
Araraquara	1 270 462
Campinas	2 503 501
Cubatão	1 034 248
Jundiaí	1 904 452
Marília	1 073 922
Piracicaba	1 444 398
Santo André	9 540 722
Santos	1 946 090
São Bernardo do Campo	2 343 928
São Caetano do Sul	3 811 851
São Paulo (Capital)	85 922 118
Sorocaba	2 975 911

O número total de estabelecimentos fabris em junho do ano passado, segundo dados levantados pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), atingia a 52 579, dos quais 28 688 situavam-se no interior e 23 891 na capital. Quanto ao número de empregados, 509 901 encontravam-se na capital e 394 730 no interior, num total de 904 531.

Mas, apesar do progresso assinalado e da grande quantidade de estabelecimentos existentes, a imensa maioria de nossas fábricas são ainda pequenas. Daí que, contendo até 5 operários, representem 64,1% sobre o total e tendo de 5 a 10 operários, representem 14,0%, significando portanto que 79% das empresas manufatureiras paulistas têm apenas 10 e menos operários. As grandes fábricas, dando trabalho de 500 a 1 000 operários eram em número de 130 ou 0,2% sobre o total e as acima de 1 000 operários somavam a 83 ou 0,2% do total, o que quer dizer que os estabelecimentos propriamente grandes totalizavam 213, constituindo 0,4% do total.

Considerando-se por ramo industrial, o têxtil é o que apresenta maior quantidade de estabelecimentos com mais de 500 empregados, seguindo-lhe os dos grupos de mecânica e material elétrico e de alimentação. O grupo com menor número de empregados é o do vestuário, com 5 e menos do que isso.

Quanto à classificação dos empregados, os denominados administrativos representam 10,48% do total, os braçais, 14,63% e os adestrados, incluindo aí os semiqualificados, 54,75%. Os 2 340 engenheiros e 2 858 técnicos cadastrados no número de empregados na indústria de São Paulo, são considerados insuficientes ante o desenvolvimento e extensão da produção. Ressente-se, por isso, a nossa indústria, de verdadeira falta de mão-de-obra elevada. Os dois grupos industriais que ocupam maior quantidade de engenheiros, são os da construção e mobiliário, com 0,93% e da mecânica e material elétrico, com 0,32%.

Os ramos do grupo têxtil (fição e tecelagem) continuam absorvendo o

maior contingente da mão-de-obra, com 21,95% do global do Estado, mas, com referência ao capital investido, desde 1954 perderam a primazia para o grupo de mecânica e material elétrico, que vem, quanto ao pessoal ocupado, em segundo lugar, com 20,12%, seguindo-lhe construção e mobiliário com 14,51%, da alimentação com 9,73% e do vestuário com 6,24%.

Dividida por sexo, assim se distribui a mão-de-obra no Estado: 46 285 masculina e 52 268 feminina. Na capital, a mão-de-obra masculina é de 25 037 contra 28 946 feminina e no interior 21 248 masculina e 23 322 feminina, de onde se conclui que o maior contingente de trabalhadores na indústria cabe ao sexo feminino, tanto no conjunto do Estado, quanto na capital e no interior.

O consumo de força motriz, em cavalo-vapor, em 1956 foi de 2 335 907 para o Estado de São Paulo, contra 3 933 476 em todo o Brasil. Os gastos com o consumo de combustíveis e lubrificantes alcançaram a 2 279 967 000 cruzeiros em 1956, representando metade mais ou menos do total nacional.

Verificamos assim que a estrutura industrial de São Paulo ainda é fraca, pela disseminação de pequenas fábricas, com pequeno número de operários, o que ocasiona baixa produtividade e conseqüentemente alto custo de produção. Como decorrência disso observamos pequeno número de empregados de elevado nível, como engenheiros e técnicos, refletindo-se tal situação no padrão dos nossos produtos, pois, em sua maioria, estão sob a direção de mestres e contramestres. Essa circunstância se deve ao fato de não sermos um país altamente capitalista e à pouca concentração que no domínio industrial ainda existe entre nós.

Com o processo de expansão, no entanto, que estamos atravessando nesse domínio, dentro de pouco tempo, mais alguns anos talvez, essa situação sofrerá completa transformação, desaparecendo tais características para dar

lugar a um tipo mais elevado do ponto de vista capitalista

Contudo, já o recenseamento a realizar-se em 1960 evidenciará, certamente, nossa evolução nesse sentido, em confronto com os dados referentes a

1950 É a marcha inexorável do progresso que nos está imprimindo seu selo identificador — *Heitor Ferreira Lima.*

Publicado no "Diário de São Paulo", do dia 29-6-58

## TEM O BRASIL 60 MILHÕES DE CONSUMIDORES?

**A**s mais recentes pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostram que o nosso país se está expandindo rapidamente em população De acôrdo com essa entidade, e no ano em curso, já deveremos ter transposto a fronteira dos 62 000 000 de brasileiros

Em face dessa situação animadora, no setor demográfico, justifica-se e tem cabimento esta interrogação representamos um mercado de consumidores de mais de 60 000 000 de pessoas?

O economista francês, André Siegfried, quando estêve em nossa pátria, antes de rebençar o último conflito europeu, declarou, entre outras coisas, que naquela época nós "éramos um país de 45 000 000 de habitantes mas possuindo apenas 12 000 000 de consumidores" O que êle evidentemente queria significar era que a maioria de nossa população registrava um poder aquisitivo tão baixo que dela se podia dizer que vivia à margem de nossa riqueza e de nossa civilização Hoje, acreditamos não errar afirmando que, dos 60 000 000 de brasileiros, apenas 25 000 000 merecem classificar-se como consumidores

Ora, o consumo é hoje em dia indispensável ao levantamento da força de compra de uma nação Povo de subconsumo é povo destituído de substância econômica O seu progresso agrícola e o seu adiantamento manufatureiro se realizam com muita dificuldade e em obediência a um ritmo demasiado lento

Por isso mesmo, somos de parecer que cinco providências de ordem geral são necessárias, a fim de estimularmos

a capacidade de compra de nossos compatriotas

Primeira, a ocupação populacional do "grande vazio econômico da América do Sul", que é o nosso Oeste e o Extremo-Norte, ainda praticamente desabitados Segunda, investimentos públicos, inteligentemente concebidos e executados sem miscuição da baixa política, nas regiões brasileiras em que seja demasiado modesta a renda "per capita" Terceira, uma política esclarecida de melhoria de nossos transportes marítimos, ferroviários, rodoviários e fluviais, de maneira que a riqueza nacional circule com maior intensidade, fragmentando os pequenos mercados locais e regionais, que se opõem ainda à criação de um grande mercado nacional de consumo interno Quarta, a descentralização industrial, estimulando-se a implantação de núcleos de industrialização mais próximos aos centros de produção dos gêneros alimentícios e das matérias-primas, bem como dos mercados consumidores Quinta, industrialização da agricultura, isto é, levar à lavoura e pecuária os benefícios da moderna técnica industrial

Todo o mundo reconhece que o maior alicerce da industrialização brasileira reside em nosso mercado interior Mas o que urge fazer, sem mais delongas, é transformar a maioria de nossos compatriotas em consumidores efetivos, e não em zeros econômicos, que não pesam devidamente no quadro de nossa riqueza

Assistia incontestavelmente razão ao mencionado economista francês,

quando se exprimiu da maneira como o fêz Não desejam os industriais brasileiros a existência de uma nação infelicitada por áreas de pauperismo ou então prisioneira de maneiras de viver quase medievais O que aspiram, pelo contrário, é a elevação de suas condições de vida

No dia em que asseverarmos com justo desvanecimento, que os 60 000 000

de brasileiros de hoje e os 100 000 000 de brasileiros de amanhã serão consumidores reais de nossa produção agrícola e manufatureira, nesse dia, então, poderemos dizer que se formaram, dentro de nosso território, os verdadeiros Estados Unidos da América do Sul —  
*João Rondon Caporosi*

Publicado na "Fôlha da Manhã", de São Paulo, a 27-5-58

## ATIVIDADES DA JEC

★ 8 de janeiro, sessão ordinária — Compareceu pela primeira vez o novo representante dos Órgãos Filiados, sr Altino Vasconcelos Alves Foi constituída uma comissão para preparar expediente sôbre o convênio estatístico com o Município de São Paulo, dela fazendo parte os srs Edson de Figueiredo, Victor Silveira e Augusto de Bulhões

A Junta tomou as seguintes deliberações a) baixou as Resoluções ns. 558 e 559; b) designou, a pedido da Associação Brasileira de Municípios, dois de seus membros para a Comissão Técnica do Concurso Teixeira de Freitas, recaindo a escolha nos srs Rubens Gouvêa e Tenente-Coronel Edson de Figueiredo, c) homologou Resoluções de Juntas Regionais, d) elegeu a Comissão de Orçamento e Tomadas de Contas para 1958, que ficou assim constituída: srs Augusto de Bulhões, Rubens Gouvêa e Tenente-Coronel Edson de Figueiredo

Foram aprovados votos de congratulações com o sr Augusto de Bulhões, pela publicação do trabalho *O Ministério da Fazenda no Sistema Nacional de Estatística*, e de agradecimentos ao sr Rafael Xavier, ao ensejo de sua aposentadoria, pelos serviços prestados à estatística brasileira

Publicações distribuídas *Meios de Hospedagem no Brasil* (DLE); *Exportação do Rio Grande do Sul por vias internas — 1955 —* (DLE), *Programa del Censo de America de 1960 —* IIE; *Boletim de Comunicações n.º 42*, (NPC), *Boletim de Serviço n.º 283*, da Secretaria-Geral, *Monografia do Município de Santo Amaro —* (DDD); *Brasília — A nova capital —* (DDD), O Ministério da Fazenda no sistema Nacional de Estatística e Aspectos da situação financeira do Brasil — (SEEF); *Brasil Produção Agrícola — I — Totais do País, segundo as espécies cultivadas — 1955/1957 — II — estimativas para 1957 —* (SEP) e *Estudos Demográficos n.º 229 — Novas contribuições para a determinação do nível da mortalidade no Estado do Rio de Janeiro —* (DLE).

★ 13 de janeiro, sessão extraordinária — A Junta homologou várias Resoluções das JERE, decidiu quanto a requerimentos de isenção do Sêlo de Estatística e baixou a Resolução n.º 560

O sr. Presidente prestou esclarecimentos sôbre a execução do convênio de estatística por parte do Município de São Paulo

★ 15 de janeiro, sessão extraordinária — A reunião foi dedicada ao exame do anteprojeto da criação da Comissão Censitária Nacional, com a presença do sr. Armando Rabelo, diretor do Núcleo de Planejamento Censitário

Foi aprovado o projeto de exposição de motivos a ser dirigido ao sr. Presidente da República, sôbre o assunto

★ 23 de janeiro, sessão ordinária — A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou as contas do Serviço Gráfico relativas ao período julho/novembro de 1957, b) homologou Resoluções das JERE, c) aprovou votos de pesar pelo falecimento do deputado Coaracy Nunes e do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, d) aprovou voto de congratulações com os srs Affonso Almiro e Raul Lima, pela designação para Secretário-Geral e Assessor, respectivamente, da Conferência Internacional do Café

Foi lido o parecer da Consultoria Jurídica do Instituto sôbre o anteprojeto de lei do Recenseamento Geral de 1960, cuja redação final foi discutida.

Publicações distribuídas: *Movimento marítimo e fluvial do Brasil — 1955 e 1956 —* (SEEF); *Boletim de Comunicações n.º 43 —* (NPC), *Estudos Demográficos n.º 232 — A Mortalidade da população natural de Alagoas —* (Laboratório de Estatística); *Aspectos geográficos do Município — Delimitação de áreas urbana e suburbana — situação em fins de 1957 —* (NPC); *Sinopse Estatística do Ensino Primário Fundamental comum — 1957 —* (SEEC), *Monografia de Passo Fundo — 2ª edição —* (DDD); *Produção de algumas espécies de origem mineral —* (SEP).

★ 29 de janeiro, sessão extraordinária — A Junta homologou Resoluções das JERE e autorizou a colaboração do Conselho em levantamento solicitado pelo IBAM

A sessão foi suspensa para que a Junta pudesse receber o sr Presidente da República, que honrava o IBGE com sua visita

Reiniciados os trabalhos, foi aprovado um voto de reconhecimento ao prof Juandyr Pires Ferreira, que tivera a iniciativa de convidar, de trazer ao Instituto a mais alta autoridade do País. Foi também aprovado um voto de satisfação pela numerosa visita do sr Presidente da República

Foiam designados os srs Rubens Gouvêa e Coronel-Aviador Dionísio de Taunay para substituírem na Comissão Mista CNG/CNE os srs Alberto Martins e Nirceu da Cruz César

★ 5 de fevereiro, sessão ordinária — Foi discutido e aprovado, em redação final, o anteprojeto de lei sobre o Recenseamento Geral de 1960

Os srs Conselheiros propuseram à presidência do Instituto a constituição, em caráter provisório e a ser confirmada pelo Poder Executivo, da Comissão Censitária Nacional, a fim de não retardar os trabalhos preparatórios do Censo de 1960

A Junta aprovou voto de pesar pelo falecimento do prof João Carlos de Almeida

O sr Presidente anunciou que haviam sido tirados do prelo os volumes VI, XXIV, XXX e XXXVI da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Foiam distribuídas as seguintes publicações: *Estudos Demográficos n.º 233 — Previsões sobre o crescimento da população mundial até o ano 2000* — (Laboratório de Estatística), *Inquéritos Econômicos — A Indústria e o Comércio Atacadista — 1957 — outubro* — (DLE), *Boletins de Serviço ns 287 e 288* — (Secretaria-Geral), *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* — volumes ns VI, XXIV, XXX e XXXVI, *Monografia de Janeiro* — (DDD)

★ 7 de fevereiro, sessão extraordinária — O sr Secretário-Geral comunicou ter o sr Presidente do IBGE feito entrega, ao Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, do anteprojeto sobre o Recenseamento Geral de 1960

A Junta aprovou um voto de regozijo com o prof Juandyr Pires Ferreira pelo aparecimento de mais 4 vo-

lumes da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*

Foiam deferidos alguns requerimentos de isenção da taxa de estatística

★ 12 de fevereiro, sessão extraordinária — O sr Presidente informou ter deferido a indicação formulada pela Junta, no sentido de ser constituída em caráter provisório a Comissão Censitária Nacional, e prestou informações sobre a aprovação dos quadros do IBGE pelo DASP

A Junta aprovou o parecer da Comissão Especial que examinou o projeto de constituição do falanstério e formulou votos de agradecimentos aos diretores dos DEE pela colaboração prestada, em 1957, aos Órgãos Centrais Federais

Publicações distribuídas *Estudos Complementares das "Informações Básicas sobre o Brasil", Desenvolvimento e localização da indústria extrativa de produtos minerais no Brasil* — (Laboratório de Estatística), *Boletins de Serviço ns 289 e 290* — (Secretaria-Geral), *Monografia de Araraquara* — (DDD), *Estabelecimentos e Serviços Auxiliares de Saúde* — (DLE)

★ 21 de fevereiro, sessão ordinária — A Junta tomou as seguintes deliberações: a) formulou voto de congratulações com a Presidência, pela sua atuação no caso do Município de São Paulo, b) formulou voto de congratulações com o Conselho Coordenador do Abastecimento pela publicação do trabalho *Balanço Alimentar do Brasil — 1953/1956*, c) homologou Resoluções das JERE, d) baixou a Resolução n.º 561

O sr Secretário-Geral, substituto, comunicou ter sido ratificado pelo Município de Descanso o Convênio Nacional de Estatística Municipal

Publicações distribuídas *Boletim de Serviço n.º 291* — (Secretaria-Geral), *Produção Industrial — 1955 — Rio de Janeiro* — *Dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística* — (DLE)

★ 26 de fevereiro, sessão extraordinária — O sr Alberto Martins expressou o pesar, seu e do Serviço que dirige, pelo falecimento do prof João Carlos de Almeida. A Junta concedeu isenções da taxa de estatística para espetáculos beneficentes, homologou Resoluções das JERE e fez baixar em diligência a solicitação do IPASE para que o Conselho colaborasse na execução de um Censo dos Servidores

Publicações distribuídas *Boletins de Serviço ns. 286 e 291* — (Secretaria-Geral), *Balanço Alimentar do Brasil — 1953-1956* — (Conselho Coordenador do Abastecimento) — *Produção Industrial — 1955 — Espírito Santo — Dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística* — (DLE); *Boletim Bibliográfico n.º 4* — (DDD), *Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas, n.º 71 — Números índices das quantidades e dos preços do produtor de 18 produtos de origem animal, nos anos de 1950 a 1955* (Laboratório de Estatística), *Boletim Estatístico* — (Secretaria-Geral), Monografias de *Barra Mansa e Itambé* — (DDD); *Relação das Livrarias Existentes no País* — (SEEC)

★ 5 de março, sessão ordinária — A Junta aprovou os seguintes votos de congratulações com a Escola de Engenharia, pelo transcurso de seu centenário, com o Comandante da Escola Superior de Guerra pelo início de mais um ano letivo; com o sr. Meira Penna, representante do Ministério das Relações Exteriores, pelo transcurso do 20.º aniversário de seu ingresso na carreira diplomática, com os srs Guimaraes Rosa, membro do CNG e Raul Lima, antigo membro da Junta, por haverem conquistado prêmios literários

O Inspetor Regional em São Paulo prestou à Junta informações solicitadas sobre a arrecadação da taxa de estatística em São Paulo

A Casa tomou ainda as seguintes medidas a) homologou Resoluções das JERE, b) aprovou contas de auxílio das JERE de Santa Catarina e Espírito Santo, c) aprovou parecer da Comissão que examinou pedido de aquisição de máquina para o Serviço Gráfico

Publicações distribuídas *Boletins de Comunicações, ns 44, 45 e 46* — (NPC); *Boletim de Serviço n.º 293* — (Secretaria-Geral), Monografias de *Mariana e Garanhuns* — (DDD), *Exportação do Rio Grande do Norte por Vias Internas — 1956* — (DLE), *Mensário Estatístico n.º 78 — dezembro 1957* — (SEEF)

★ 12 de março, sessão extraordinária — O sr Secretário-Geral comunicou ter sido ratificado pelo Município de Ribamar, no Maranhão, o Convênio Nacional de Estatística

A Junta aprovou os seguintes votos de congratulações: com o prof Jurandyr Pires Ferreira, pela nomeação do sr Ovídio de Andrade Júnior para a direção do Núcleo de Planejamento

Censitário; com a Secretaria-Geral, pela conclusão do levantamento dos quadros de pessoal

Publicações distribuídas *Produção Industrial — 1955 — Rio Grande do Norte* — (DLE), *Pessoal Auxiliar de Saúde, segundo os Órgãos Territoriais e Militares* — (DLE), *Revista Brasileira de Estatística* — (CNE), *Boletins de Serviço ns 294 e 295* (Secretaria-Geral), Monografia de *Viana* (DDD); *Estatística do Culto Católico — 1955* — (SEDMP)

★ 19 de março, sessão ordinária — Foram tomadas pela Junta as seguintes deliberações a) concordou em realizar o censo dos servidores solicitado pelo IPASE, quando concluída a XXII Campanha Estatística, b) aprovou voto de congratulações com o sr Rubens Pôrto, pelo aparecimento de novos volumes da Estatística do Culto Católico Romano, c) homologou Resoluções das JERE, d) concedeu auxílio especial à Diretoria Municipal de Estatística e D vulgação, de Salvador; e) deferiu requerimentos de isenção da taxa de estatística que atendiam às condições exigidas

Publicações distribuídas *Resoluções da Assembléia-Geral — 1957* — (DDD), *Assistência Médico-Hospitalar segundo os Órgãos Territoriais Militares* — (DLE), *Estudos Demográficos n.º 234 — A fecundidade feminina em Pernambuco* — (Laboratório de Estatística), Monografia de *Pelotas* — (DDD), *A População do Brasil — Dados Censitários — 1872/1950* — (NPC), *Flagrantes Brasileiros* — (DDD), *Estatística do Culto Católico Romano — 1954* — (SEDMP)

★ 26 de março, sessão extraordinária — A Junta tomou as seguintes deliberações a) encaminhou ao Núcleo de Planejamento Censitário, para reexame, proposta de assistência técnica da United States of America Operations Missions of Brazil, b) baixou a Resolução n.º 562, c) aprovou votos de congratulações com o sr. Ministro da Viação, a Direção da Rede Ferroviária Nacional e da EFCB pelo transcurso do centenário desta última, d) aprovou voto de pesar pelo falecimento do sr Affonso Escragnolle de Taunay

O sr Secretário-Geral comunicou ter sido nomeado e empossado o novo Inspetor Regional da Paraíba, Vicente Bento da Silva

Foram distribuídas as seguintes publicações: *Números índices das quantidades e dos preços da produção agrícola do Brasil — 1952/1956* (Laboratório

de Estatística), *Produção Industrial — 1955 — Paraná — Dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística* (DLE), *Movimento bancário do Brasil — junho — 1956/1957* (SEEF); *Sinopse estatística do ensino médio — 1957* (SEEC); *Sinopse estatística do ensino superior — 1957* (SEEC), Monografia de Santarém, (DDD), *Indicador das sedes municipais localizadas em quadriláteros de 2º de long por 2º de lat.* (SEP).

★ 28 de março, sessão extraordinária — O sr Presidente comunicou à Casa ter sido apresentado pelo deputado Lino Braun um projeto de lei criando o Fundo Nacional de Estatística. O sr Augusto de Bulhões informou ter recebido o projeto, para opinar, na qualidade de diretor do SEEF. Foram debatidos alguns aspectos da proposição, tendo a Junta aprovado um voto de congratulações com aquele deputado, pelo projeto apresentado. Foi ainda designada uma comissão especial para estudar o assunto, assim constituída: srs. Secretário-Geral, Augusto de Bulhões, Tenente-Coronel Edson de Figueiredo e Nirceu da Cruz César.

A Junta concedeu isenções da taxa de estatística para espetáculos beneficentes a se realizarem no interior, e aprovou um voto de agradecimento ao Conselheiro Victor Silveira, suplente do representante do Ministério das Relações Exteriores, que se afastava do cargo.

★ 9 de abril, sessão ordinária — O sr Alberto Martins fez declaração a propósito de projeto de lei regulamentando a profissão de estatístico.

A Junta examinou assuntos de caráter administrativo e concedeu isenções da taxa de estatística para espetáculos beneficentes.

Publicações distribuídas: *Monografias Municipais de Muqui e Pau dos Ferros* (DDD); *Mensário estatístico n.º 79, janeiro de 1958* (SEEF); *Boletim bibliográfico 1/56 a 9/57* (DDD), *Exportação do Paraná por vias internas, 1956* (DLE), *Números índices da quantidade e dos preços da produção de origem animal do Brasil — 1950/56* — (Laboratório de Estatística), *Bulletin de L'Institut International de Statistique — 29ª Sessão do IIE*

★ 16 de abril, sessão ordinária — A Junta aprovou prestação de contas do DEE do Piauí, referente a auxílio concedido em 1956 e formulou um voto de pesar pelo falecimento do sr. Gabriel Mufarrej. Foram concedidas isenções da taxa de estatística para espetáculos beneficentes.

Publicações distribuídas: *Inquéritos Econômicos — A Indústria e o Comércio Atacadista — 1957 — novembro* — (DLE), *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco* — (CNG), *Types et Aspects du Brésil* — (CNG); *O Distrito Federal e seus Recursos Naturais* — (CNG), *Estudos complementares das "Informações básicas sobre o Brasil" — A população brasileira, crescimento, composição e tendências* — (LE); *Problema de Base do Brasil — Contribuição para um plano de organização nacional* — (DDD), Monografia de Nazaré — (DDD), *Mensário Estatístico n.º 89* — (SEEF)

★ 23 de abril, sessão extraordinária — Compareceu o novo representante do Ministério das Relações Exteriores, Secretário Carlos Jacinto de Barros. Foram debatidos aspectos da organização das JERE, tendo a Casa deliberado solicitar às Unidades Federadas, quando fôr o caso, a constituição daqueles órgãos na forma da Convenção Nacional de Estatística.

A Junta tomou as seguintes deliberações. a) concedeu auxílio para as solenidades comemorativas de aniversário da cidade de Ouro Preto; b) homologou Resoluções das JERE de Rondônia, Mato Grosso, Bahia, Amazonas e Paraíba; c) baixou a Resolução n.º 563, d) concedeu isenções da taxa de estatística para espetáculos beneficentes, e) formulou voto de felicitações ao sr. Brigadeiro Castro Lima, antigo representante do Ministério da Aeronáutica, pela sua promoção; e) formulou voto de pesar pelo falecimento do filho do General Jacinto Dulcardo Moreira Lobato.

Publicações distribuídas: *Estudos demográficos n.º 235* (Laboratório de Estatística); *Produção industrial em 1955 — Territórios Federais* (DLE)

★ 28 de abril, sessão extraordinária — O sr Presidente comunicou à Casa o recebimento de convite, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, para o Instituto participar da sessão extraordinária do Instituto Internacional de Estatística, a realizar-se em Bruxelas.

A Junta baixou a Resolução n.º 564 e concedeu isenções da taxa de estatística para espetáculos beneficentes.

Publicações distribuídas: *Exportações da Bahia por vias internas, 1957* (DLE), *Boletim de Serviço da Secretaria-Geral n.º 301*

★ 30 de abril, sessão extraordinária — Foi apresentado o parecer da Comissão

Especial que examinou o projeto de lei Lino Braun.

A Junta tomou as seguintes deliberações a) aprovou a proposta da U S A Operations Missions of Brazil, no sentido de possuir a assistência técnica que vem prestando ao NPC, b) formulou voto de congratulações com o prof Jurandyr Pires Ferreira, pela publicação do XXXV volume da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*.

Publicações distribuídas *Números índices das quantidades e dos preços da produção extrativa vegetal do Brasil (1950-1956) Boletins de Serviços ns 259 (suplemento) e 302 da Secretaria-Geral, Monografia de Bento Gonçalves — (DDD), Regimento Interno da Assembléia-Geral — 1958 — (CNE), Boletim Estatístico n.º 61 (janeiro/março de 1958) — (DDD), Estatística do Comércio Exterior — Janeiro a junho de 1957 — (SEEF); Produção Industrial — 1955 — Distrito Federal — (DLE); Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — Volume XXXV — (Mato Grosso)*

\* 7 de maio, sessão ordinária — Foi lido ofício da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, relativo a pedido de informações formulado pela Junta, tendo sido o assunto debatido pelos Conselheiros presentes

A Junta aprovou o parecer da Comissão Especial que examinou o projeto de lei do deputado Lino Braun, sobre o Fundo Nacional de Estatística. Foi também aprovada a minuta de Convênio a ser firmado com o IPASE para a realização de um censo de servidores públicos federais

Foram formulados votos de congratulações com o escritor João Guimarães Rosa, membro do CNG, pela sua promoção a Embaixador, e com os srs Ministro da Marinha e o comandante da Escola Naval, pela passagem do sesquicentenário da fundação daquele estabelecimento de ensino

Publicações distribuídas *Inquéritos econômicos — A indústria e o comércio atacadista, 1957 — dezembro (DLE), Carnes, derivados e subprodutos — 1955/1956 (SEP); Gado existente, 1954/56 (SEP)*

\* 14 de maio, sessão extraordinária — O sr Presidente comunicou ter recebido consulta da ONU sobre a possibilidade de realizar o IBGE uma sessão internacional sobre estatísticas educacionais, solicitando parecer do representante do Ministério da Educação sobre o assunto O sr Alberto Martins declarou que o SEEC via com o maior interesse a realização de tal sessão

O sr Paulo Rangel comunicou que a IR de Goiás efetuou recentemente levantamento de propriedades rurais de Itumbiara, para corrigir dados subjetivos que vinham sendo registrados, e elogiou o trabalho realizado

A Junta tomou as seguintes deliberações a) designou o sr. Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo de Oliveira, para integrar a COTC durante impedimento do sr Tenente-Coronel Edson de Figueiredo, b) formulou voto de profundo pesar pelo falecimento de d. Idelvina Sarzedas de Figueiredo, genitora do sr Tenente-Coronel Edson de Figueiredo, c) formulou voto de congratulações com os srs Ministro da Justiça e Diretor da Imprensa Nacional, pelo transcurso do sesquicentenário daquele Departamento, d) baixou a Resolução n.º 565, e) concedeu isenções da taxa de estatística para espetáculos beneficentes

Publicações distribuídas *Exportação de Seigipe por vias internas, 1956 (DLE), Números índices das quantidades e dos preços da produção extrativa mineral do Brasil, 1950/1956 (Laboratório de Estatística), Monografia de Santa Maria (DDD), Censo Comercial e dos Serviços — VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950*

\* 26 de maio, sessão ordinária — A Junta aprovou indicação do sr Rubens Gouvêa, no sentido de solicitar ao DASP a maior brevidade na aprovação final dos quadros do funcionalismo do IBGE

Foram tomadas deliberações quanto a isenções de taxa de estatística para espetáculos beneficentes

Publicações distribuídas *Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas n.º 76 (Laboratório de Estatística), Boletim bibliográfico, vol I (DDD); Monografia de São Francisco do Conde (SEEF), Brasília (levantamento realizado pela IR de Goiás)*

\* 28 de maio, sessão extraordinária — O sr Presidente leu a exposição de motivos que dirigira ao sr Presidente da República, solicitando autorização para efetuar promoções no funcionalismo do IBGE, tendo em vista a demora por parte do DASP na aprovação dos quadros do Instituto O assunto foi amplamente debatido pelos srs Conselheiros.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou voto de profundo pesar pelo falecimento do sr Luiz Faria Braga, Inspetor Técnico da Secretaria-Geral; b) aprovou a prestação de con-

tas da Secretaria-Geral do Conselho, referente ao segundo, terceiro e quarto trimestres de 1957; c) baixou a Resolução n.º 566; d) autorizou concessão de auxílio especial à JERE de Minas Gerais, e) reconheceu a composição da JERE do Espírito Santo

O sr Secretário-Geral prestou informações sobre os trabalhos de apuração do Registro Industrial

O sr Germano Jardim fez comunicação sobre sua viagem pelo Norte e Nordeste

Publicações distribuídas *Relação dos jornais existentes no país* (SEEC), *Estudos demográficos n.º 237* (Laboratório de Estatística); *Exportação do Ceará por vias internas, 1955* (DLE).

\* 4 de junho, sessão ordinária — O sr Secretário-Geral comunicou ter sido instalada, a 2 de junho, a Comissão de Tomada de Contas da XVIII Assembléia Geral

A Junta aprovou minuta de acordo a ser celebrado com o DGE da Prefeitura do Distrito Federal, homologou o acordo firmado a 23 de maio entre o IBGE e o IPASE, e aprovou votos de congratulações com o sr Augusto de Bulhões e com as srs. Helena Raquel Gil de Moura Costa e Eliza Veiga da Silva Pires, da Comissão Permanente de Classificação, pela publicação da *Nomenclatura Brasileira de Mercadorias* Foram formulados, ainda, os seguintes votos: de louvor e reconhecimento ao sr Ministro Parsifal Barroso, pela dedicação, inteligência e habilidade com que tratou os assuntos ligados à estatística, durante sua gestão à frente do Ministério do Trabalho, e de pesar pelo falecimento do sr Armando Martins, irmão do sr Alberto Martins

Publicações distribuídas: *Brasil — Transportes e comunicações* (NPC), *Tábuas itinerárias — Estado de Pernambuco* (DEE), *Estudos demográficos n.º 236* (Laboratório de Estatística), *Índices dos preços e das quantidades no comércio exterior e de cabotagem, 6ª série* (SEEF); *Nomenclatura Brasileira de Mercadorias* (SEEF)

\* 11 de junho, sessão extraordinária — Foram aprovados os seguintes votos de congratulações, com o sr Ministro da Marinha, pelo transcurso do Dia da Marinha; de pesar, pelo falecimento do sr João Maurício de Medeiros, e D Justino de Santana, primeiro bispo de Juiz de Fora, de congratulações,

com o sr Presidente da República, pela feliz iniciativa do lançamento da "Operação Pan-Americana".

O sr Secretário-Geral fez, entre outras, as seguintes comunicações a) ratificaram o Convênio Nacional de Estatística mais os seguintes Municípios: Joazeirinho, Góio-Erê, Leopólis, Mandaguari e Vidal Ramos, b) prestou informações sobre o andamento das publicações relativas ao Recenseamento Geral de 1950

Foram baixadas pela Junta as Resoluções ns 567 e 568

Publicações distribuídas *Produção industrial 1955 — Santa Catarina* (DLE), *O ensino no Brasil em 1951-54* (SEEC), *Censo industrial — VI Recenseamento Geral do Brasil* (NPC); Monografia sobre o município de *Estrêla do Sul* (DDD); *Sinopse estatística do ensino médio 1957* (SEEC).

\* 18 de junho, sessão extraordinária — Foram aprovados os seguintes votos a) de congratulações, com o prof Steinberg pela sua posse na cadeira de Geografia na Faculdade Nacional de Filosofia, e com a direção dos jornais "Diário de Notícias", "Correio da Manhã" e "Última Hora", pelo transcurso de aniversário de fundação; b) de pesar, pelo falecimento do sr José de Almeida Serra, chefe do Serviço de Estatística Militar do DGE do Distrito Federal, e da sra. Violeta de Mello Santiago Dantas, genitora do prof Francisco Clementino Santiago Dantas

A Junta tomou as seguintes deliberações a) baixou a Resolução n.º 571; b) concedeu isenções da taxa de estatística para espetáculos beneficentes

Publicações distribuídas: *Estudos demográficos n.º 238* (Laboratório de Estatística), *Formiga*, monografia municipal (DDD), *Mensário estatístico n.º 82* (SEEF); *Remanso*, monografia municipal (DDD)

\* 27 de junho, sessão extraordinária — Foram formulados votos de congratulações com o Serviço Gráfico e a Secretaria-Geral do CNE pela atualização do Boletim de Serviço, e com o sr. Presidente da República, pela nomeação do sr Lucas Lopes para o cargo de ministro da Fazenda.

A sessão foi dedicada ao exame dos projetos de Resoluções a serem apresentados à Assembléia Geral

## 22.º ANIVERSÁRIO DO IBGE

**F**oi festivamente assinalada, a 29 de maio, nesta Capital e em todo o País, a passagem do 22.º aniversário da instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

As solenidades comemorativas do Dia do Geógrafo e do Estatístico tiveram início com a celebração de missa votiva, na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, pela manhã, seguindo-se a páscoa do funcionalismo do IBGE

As 10,30 realizou-se uma sessão solene, conjunta, do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística, no auditório deste último Conselho, fazendo-se ouvir, nessa oportunidade, os Srs Flávio Vieira e Nirceu Cruz César, que ressaltaram a importância da efeméride e, bem assim, o alcance da obra técnica e cultural do IBGE

Por último, o Professor Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do Instituto, pôs em destaque o papel que a entidade representa na vida nacional, como centro de pesquisas cujo renome já transpôs as fronteiras do país. Findou por agradecer ao funcionalismo a colaboração que tem assegurado em proveito da organização nacional

No decorrer da reunião foi observado um minuto de silêncio, no auditório, em memória

do idealizador do IBGE, Mário Augusto Teixeira de Freitas

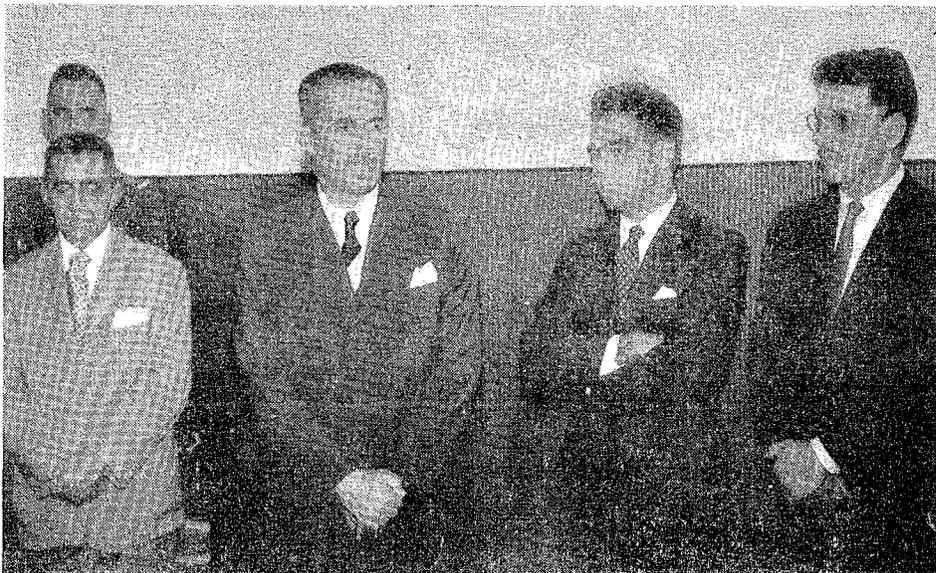
★ Em Macapá, o transcurso do 22.º aniversário do IBGE, foi comemorado com um coquetel oferecido às autoridades pela Inspetoria Regional de Estatística, no Macapá-Hotel. Compareceram à cerimônia os Srs João Teles, representante do Governador do Território, Heitor de Azevedo, Prefeito Municipal, outras autoridades, além do funcionalismo da Inspetoria

★ Em São Luís, o transcurso da data foi assinalado com a celebração de missa gratulatória, na Catedral Metropolitana, e a realização de um piquenique na Ponta d'Arela

★ Em Fortaleza, o programa comemorativo da efeméride constou de uma palestra pronunciada pelo Sr Raul de Figueiredo Rocha, Inspetor Regional de Estatística, na Rádio Verdes Mares, missa solene em altar armado na sede da Inspetoria Regional de Estatística, páscoa dos funcionários desse órgão, e, a seguir, festa de confraternização no mesmo local. Na Assembleia Legislativa, foi aprovado requerimento de autoria do Sr Ernesto Valente, mandando consignar em ata um voto de congratulações com

*NO IBGE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA — O Sr Juscelino Kubitschek, Presidente da República, acompanhado do General Nelson de Melo, Chefe da Casa Militar, e alguns de seus auxiliares diretos, visitou no dia 29 de janeiro o Conselho Nacional de Estatística, onde foi recebido pelo Presidente do IBGE, Prof Jurandyr Pires Ferreira, Sr Hildebrando Martins, Secretário-Geral do CNE, diretores dos órgãos federais de estatística, e diretores e chefes de Serviços do CNE. Na foto, um flagrante da visita, quando o chefe do Governo apreciava a maquete do falanstério que será construído nos terrenos do Serviço Gráfico*





**NOVA SEDE DA IR DO PARANÁ** — Realizou-se em Curitiba, a 3 de março, a inauguração da nova sede da Inspeção Regional de Estatística, localizada à rua Carlos de Carvalho, n.º 532. O ato contou com a presença do Sr. Hildebrando Martins, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, representando, ainda, o Presidente do IBGE. Discursaram no ato os Srs. Hildebrando Martins, Raimundo Nobre Passos, Inspetor Regional, e Lincoln da Cunha Pereira, representante do Governador do Paraná.

o IBGE pela passagem de mais um ano de existência

✱ Em Natal, os funcionários da Inspeção Regional de Estatística promoveram um jantar de confraternização, tendo usado da palavra, na ocasião, os Srs. Gonzaga Galvão, Inspetor Regional de Estatística, Agenor Lima, em nome do Departamento Estadual de Estatística, Minervino Vanderlei, representando os Agentes Municipais de Estatística, e Abrahão Lincoln, pelos Agentes Itinerantes

✱ Em João Pessoa, diversas solenidades assinalaram o transcurso da data, incluindo-se no programa missa gratulatória, na Catedral Metropolitana, oficiada pelo Bispo Auxiliar da Paraíba, D. Manuel Pereira da Costa, visita às obras de ampliação do pórtico de Cabedelo e ao Moinho Teane, conferência do Professor Hildebrando Meneses, diretor do Departamento Estadual de Estatística, sobre tema ligado à efeméride, e audição do Coral Vila-Lobos, sob a regência da maestrina Luzia Simões

✱ Em Maceió, o 29 de maio foi festejado com missa em ação de graças na Igreja dos Martírios, oficiada pelo Arcebispo Coadjuutor, D. Adelmo Machado, aposição de placa, em rua daquela Capital, com o nome de Teixeira de Freitas, encontro amistoso entre as equipes da Inspeção Regional de Estatística e do Departamento Estadual de Estatística, no campo da Escola Agrotécnica, em Satuba, e almoço de confraternização no Parque Othon Bezerra de Melo, no Catolé

✱ Em Salvador, o Dia do Geógrafo e do Estatístico foi comemorado com várias solenidades, sendo inaugurada, como parte das mesmas, rua com o nome de Teixeira de Freitas

✱ Em Belo Horizonte, houve missa votiva na Matriz de São José, com o comparecimento dos funcionários da geografia e da estatística, bem como de suas famílias, seguindo-se um lanche na Confeitaria Elite. Como nos anos anteriores, realizou-se, no salão nobre do Departamento Geográfico do Estado, sessão cívica, após a qual os estatísticos e geógrafos, incorporados, dirigiram-se ao Palácio da Liberdade, onde foi prestada significativa homenagem ao Governador Bias Fortes e à sua Exma. Senhora, d. Francisca Tamm Bias Fortes

✱ Em Curitiba, como parte das comemorações do aniversário do IBGE, uma comissão composta de funcionários da Inspeção Regional de Estatística e do Departamento Estadual de Estatística visitou o Governador do Estado, Sr. Moisés Lupion, ocasião em que os Srs. Carlos Gradowski e Raimundo Nobre Passos, em nome dos funcionários, cumprimentaram o chefe do governo. O Sr. Moisés Lupion ressaltou, nessa oportunidade, o valor da estatística nos dias atuais como orientadora da administração pública

✱ Em Florianópolis a data foi comemorada com uma churrascada de confraternização a que compareceram o Inspetor Regional de Estatística, Sr. Aroldo Caldeira, acadêmico João Paulo Rodrigues, representando o diretor do Departamento Estadual de Estatística, Sr. Mário Wendhausen, chefe do Serviço Médico do IBGE, Srs. Humberto Dalascio, Clemente Cunha, João Batista Belin, Nilton Azpoganciz e Antônio-Francisco Machado, além de grande número de servidores da Inspeção Regional de Estatística

## II FESTIVAL DO LIVRO NA AMÉRICA

**R**EALIZOU-SE nesta capital, a 21 de junho, a inauguração do II Festival do Livro na América, promovido pela Universidade do Brasil, sob os auspícios do Presidente da República e da Organização dos Estados Americanos e com a participação da Biblioteca Nacional

Dezenas de milhares de livros, abarcando múltiplas formas do conhecimento humano, foram expostos, durante dias, no Museu Nacional de Belas Artes.

Dentre os países que se fizeram representar no Festival, enviando exemplares representativo de sua cultura e de sua indústria editorial, mencionam-se a Argentina, a Bolívia, o Chile, a Colômbia, Costa Rica, Cuba, a República Dominicana o Haiti, o Paraguai, a Guatemala, o Uruguai, El Salvador, Honduras, a Nicarágua e Estados Unidos Também concorreram para o êxito do Festival a Polônia, a Checoslováquia, a Itália, a República Popular da China, a República Federal Alemã, a Dinamarca, a Espanha, Portugal, a França, a Holanda, a Índia e Israel Vale destacar o concurso do Sindicato dos Editores e Livradores, graças ao qual foi possível dar-se uma idéia do aprimoramento de nossa produção editorial nos últimos anos Valiosa, também, foi a colaboração dos funcionários da Biblioteca Nacional, da Diretoria e dos funcionários da Biblioteca Central da Reitoria da Universidade do Brasil

O programa do Festival incluiu, ainda, a realização de mesas-redondas sobre problemas específicos do livro nacional e estrangeiro e de uma Feira de Livros, na Cinelândia

O IBGE, por intermédio da Seção de Intercâmbio do Conselho Nacional de Estatística, fez-se representar na exposição de livros enviando exemplares das seguintes publicações: "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros" (volume 3, 6, 14, 24, 28, 29 e 36), "Ferrovias do Brasil", "Anuário Estatístico do Brasil" 1957, "Vocabulário Brasileiro de Estatística", "Brasil — Censo Demográfico (VI Recenseamento Geral — 1950)", "O Mundo em Números", "Brazil Up to Date", "Brésil d'Aujourd'hui", "Flagrantes Brasileiros" (6, 7, 8 e 9), "A Fecundidade da Mulher no Brasil", "Análise Matemática do Estilo", "Vida e Morte nas Capitais Brasileiras", "Geografia dos Preços", "Problemas de Base do Brasil", "Divisão Territorial do Brasil" (1-VII-1955), "Brazil Present and Future", "Brésil Present et Future", "Brasília", "Constituição Federal — 1946", "Revista Brasileira de Estatística", n.º 69/70, "Revista Brasileira dos Municípios", n.º 37/38, "Boletim Estatístico", n.º 61, "Contribuição ao Estudo da Demografia do Norte", "Contribuição ao Estudo da Demografia do Nordeste" e "Contribuição ao Estudo da Demografia do Sul", além de uma coleção de monografias municipais

## FUNDO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

**F**oi apresentado à Câmara dos Deputados pelo sr Lino Braun um projeto de Lei que altera substancialmente o sistema arrecadador do IBGE, instituindo o Fundo Nacional de Estatística e extinguindo a atual taxa de Estatística É o seguinte o projeto, que tomou o n.º 3 794/58:

"Art 1.º Fica criado o "Fundo Nacional de Estatística", destinado a custear os encargos do Conselho Nacional de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e constituído pela arrecadação de uma taxa adicional incidente sobre os produtos compreendidos nos incisos da Tabela "D", alínea XXIV — Fumo, a que se refere a Consolidação das Leis do Imposto do Consumo vigente

Art 2.º A taxa adicional de que trata o artigo anterior, será de 10% (dez por cento) sobre o valor do imposto de consumo a que o produto esteja sujeito "ex-vi" da lei em vigor

Art 3.º — A taxa acima referida, será arrecadada pelo Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística e o seu produto recolhido diretamente pelos contribuintes do imposto de consumo, de que trata o art 1.º, ao Banco do Brasil à conta do "Fundo Nacional de Estatística", mediante guia de modelo especial

Parágrafo único As repartições arrecadoras do Ministério da Fazenda não poderão receber o imposto de consumo incidente sobre a Tabela "D", alínea XXIV, sem a comprovação do recolhimento da taxa adicional, de que trata a presente lei, ao Banco do Brasil

Art 4.º O acréscimo da referida taxa adicional no preço de venda a varejo do produto, não será computado para os efeitos do cálculo da incidência do imposto de consumo

Art 5.º Ficam os produtores autorizados a incluir, no preço do produto para venda a varejo, o valor da taxa adicional, arredondando para dez centavos as suas frações

Art 6.º O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística continuará a promover, executar e orientar tecnicamente o levantamento siste-

mático de tôdas as estatísticas nacionais que lhe estão afetas em virtude de Convênio ou Convenção

Art 7º Fica revogado o disposto no art 9º e suas alíneas, e o artigo 10 do Decreto-lei n.º 4 181, de 16 de março de 1942, e o Decreto-lei n.º 6 730, de 24 de julho de 1944

Art 8º Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário”

#### Justificação

“O presente projeto de lei objetiva a dar ao Conselho Nacional de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — órgão de importância total não somente para a Defesa Nacional, mas também para o planejamento de iniciativas governamentais, bem como para a orientação das atividades produtoras de que depende o desenvolvimento econômico do País — uma base financeira sólida, que lhe permita a plena realização de seu programa de elaboração estatística, livre dos sobressaltos representados para a instituição pelas denúncias, levadas a efeito geralmente por contingências de política regional, dos “Convênios Nacionais de Estatística Municipal”, através dos quais os Municípios contribuem atualmente, mediante uma “taxa de estatística” que incide sobre o imposto de divisões públicas, com parte dos recursos orçamentários de que necessita o IBGE para a execução dos trabalhos estatísticos nacionais

Sem ferir a autonomia de qualquer esfera governamental, bem como sem privar os Municípios brasileiros das estatísticas de seu específico interesse, para o financiamento das quais contribuem com a taxa acima aludida, o projeto ora apresentado desobrigará as nossas comunas desse ônus que pesa atualmente sobre os seus orçamentos, possibilitando-lhes o emprego do produto da arrecadação em aprêço em obras e serviços da competência exclusiva das respectivas administrações municipais, com o que estará o Congresso Nacional, aprovando o projeto de lei em pauta, praticando verdadeira e salutar política municipalista

Atualmente a “taxa de estatística”, de 10%, incide sobre as entradas nas casas de divisões públicas. E’ paga pelo povo quando se diverte. Pelo presente projeto de lei, evidentemente também será paga pelo povo, mas em menor base percentual — cêrca de 5% sobre o preço do produto — enquanto este se compiaz em satisfazer a um vício

Não será, como pode parecer à primeira vista, uma lei que fia a legislação tributária vigente no País, uma vez que já existe uma taxa adicional de 10%, incidente sobre o consumo de bebidas em geral, taxa essa destinada especificamente a constituir o “Fundo Nacional de Ensino Primário” e o “Fundo de Assistência Hospitalar”

Releva acrescentar que não seria justo, por outro lado, que se desobrigassem os Municípios

de sua participação no financiamento dos serviços estatísticos — uma vez que os Estados, na conformidade dos atuais convênios, já que nunca contribuíram, recebendo mesmo, seus Departamentos de Estatística, ponderáveis auxílios financeiros do IBGE — sem dar o mesmo tratamento à União, que no orçamento do ano em curso está concorrendo com cêrca de 450 milhões de cruzeiros para a manutenção do Conselho Nacional de Estatística. Com o presente projeto de lei o Tesouro Nacional, portanto, se libertará desse considerável ônus, pois a arrecadação da pequena taxa no mesmo preceito proporcionará recursos suficientes para o custeio de toda a atividade estatística no território nacional

E’ de se acrescentar que a criação da “taxa de estatística”, incidindo sobre o consumo do fumo, não determinará elevação no custo da vida, primeira necessidade e sim a produto de uso supérfluo, com módico acréscimo

Com efeito, seu reflexo sobre os preços dos cigarros será mínimo, uma vez que se limitará a 10% sobre o tributo presentemente devido e não sobre o preço de venda do produto. Destarte, nos cigarros de tipo popular, de consumo mais intenso, o acréscimo será apenas de 4,5% e de 5% e 5,5% nos de preços mais elevados. Para se ter uma idéia clara da insignificância desse acréscimo, basta dizer que, tomado, por exemplo, os cigarros e entre estes os mais consumidos, que têm atualmente os preços de Cr\$ 4,70 e Cr\$ 7,10, os mesmos passariam a Cr\$ 5,00, Cr\$ 6,00 e Cr\$ 7,50, respectivamente

O mecanismo da arrecadação da taxa adicional, objeto do presente projeto, será dos mais simples e práticos, não onerando de nenhuma forma as firmas produtoras

No ano em curso a previsão do imposto de consumo incidente sobre o fumo está orçada em 9 bilhões e 254 milhões de cruzeiros. Pelo presente seriam arrecadados, através da taxa adicional, 925 milhões de cruzeiros, importância que satisfaz perfeitamente às necessidades do Conselho Nacional de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

E’ de se acrescentar, por último, que a aprovação do presente projeto de lei, além de possibilitar continuidade no cumprimento aos compromissos previstos nos Convênios em vigor, a fim de que o IBGE continue a prestar toda a colaboração estatística aos Estados e Municípios, dentro do espírito de cooperação entre as três ordens administrativas da organização política da República, liberará a instituição de caráter eminente técnico, — a qual, para o total e perfeito cumprimento de suas altas atribuições, não pode sujeitar-se a interferências estranhas que a desviem de suas metas específicas — de toda e qualquer influência da política regional e local, nem sempre das mais benéficas — *Lino Braun*

## GUIA DE IMPORTAÇÃO PARA FINALIDADES ESTATÍSTICAS

**A** DIRETORIA de Rendas Aduaneiras baixou a 20 de março do corrente ano a Circular n.º 20, dirigida a todos os Inspetores e Chefes de repartições alfandegárias, dispondo sobre a guia de importação para finalidades estatísticas e a seguinte a íntegra dessa portaria:

"I — Nenhuma mercadoria deverá ser desembaraçada sem apresentação da Guia de Importação de que trata o Decreto n.º 42.914, de 27 de dezembro de 1957, salvo se vier acompanhada de uma via de Fatura Consular respectiva, por haver sido legalizada pelo Consulado até 31 de dezembro de 1957, anteriormente a 1.º de janeiro de 1958, vigência do decreto citado

II — Os importadores ou despachantes aduaneiros são obrigados a apresentar juntamente com os demais documentos exigidos para o desembaraço das mercadorias duas vias da Guia de Importação para fins estatísticos, preenchidas na conformidade do modelo, acompanhadas de uma das vias da Fatura Comercial correspondente (arts 2.º, 3.º e 12.º)

A primeira via deverá ser encaminhada ao SEEP, semanalmente, via aérea, em série ininterrupta do local de importação Na Alfândega do Rio de Janeiro, a remessa será por protocolo, de dez em dez dias

III — Não deverá ser exigida a Guia de Importação:

a — nas encomendas expedidas por via postal ou aérea cujo valor comercial não exceder Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros);

b — nas amostras sem valor comercial;

c — na bagagem que acompanhar o passageiro (§ 1.º — Art 2.º).

IV — No caso de despacho parcelado, serão exigidas tantas Guias quanto os despachos, juntando-se a Fatura Comercial somente no primeiro despacho e fazendo-se menção do número da Fatura Comercial nas demais Guias (§ 2.º — Art 2.º)

V — As repartições aduaneiras, nos termos do art 10, deverão estabelecer a rotina do trabalho tendo em vista a necessidade do controle do recebimento da Guia, de sua rigorosa conferência pelo Confeiteiro, podendo o Inspetor, dado o volume de trabalho, deslocar a conferência para uma turma ou seção, conforme for julgado mais conveniente

VI — Só será permitido o desembaraço da mercadoria após haver sido constatado conferirem os dados da Guia com os da Nota de Importação ou suas alterações e a Fatura Comercial correspondente Finalmente, será assegurada uma seriação anual ininterrupta que evite qualquer extravio das Guias ou remessas atrasadas e salteadas

VII — Nas Guias, deverão constar as exigências do art 7.º, inclusive a assinatura do Importador ou Despachante Aduaneiro que garantirá exatidão dos dados apresentados, conforme a Fatura Comercial e a Nota de Importação correspondente"

## O IASI E AS ESTATÍSTICAS DE CAFÉ

**O** PROF Otávio Alexander de Moraes, técnico em assuntos censitários e estatísticos, representou o Instituto Interamericano de Estatística na Conferência Internacional do Café, realizada nesta Capital em fevereiro deste ano

Em entrevista concedida à imprensa, naquela ocasião, o prof Alexander de Moraes ressaltou a importância das estatísticas do café para a formulação de uma política racional de consumo e produção, tendo feito as seguintes declarações:

"O Presidente do Instituto Brasileiro do Café, dr Paulo Guzzo, na entrevista que concedeu à imprensa nacional e estrangeira, teve ocasião de emitir a sua opinião sobre o valor das estatísticas no que se prende aos assuntos cafeeiros, afirmando que o Brasil atribui a maior importância a essas estatísticas, a que denominou de "bússola dos negócios do café". Tanto assim é que o Instituto Interamericano

de Estatística (IASI), a que é filiado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, enviou-me como observador à Conferência Internacional do Café, que aqui ora se realiza

"A finalidade da Organização Internacional do Café vem a ser primordialmente a intensificação do consumo do café Consumo é uma das peças do mecanismo de distribuição de um produto e está visto que, para uma perfeita apreciação da matéria, torna-se necessária a compulsão de cifras; é de se acentuar a importância dessas estatísticas para o estudo dos mercados cafeeiros internacionais Existem países onde o café já se encontra em franco estágio de desenvolvimento comercial; outros, por sua vez, precisarão de uma campanha adequada a fim de facilitar a penetração do produto Em uns e em outros, é preciso primeiramente conhecer as necessidades e disponibilidades de café para então dosar convenientemente a campanha propagandística

"E não é só no terreno do consumo que se evidencia o valor das estatísticas. Quem diz consumo, diz implicitamente população e território. Consumo é um índice *per capita*, um cálculo de média que, por vezes, pode ser aritmética, ou também ponderada. Os países nórdicos, por exemplo, têm uma pequena densidade de população, isto é, população em relação à superfície — e, todavia podem tornar-se grandes consumidores de café, graças às materiais qualidades caloríficas da rubiácea necessárias e mesmo essenciais em países de clima subglacial como a Noruega, a Finlândia, a Dinamarca, a Suécia. De resto, algumas dessas nações enviaram observadores a esta Conferência e isto já responde pelo grau de interesse que a futura campanha poderá despertar naqueles países da Europa do Norte

Isto são apenas exemplos isolados; outros haverá, igualmente pressurosos em atender aos apelos da futura OIC

"Eis por que o Instituto Interamericano de Estatística", finalizou o professor Alexander — "sentindo a necessidade da sua presença neste momento, não hesitou em atender ao honroso convite que lhe foi feito pelo Governo do Brasil, no sentido de fazer-se representar na Conferência do Rio de Janeiro. De minha parte, estou certo dos resultados benéficos dessa participação. A futura entidade cafeeira pode estar segura de encontrar no IASI um aliado eficiente das suas futuras campanhas no que concerne ao fomento de estatística sobre o café, fidedignas, oportunas e comparáveis de país a país"

## Estatística Judiciária

O Desembargador Álvaro Clemente de Oliveira, presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em discurso proferido na solenidade da inauguração dos trabalhos judiciários, a 1º de março, dedicou um capítulo especial à organização, naquela Unidade Federada, da Estatística Judiciária

"As nossas leis em vigor" — disse aquele alto magistrado — "regulavam o levantamento interno das estatísticas judiciárias de modo superficial, sem cuidar da disciplinação do registro e da coleta de dados nas Varas especializadas, Termos e Comarcas. É certa a presunção da existência de assentamentos nos Cartórios dos atos judiciais ocorridos em cada um dos órgãos do Poder Judiciário. Todavia, esses assentos carecem de uniformidade e regularidade que permitam um conhecimento rápido, seguro, continuado das atividades judiciais de cada um dos referidos órgãos"

Declarou que, como Corregedor da Justiça, teve oportunidade de organizar os serviços de estatística, mesmo no regime deficiente do atual sistema legislativo sobre o assunto, alcançando parecer favorável da Junta Executiva Regional de Estatística, para filiação de tais serviços ao IBGE. Dada, porém, a falta de continuidade na administração da Justiça, ficou paralisada a iniciativa da filiação, a que, em boa hora, o Desembargador Gilberto Andrade, atual Corregedor da Justiça, está dando prosseguimento. Ainda nessa parte do seu discurso declarou o Desembargador Álvaro Clemente de Oliveira haver apresentado ao Poder Legislativo emenda ao projeto de Lei de Organização Judiciária, instituindo, em forma padronizada, a obrigatoriedade de registro dos atos judiciais em todas as Varas, Termos e Comarcas, bem assim a criação de um núcleo de trabalho encarregado de elaborar e analisar os dados estatísticos de interesse da Justiça

## Novo Diretor do NPC

Na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística (IBGE), realizou-se, a 10 de março, o ato de posse do sr Ovídio de Andrade no cargo de diretor do Núcleo de Planejamento Censitário, em substituição ao sr Armando Duarte Rabelo. A cerimônia, presidida pelo prof Jurandyr Pires Ferreira, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, contou com a presença de inúmeras autoridades e personalidades ilustres, além do funcionalismo do sistema estatístico

Fizeram-se ouvir, nessa oportunidade, os srs prof Jurandyr Pires Ferreira, Hildebrando Martins, Secretário-Geral do Conselho e Alberto Martins, diretor do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, saudando o novo titular daquele órgão e ressaltando a sua responsabilidade na execução do próximo Recenseamento Geral da República, em 1960

Falou, a seguir, o sr Ovídio de Andrade, antigo diretor do Serviço Nacional de Recenseamento, que agradeceu as referências feitas ao seu nome e reafirmou o seu propósito de empenhar os maiores esforços no sentido da realização da futura operação censitária nas melhores condições de eficiência

## Censo dos Funcionários Públicos

Foi firmado, em maio do corrente ano, um acordo entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado para a realização, em outubro, de um levantamento geral do funcionalismo público federal, dentro das melhores condições técnicas

Na presença de altos funcionários de ambas as entidades interessadas, o termo do convênio

foi assinado pelos respectivos presidentes, srs Jurandyr Pires Ferreira e Paiva Muniz, que, após o ato, em breves palavras, ressaltaram a importância da iniciativa tomada para o bom andamento da administração pública do país

O acôrdo prevê a criação de uma Comissão Diretora, constituída de técnicos do IBGE e do IPASE e responsável direta pelo empreendimento

## Estatística Escolar

**S**ob o patrocínio da UNESCO e com a cooperação da Organização dos Estados Americanos e de outras instituições, foi ministrado em Santiago do Chile, de 15 de março a 15 de junho deste ano, um curso destinado a funcionários dos serviços de estatística escolar dos países latino-americanos

Para a realização do curso a UNESCO destacou no seu orçamento a verba de 33 mil dólares. Entre as entidades patrocinadoras incluiu-se a Universidade de Santiago do Chile

A melhoria da estatística escolar e a formação profissional de professores constituem os dois pontos essenciais do Projeto Principal da UNESCO, relativo à expansão do ensino primário na América Latina

## Pequenas Notícias

★ A Câmara Municipal de São José dos Pinhais (Paraná), por iniciativa do vereador Adyr Moss, aprovou, por unanimidade, um voto de louvor ao Conselho Nacional de Estatística (IBGE), na pessoa do presidente, prof Jurandyr Pires Ferreira, pela iniciativa da publicação da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", obra extensa, de largo alcance cultural, destinada a apresentar um vasto panorama da vida municipal do país, em seus vários aspectos estatísticos, geográficos e históricos

★ Foi encaminhado ao Presidente da República, pelo Conselho Nacional de Estatística (IBGE), o plano, em linhas gerais, do Recenseamento de 1960. Esse plano, aprovado pela Junta Executiva Central do referido Conselho, prevê a realização, naquele ano, dos censos gerais da população, da habitação e da agricultura, estando prevista a criação, em breve, da Comissão Censitária Nacional, para superintender o grande empreendimento de natureza técnica. No preparo do trabalho foram levadas em conta, além da experiência censitária brasileira, as recomendações dos organismos internacionais de estatística

★ A Associação dos Estatísticos Municipais da Alemanha vai publicar um volume, em alemão, com os estudos e teses sobre estatística municipal apresentados na última reunião do Instituto Internacional de Estatística, levada

a efeito em Estocolmo. Entre os trabalhos da coletânea figurará o da autoria do sr Raul Lima, técnico do IBGE, sobre o tema "A administração municipal e a estatística"

★ Em virtude do número avultado e crescente de pedidos de informações que vem recebendo acerca da futura Capital da República o Conselho Nacional de Estatística (IBGE) preparou e lançou um pequeno folheto ilustrado, com dados numéricos, geográficos e históricos sobre Brasília, para distribuição entre os interessados

★ Por iniciativa do sr Francisco Cronje de Oliveira, Inspetor Regional no Pará, estiveram reunidos em convenções regionais os Agentes de Estatística dos principais municípios daquele Estado. A primeira reunião, realizada na cidade de Óbidos, de 1º a 4 de fevereiro, contou com a presença de Agentes de 38 municípios das Zonas de Salgado, Bragantina, Tocantins e Marajoara. Esses encontros, a que compareceram pessoas de influência da sociedade, autoridades federais, estaduais, municipais e representantes do clero, permitiram fôsem debatidos assuntos de grande interesse para os órgãos estatísticos da região

★ Na sede da Inspetoria Regional de Estatística, em João Pessoa, Estado da Paraíba, realizou-se, a 25 de março, a solenidade da posse do sr Vicente Bento da Silva no cargo de Inspetor daquele órgão. O sr Vicente Bento da Silva substituiu, nesse cargo, o sr Francisco Valadares Filho, que foi designado para exercer as mesmas funções no Território do Rio Branco

★ Promovida pelo Agente Itinerante da 2ª Zona, sr José Almeida Costa, realizou-se, na sede da Agência de Estatística do IBGE, em Serrinha, Estado da Bahia, nos dias 3 e 4 de fevereiro, uma concentração de Agentes de Estatística dos Municípios de Cicero Dantas, Conceição do Coité, Euclides da Cunha, Glória, Jeremoabo, Ribeira do Pombal, Serrinha e Tucano. Os participantes da concentração examinaram o material de pesquisas e registros estatísticos de 1957 e 1958, para efeito de segurança na rotina dos trabalhos, tanto em relação à presteza, à perfeição e melhor aproximação, como também no que respeita aos métodos aplicáveis à solução de certos assuntos, tendo em vista o próximo Recenseamento de 1960

★ De acôrdo com deliberação tomada pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, vai ser organizado um manual técnico para uso dos Agentes de Estatística e, de modo geral, de todos os funcionários dos serviços estatísticos brasileiros. Constarão desse manual instruções completas sobre os inquéritos que se realizam no País sob a responsabilidade do IBGE, além de um calendário minucioso para as tarefas em andamento

★ Pela Portaria n.º 36, de 24 de abril deste ano, o presidente do IBGE aprovou as instruções gerais regulamentadoras das atividades de aperfeiçoamento e especialização dos servidores do Conselho Nacional de Estatística, a cargo do Serviço de Pessoal da respectiva Diretoria de Administração

★ O Ministério da Educação assinou contrato com o IBGE, em junho, para apuração, no equipamento da IBM instalado naquele órgão, da estatística do ensino não primário e primário. Com relação ao ensino não primário, o IBGE fará a apuração mecânica dos seguintes elementos: matrícula, frequência, aproveitamento, corpo docente, pessoal auxiliar e características dos estabelecimentos localizados nas diversas Unidades Federadas, por municípios e zonas. Quanto ao ensino primário, o contrato prevê a verificação das apurações regionais e dos totais referentes ao Brasil, a apuração da estatística das despesas com o ensino e a cultura em cada Unidade da Federação, bem como a apuração do movimento intelectual do país, também por Unidade Federada

★ O Ministro da Agricultura, sr Mário Meneghetti, assinou portaria, datada de 14 de março de 1958, constituindo, no Instituto Nacional de Óleos, os Grupos de Estudo previstos no artigo 5.º do Decreto n.º 42 162, de 28 de agosto de 1957, com a finalidade de estudar a produção, os meios de transporte e outras medidas atinentes aos oleaginosos, tintas e vernizes. Cada grupo de Estudo é composto de

um representante do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Instituto de Óleos, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, dos Departamento de Estradas de Rodagem, Estradas de Ferro e de Portos, Rios e Canais e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

★ Em reunião realizada no correr do mês de maio, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística examinou a possibilidade de realização, no Brasil, sob os auspícios da UNESCO, de uma reunião de especialistas internacionais para apreciação e debate dos problemas de organização das estatísticas educacionais, tendo em vista o seu aperfeiçoamento para a necessária comparabilidade dos resultados. Será levada em conta, em particular, a experiência brasileira nesse terreno, em face da atualidade assegurada entre nós às estatísticas de tal natureza

★ Realizar-se-á em Lima, no Peru, de 11 de agosto a 21 de novembro, um Curso de Treinamento em censo de população, habitação e agricultura, sob o patrocínio da ONU, da FAO e do IASI. Dêle participarão tôdas as nações da América Latina, com o objetivo de preparar pessoal técnico para os futuros censos nacionais de cada país

★ Despertou interesse, em particular entre professores e estudantes de Geografia, a exposição, em março, na sede da Inspeção Regional de Estatística, em Recife, Pernambuco, de gráficos elaborados pelo cartógrafo Luis Gonzaga de Oliveira e relativos a aspectos demográficos e econômicos

# MARECHAL CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON

**O** FALECIMENTO do Marechal Rondon, ocorrido a 19 de janeiro de 1958, deu ensejo a impressionantes manifestações de pesar no Brasil e no Exterior, a par com expressivas homenagens à memória dêsse extraordinário brasileiro já definitivamente integrado no patrimônio comum da humanidade

Nasceu Cândido Mariano da Silva Rondon a 5 de maio de 1865, em Mimoso, nas cercanias de Cuiabá, Mato Grosso Filho de Cândido Mariano da Silva, falecido antes do seu nascimento, e órfão de mãe aos 2 anos de idade, foi criado e educado por seu tio, Manuel da Silva Rondon, de quem adotou o sobrenome Depois dos estudos primários, ingressou no Liceu Cuiabano, diplomando-se professor normalista aos 16 anos de idade Atendendo a uma forte inclinação, alistou-se, em 1881, no 3º Regimento de Artilharia a Cavallo, em Cuiabá, de onde se transferiu, pouco depois, para o 2º Regimento de Artilharia, no Rio de Janeiro Em 1883, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, fazendo o curso de tódas as armas Ao concluir o curso, em 1888, era engenheiro militar e bacharel em matemática e ciências físicas e naturais

Em 1890, já 1º Tenente do Exército, foi nomeado ajudante da Comissão de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, chefiada pelo Coronel Gomes Carneiro Em 1892, Benjamim Constant, seu ex-companheiro de estudo, nomeou-o professor de Matemática e Astronomia Militar Logo, porém, não podendo se adaptar à vida sedentária, demitiu-se do cargo, sendo então nomeado chefe do Distrito Telegráfico de Mato Grosso, com jurisdição sobre 100 léguas de selva bruta e o encargo de fiscalização da mesma linha que antes ajudara a construir Em dezembro dêsse mesmo ano, o Marechal Floriano Peixoto incumbiu-o da construção de uma estrada estratégica entre Cuiabá e o Araguaia, estando, nessa época, no pósto de Capitão Chamado ao Rio, em 1898, para exercer as funções de auxiliar técnico da Intendência de Guerra, permaneceu no cargo até 1900, quando voltou a Mato Grosso para construir a linha telegráfica de mais de 1 800 quilômetros de extensão, de Cuiabá a Corumbá, Aquidauana a Forte Coimbra, obra difficilima, em pleno Pantanal, concluída em 1904 Já Major, continuou essa linha até Nioac, Pôrto Murtinho, Miranda, Bela Vista e Margarida, na fronteira com o Paraguai

Concluída essa obra, que só por si bastaria para impor o nome de Rondon à gratidão do País, foi-lhe confiada pelo Presidente Afonso Pena importante missão: a construção da linha-tronco de Mato Grosso ao vale do Madeira, para depois prolongá-la até ao Acre, Purus, Juruá e Manaus Em agôsto de 1908, foi Rondon promovido a Tenente-Coronel Durante a construção daquela linha, fêz o levantamento de numerosos rios, além de trazer à civilização grande número de silvícolas, sempre fiel ao seu lema: "Morrer se preciso fôr, matar nunca" E, com efeito, afrontando as ameaças constantes de uma natureza hostil, suportando com invulgar fortaleza de ânimo grandes vicissitudes e perigos sem conta, entregou-se de corpo e alma à nobre tarefa de desbravador das selvas e civilizador dos sertões

Em 1910, foi nomeado chefe do Serviço de Proteção aos Índios, órgão criado sob a sua inspiração Em 1912, foi elevado ao pósto de Coronel Em 1913, organizou e dirigiu a Expedição Científica Roosevelt-Rondon, que possibilitou o levantamento geográfico de tóda a região cortada pelo rio da Dúvida, até então desconhecido Partindo de Corumbá, para Cáceres e Diamantino, e entrando no sertão dos índios Parecis e Nhambiquaras, a bandeira científica foi até Manaus

General-de-brigada em 1919, continuou à frente da Comissão Rondon até 1924

Em janeiro de 1927, foi nomeado inspetor de fronteiras, tendo então visitado as nossas divisas com as Guianas francesa e inglesa e a Venezuela Em 1928, inspecionou as fronteiras com a Guiana Holandesa, Colômbia, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, terminando o contórno do Brasil em 1930, quando foi reformado Contribuiu, nessa época, para o arquivo militar, com mais de 50 volumes e 13 mapas de fronteiras

Designado, em 1934, pelo Presidente Getúlio Vargas, para mediador na chamada questão de Leticia, entre o Peru e a Colômbia, houve-se nessa tarefa com elevação e prudência, recebendo de ambos os países as maiores demonstrações de agradecimento por ter resolvido uma contenda que estava levando aquelas nações à guerra

Por ato do Congresso Nacional, em 1946, foi o General Rondon elevado ao pósto de Marechal

A grande região que outrora integrava o Estado de Mato Grosso e que Rondon percorreu chamando os índios à civilização — o Território Federal do Guaporé — teve a sua designação modificada recentemente para Território Federal de Rondônia

Pela Resolução n.º 132, de 20 de julho de 1939, a Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, solidária com a iniciativa do Conselho Nacional de Geografia, que concedera ao grande brasileiro o cognome de Civilizador dos Setões, aprovou a entrega, a Rondon, de pergaminho assinado pelos membros das alas colegiadas do IBGE, conferindo-lhe, como prei-

to de reconhecimento da comunhão nacional, aquêle justo título

Por duas vezes, o Marechal Rondon teve o seu nome indicado para o Prêmio Nobel da Paz, havendo a campanha, pouco antes de sua morte, assumido proporções de caráter internacional, proposta que fôra a sua candidatura por uma entidade dos Estados Unidos e outra da Europa

Dentre outros livros e trabalhos, são de sua autoria os seguintes: "Rumo ao Setão", "A Etnografia e a Etnologia do Brasil", "Conferência de 1915" e "Publicação n.º 5 da Comissão Rondon sobre Etnografia"

## LUÍS FARIA BRAGA

**F**ALECEU no Rio, a 25 de março dêste ano, o sr. Luís Faria Braga, que há longos anos prestava valiosa colaboração ao sistema estatístico brasileiro

Deixando em 1932 os bancos escolares de um curso militar superior para ingressar, pouco depois, no Ministério da Agricultura, Faria Braga logo se encaminhou para uma atividade a que se dedicaria por inteiro até os seus últimos dias. Integrante do quadro de servidores do Serviço de Estatística daquele Ministério, transferiu-se em 1948 para Belo Horizonte, prestando valiosa colaboração aos serviços estatísticos daquele Estado. Destacada foi a sua atuação como delegado do Conselho Nacional de Estatística junto ao Departamento Estadual de Estatística e à Inspeção Regional de Es-

tatística, encarregando-se do controle das atividades de quase 100 Agências Municipais de Estatística. Em 1955, ocupou o cargo de Inspetor Regional de Estatística naquela unidade federada, sendo, em seguida, designado Inspetor-Técnico do CNG, quando teve oportunidade de estudar um plano de cadastros e registros das Agências Municipais de Estatística, tarefa de que se desincumbiu com zelo e a dedicação que caracterizavam sua atividade

Estudioso dos problemas brasileiros, colaborou na imprensa do Rio e de Belo Horizonte com trabalhos que constituem preciosos subsídios para historiadores e sociólogos

Luís Faria Braga deixou viúva a Helena Rosa Cordovil Braga e três filhos menores: José Luís, Maria Helena e Aionso Carlos

# INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE  
JURANDYR PIRES FERREIRA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades Geográficas dentro do País, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas do Governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

## ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários.

### I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", que são: a *Assembleia Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos Presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e os Territórios (reúne-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos Diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha, Aeronáutica e dos órgãos Filiais (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera "ad referendum" da Assembleia Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e nos Territórios, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J. E. C. (reúnem-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas etc.) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, composto de 36 membros eleitos pela Assembleia Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", isto é, as seis Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura), Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda) e Serviço de Estatística da Saúde (Ministério da Saúde); e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do

Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, mais os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", isto é, as Agências Municipais de Estatística, existentes em todos os Municípios, subordinadas administrativamente à Secretaria-Geral do C N E, através da respectiva Inspeção Regional das Agências Municipais e, tecnicamente, ao Departamento Estadual de Estatística.

### II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1 627, de 24 de março de 1937, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", ou sejam a *Assembleia Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e os Territórios (reúne-se anualmente no mês de julho); e *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral do C N G, de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições de ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C N E (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e nos Territórios de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C. (reúnem-se ordinariamente uma vez por mês).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D. C., e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", com um órgão executivo central, — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada);

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas

# INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
(Repartições Centrais em 31-XII-1957)

## ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

- Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores  
Diretor — *RUBENS D'ALMADA HORTA PORTO*
- Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda  
Diretor — *AUGUSTO DE BULHÕES*
- Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura  
Diretor — *PAULO DE JESUS MOURÃO RANGEL*
- Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio  
Diretor — *NIRCEU DA CRUZ CÉSAR*
- Serviço de Estatística da Educação e Cultura — Ministério da Educação e Cultura  
Diretor — *ALBERTO MARTINS*
- Serviço de Estatística da Saúde — Ministério da Saúde  
Diretor — *RUBENS GOUVÊA*

## ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

- Território do Acre ..... — Departamento de Geografia e Estatística  
Diretor — *Oswaldo Pinheiro Lima*
- Território do Amapá ..... — Serviço de Geografia e Estatística  
Diretor — *João Braga de Farias*
- Território de Rondônia ..... — Serviço de Geografia e Estatística  
Diretor — *Cirilo Arruda*
- Território do Rio Branco ..... — Serviço de Geografia e Estatística  
Diretor — *José da Silva Pereira Campos*
- Amazonas ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Maria dos Remédios V. de Oliveira*
- Pará ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Pe. Cupertino Contente*
- Maranhão ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *José Martins Dourado*
- Piauí ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *José Lopes dos Santos*
- Ceará ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Thomas Gomes da Silva*
- Rio Grande do Norte ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Maria Silva Carriço*
- Paraíba ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Adalberto de Araújo Barreto*
- Pernambuco ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Geraldo Petzoto de Melo*
- Alagoas ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *José Maria de Carvalho Veras*
- Sergipe ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Ruy Eloy dos Santos*
- Bahia ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Felippe Nery do Espírito Santo*
- Minas Gerais ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Romeu Jacob*
- Espírito Santo ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Jayme Smith*
- Rio de Janeiro ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Aldemar Alegria*
- Distrito Federal ..... — Departamento de Geografia e Estatística  
Diretor — *Flávio Faria*
- São Paulo ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Celeste Ângela de Souza Andrade*
- Paraná ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Jahyr Leal*
- Santa Catarina ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Walter Belo Wanderley*
- Rio Grande do Sul ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Adalberto Tostes*
- Goiás ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Geraldo Campos*
- Mato Grosso ..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Horminda Pitaluga de Moura*

Nota — Colaboram com essas repartições aproximadamente 2300 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios.